

MÁRCIO LUIZ RODRIGUES

**COLONOS E COLONIZADORAS NO OESTE DE
SANTA CATARINA: A ATUAÇÃO DA COMPANHIA
TERRITORIAL SUL BRASIL NA SEÇÃO ANTA
GORDA (1930 – 1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Passo Fundo (UPF), como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Dra. Rosane Marcia Neumann.

PASSO FUNDO

2016

AGRADECIMENTOS

À Deus, que juntamente com minha força de vontade vem abençoar meu ingresso no mundo acadêmico e conseqüentemente no plano educacional;

Aos colegas de curso do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Passo Fundo (UPF) Álisson Cardozo Farias, Andrea Cássia Schneider, Douglas Oreste Franzen, Leandro Mayer, Orlando de Miranda Filho, Tatiany Moretto, Tiago Dalla Corte e tantos outros que de uma maneira ou de outra proporcionaram momentos de interação e conhecimento;

Em especial aos colegas Douglas Satirio da Rocha, Luiz Fernando Ferrari e Márcia Luzia Freitag Wolfart e Tiago Arcego da Silva, pelas discussões e apontamentos nas viagens de idas e vindas a Passo Fundo/RS;

À colega mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Elizandra Forneck, pela força e incentivo aos estudos;

À colega de trabalho, professora e coordenadora do Museu Histórico de Pinhalzinho, Fernanda Bem, pela compreensão nos dias em que estive ausente na Instituição;

À secretaria do Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Passo Fundo (UPF);

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) professores Dr. Adelar Heinsfeld, João Carlos Tedesco, Dr. Marcos Gerhardt e a professora Dra. Marlise Regina Meyrer e as coordenadoras do programa, as professoras Dras. Ana Luiza Setti Reckziegel e Ironita A. P. Machado, pelos ensinamentos adquiridos ao longo desses últimos dois anos,

À professora Dra. Rosane Márcia Neumann pelos ensinamentos, sugestões e paciência nas orientações que proporcionou para a elaboração deste trabalho;

À Secretaria Municipal de Educação e ao Departamento de Cultura do município de Pinhalzinho/SC, pela licença concedida as minhas funções profissionais nos dias em que estive voltado aos estudos da pós-graduação;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que me possibilitou concluir o curso de mestrado;

Finalmente, a minha família pai: mãe, companheira e filhas pela compreensão.

“O primeiro dever do historiador é não trair a verdade, não calar a verdade, não ser suspeito de parcialidades ou rancores”.

Marco Túlio Cícero

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a participação da Companhia Territorial Sul Brasil no processo de colonização na região oeste catarinense, nas décadas de 1930 a 1960. Trata-se de compreender a constituição da Companhia Territorial Sul Brasil, o seu projeto de colonização e os métodos de comercialização dos lotes coloniais e das madeiras. A companhia, formada por um grupo de investidores, tinha sua sede no Rio Grande do Sul e aproveitando as vantagens oferecidas pelo governo catarinense, formou um extenso complexo colonial com mais de 48 seções: sistema de divisão de terras adotado para facilitar a venda de lotes coloniais, viabilizado pela construção de estradas gerais e vicinais, resultando no surgimento de “centros comunitários” ou “linhas”. Como recorte espacial, estuda-se a formação da Seção Anta Gorda, situada a leste da área adquirida pela companhia, a qual possuía uma extensão aproximada de 16.236.00 Km², sendo subdividida, posteriormente, em I seção e II seção. Essa área deu origem aos municípios de Modelo, Pinhalzinho e Saudades. Metodologicamente, trabalha-se na perspectiva da micro-história, e teoricamente, busca-se articular a história ambiental e o processo de colonização. O corpo documental da pesquisa é composto pela documentação produzidas pela própria companhia colonizadora, fotografias, depoimentos e notícias de periódicos. A partir da pesquisa, conclui-se que o projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil foi proprietária de um dos maiores complexos coloniais do oeste catarinense no início do século XX, atuando entre os anos 1930 e 1960. No seu projeto, estudado na Seção Anta Gorda, é evidente a articulação entre o ramo imobiliário (venda de lotes coloniais) e a exploração/comercialização da madeira encontrada na sua área de abrangência. As fontes utilizadas na dissertação são basicamente documentos produzidos pela própria companhia colonizadora, localizados no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel na cidade de Maravilha-SC; fotografias e depoimentos, localizados no Museu Histórico de Pinhalzinho, no município de Pinhalzinho-SC e no Museu Municipal Elmiro Wagner, localizado em Palmitos-SC; mais periódicos do Jornal da Voz Chapecó, localizado no acervo documental no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina CEOM/UNOCHPECÓ, em Chapecó-SC.

Palavras-chave: Colonização; Companhia Territorial Sul Brasil; Seção Anta Gorda, Oeste Catarinense.

ABSTRACT

This work has to analyze the participation of the Territorial Company South Brazil, the process colonization in the region west of Santa Catarina, in the decades from 1930 to 1960. Initially, Santa Catarina west region was occupied by indigenous people and mestizos, and the beginning of the process new individuals colonization, from the 1920, new individuals migrate to region, mainly descendants of Italian and German, welcome to your big most of Rio Grande South, migrated to the region, stimulated by colonizing companies, located, also mostly in the same State. It is understood the constitution of Territor its colonization project Company South Brazil, and marketing methods lots and woods. The company, formed by a group of investors, had its headquarters in Rio Grande do Sul and taking advantage offered by the government Santa Catarina, formed an extensive colonial complex with more than 48 sessions: system adopted for homogenizing by rural and secondary roads, colonization and local systematize the sale of lots, resulting in the emergence "community centers" or "lines". It is in this scenario, the dissertation sought show one 48 sessions administered the Territorial Company South Brazil: Section Anta Gorda, located east of the area acquired by the company, which has an approximate length of 16.236.00 km², being subdivided, thereafter, I section II section. Area currently consists the municipalities of Santa Catarina Modelo, Pinhalzinho and Saudades. Methodologically, the dissertation is it guided in the proposal micro-history, seeking reduction of scale observation and environmental history, proposing to highlight the mutual influences of natural features, in their colonization process. The sources used in the dissertation are basically documents produced by the colonizing company, located in the documentary collection of the Municipal Museum Father Fernando Nagel in the city of Maravilha-SC; photographs and testimonials, located in Pinhalzinho History Museum in the city of Pinhalzinho-SC and the Municipal Museum Elmiro Wagner, located in Palmitos-SC; More periodicals Journal of the Chapecó Voice, located in the documentary collection in Western Memory Center of Santa Catarina CEOM / UNOCHPECÓ in Chapecó-SC.

Keywords: Colonization; Company Territorial Southern Brazil; Section Anta Gorda, West of Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Microrregiões catarinenses segundo o IBGE (1988).....	34
Figura 2 – Ocupação do médio e extremo oeste de Santa Catarina	37
Figura 3 – Desenho de planta baixa de uma balsa de madeira bruta.....	46
Figura 4 – Desenho de serra fita para cortar madeiras da marca Langer.....	50
Figura 5 – Motor industrial da marca International Harvester.....	52
Figura 6 – Trator esteira da marca Tractores International.....	54
Figura 7 – Colônias: Palmitos, São Carlos, Passarinhos, Cunha Porã, Saudades, São Domingos, Iracema, Ilha Redonda	58
Figura 8 – Lotes coloniais localizados na II Seção Anta Gorda, propriedade da Companhia Territorial Sul Brasil (1969).....	84
Figura 9 – Mapa geral das terras dGa Companhia Territorial Sul Brasil, situadas nos municípios de Chapecó, Mondai, Palmitos e São Carlos no estado de Santa Catarina (1957)	88
Figura 10 – Área correspondente a I e II Seção Anta Gorda (1965).....	94
Figura 11 – Mapa do município de Pinhalzinho e identificação da Zona Bigolin e seus respectivos lotes coloniais (1965).....	104

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – A imensidão do sertão em Santa Catarina (1929).....	39
Imagem 2 – Estaleiro de madeira utilizado para beneficiamento das toras (1930).....	48
Imagem 3 – Carlos Culmey em sua residência em Cascalho, interior do município de Palmitos/SC (1930).....	76
Imagem 4 – José Marcolino Eckert em apresentação no Exército do Rio Grande do Sul (1930).....	79
Imagem 5 - Serraria administrada por José Marcolino Eckert, Seção Anta Gorda (1933).....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Colonizadoras que atuaram no oeste catarinense, sede e respectivas áreas de atuação.....	31
Tabela 2 - Número de madeiras entre os anos de 1936 a 1946.....	41
Tabela 3 - Relação de sócios acionistas da Companhia Territorial Sul Brasil (1925) – (continua).....	68
Tabela 4 - Inventário geral levantado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 31 de setembro de 1927: setor artigos de engenharia.....	70
Tabela 5 - Inventário geral levantado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 31 de setembro de 1927: setor ferramentas de campo.....	72
Tabela 6 - Inventário geral levantado pela Companhia Territorial Sul Brasil em 31 de setembro de 1927: setor de embarcações.....	73
Tabela 7 - Relação de lotes comercializados na II Seção Anta Gorda e seus respectivos proprietários (continua).....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
I - O OESTE CATARINENSE: ASPECTOS NATURAIS E FORMAÇÃO SOCIAL.....	16
1.1 O espaço natural como atrativo à ocupação.....	16
1.2 A História Ambiental e suas contribuições.....	20
1.3 Migração e suas contribuições no processo de colonização no oeste catarinense.....	24
II - COLÔNIAS E COLONIZADORAS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE: DAS CONSEÇÕES DE TERRAS AO COMÉRCIO DE MADEIRAS.....	29
2.1 As concessões de terras como práticas da legitimação colonial.....	29
2.2 Terra, água e mato: recursos para uma afirmação colonial.....	40
2.3 O comércio de madeiras: reflexos de uma colonização dirigida.....	44
2.4 Da serra manual às serrarias motorizadas: a inserção tecnológica na comercialização da madeira.....	51
III - A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL: SEU PROJETO DE COLONIZAÇÃO E A SEÇÃO ANTA GORDA.....	58
3.1 A área de atuação e projeto de colonização.....	58
3.2 sobre a composição orçamentária.....	69
3.3 Os seus diretores Arthur Eduardo Kuss, Carlos Culmey e do colaborador José Marcolino Eckert.....	76
3.4 Os lotes comercializados pela Companhia Territorial Sul Brasil e a topografia local.....	85
3.5 Sobre a Seção Anta Gorda.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108
ANEXOS.....	114

INTRODUÇÃO

O processo de colonização do oeste catarinense, com a instalação de núcleos coloniais, teve seu auge a partir da segunda década do século XX. Uma das empresas a participar desse processo foi a Companhia Territorial Sul Brasil, empresa privada, originária da década de 1920, com sede em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, pertencente a um grupo de empresários, com interesses no mercado imobiliário em expansão na região oeste catarinense, na primeira metade do século XX.

O desenrolar desse processo, bem como o surgimento de tal companhia colonizadora, remete a uma análise do processo de imigração e colonização do Rio Grande do Sul, ocorrido durante o século XIX, na participação sobretudo de imigrantes de nacionalidade alemã e italiana. Os imigrantes que chegaram ao Brasil durante o século XIX, sobretudo aqueles na região Sul do país, vieram em busca de uma vida melhor em relação àquela da Europa, considerada, entre outras características, semifeudal. O fluxo imigratório europeu maior ocorreu a partir da década de 1820 e acabou com o passar do tempo por esgotar as zonas de colonização situadas próximas a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, levando os excedentes populacionais a buscar novos espaços no interior do Estado e da região sul-brasileira, movimento denominado por Márcia Motta (2005) de migração inter-regional.

Segundo Motta (2005) esse tipo de migração está ligado a dois fatores pontuais: “fatores de mudança” decorrentes da introdução de novas relações de produção capitalista, acarretando a expropriação das terras, e os “fatores de estagnação” que ocorrem sob uma atmosfera de pressão populacional sobre a falta de disponibilidade de terras cultiváveis. Para Roche (1969), essas migrações estavam caracterizadas como interioranas e de cunho rural. Para o autor, essas eram decorrentes de uma expansão demográfica sul-rio-grandense onde o contingente de descendentes europeus não via mais possibilidades em ocupar a mesma área do chamado “lote ou semi-lote paterno”, fazendo com que aumentasse a busca por novas áreas de terras dentro e fora do Estado do Rio Grande do Sul. Outro fator apontado, que contribuiu para essas migrações, foi a própria insuficiência física do solo, associada a monopolização latifundiária. Para o autor, isso acabou obrigando o deslocamento de inúmeras famílias a buscar novos espaços.

Contudo, o fenômeno da migração no interior da região Sul do Brasil não esteve vinculado apenas a esses fatores. Para Neumann (2009), a migração nessa região estava ligada a um conjunto relacional de laços onde o nível de parentesco, amizades, conhecimento,

trabalho e a possibilidades de ascensão social, eram frequentes. Em outras palavras, a solidariedade, expressão/ação recíproca entre indivíduos, também serviu como meio de sanar necessidades básicas no contexto de migração.

Na atual historiografia há novas perspectivas teórico-metodológicas de estudos ligados aos fenômenos de imigração. São possibilidades onde se pode visualizar novas contribuições pontuais: a micro-história e a história ambiental. Nessas duas perspectivas o foco são os agentes sociais e suas relações frente às mudanças e até mesmo os *continuum* intrínsecos em seus cotidianos, destacando também os aspectos naturais do meio natural em que vivem.

O uso da metodologia da micro-história aponta para a possibilidade de reduzir a escala de análise, evidenciando experiências singulares como ponto de partida para responder a grandes problemáticas gerais. Isso proporciona uma reformulação dos problemas de pesquisa histórica e “a redefinição [...] da prática contemporânea do ofício de historiador” (ROJAS, 2012, p. 9). Reformulação que inclui o próprio fenômeno da migração e seus meandros. Nesses termos, Vangelista (2010) pode ser um bom exemplo ao trazer o estudo da trajetória do migrante Jean-Pierre Baridon para o Continente Sul-americano. Usando os métodos da micro-história, a autora trouxe novas possibilidades para a historiografia e um melhor entendimento sobre os processos de formação das sociedades sul-americanas contemporâneas, mesmo antes da emigração europeia durante o século XIX e início do XX para esse continente. No mesmo viés, Vainfas (2002), declara que a micro-história foca personagens conhecidos e desconhecidos, com ênfase naqueles relacionados em temas específicos, onde as análises mais amplas e generalizadas podem deixá-los de lado. Já Levi (1992) defende que a micro-história parte de grandes questões, buscando uma prática calcada na redução de escala de observação, o que culminaria, segundo o autor, em estudos intensivos e seriais.

Em relação à história ambiental, sua contribuição é significativamente em estudos relacionados no conjunto natural da paisagem de forma interdisciplinar. Elementos como a flora e a fauna, mais os aspectos hidrográficos, determinam, por vezes, o deslocamento e a estabilização de diferentes grupos humanos. Nas palavras de Drummond (1991, p. 185) é “[...] um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de ‘colocar a sociedade na natureza’ e no equilíbrio com que busca a interação e a influência mútua entre sociedade e natureza”.

Assim, balizado na metodologia da micro-história e nas contribuições da história ambiental, o presente trabalho busca investigar o processo de colonização ocorrido na região oeste catarinense, enfocando a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, durante os anos

de 1930 a 1950. Para isso, busca focar parte da área de sua atuação, área representada por mais de 230.000 hectares de terras, através de uma de suas seções, denominada “Seção Anta Gorda”. Seção que correspondia mais ou menos a 426.000 m² ou 426 hectares, sendo subdividida posteriormente em I Seção e II Seção.

Atualmente, nessa área se encontram os municípios catarinenses de Modelo, Pinhalzinho e Saudades, representados por uma população de caboclos e descendentes de italianos e alemães, com predominância dos últimos, num total aproximado de 31.000 habitantes.¹ Do ponto de vista econômico, são municípios caracterizados por uma forte agricultura familiar e por uma emergência em setores como a indústria metal mecânica e moveleira. A emergência desses setores nesses municípios vem contribuindo atualmente no aumento pela qualificação da mão de obra local, em instituições como o ensino universitário, presencial e a distância, mais na oferta de cursos técnicos em nível federal e estadual.

Sobre a região oeste catarinense, está situada no Planalto Meridional Brasileiro e corresponde a uma área aproximada de 28 mil Km² e foi, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, uma mescla que associava de forma conjunta os desleixos político/administrativos e as próprias contestações territoriais resultantes, ora internacional, ora nacional. Como em quase todos os mais de quinze mil quilômetros quadrados de fronteiras terrestres no Brasil, a região oeste catarinense apresentou no seu processo de formação socioterritorial o interesse e resguarda da fronteira oeste. Esse interesse esteve associado também, além das questões fronteiriças, a uma economia ligada a exploração natural em plantas como a erva-mate e demais que compunham a flora da região, como apontou Auras (1985), Machado (2005), Thomé (1999), Valentini (2009) e outros.

Resolvidas as querelas territoriais, a região foi submetida a um amplo processo de colonização por meio da atuação das companhias colonizadoras particulares, atraindo como principais compradores de terras os colonos sul-rio-grandenses. Entende-se por companhia colonizadora particular, no ponto de vista de sua razão social aquela formada e implantada por recursos da iniciativa privada. Ou naquilo que Waibel (1949) afirmou ser estritamente baseada em princípios econômicos, ou seja, é aquela que traz em sua gênese a colonização como um negócio econômico.

Dentre as companhias colonizadoras que exerceram atividades na região oeste catarinense, a Companhia Territorial Sul Brasil foi uma das mais atuantes. Foi fundada no ano de 1925, com o objetivo de suceder a antiga Empresa Construtora e Colonizadora Oeste

¹Para saber mais sobre os municípios citados visitar <http://www.modelo.sc.gov.br>; <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br> e <http://www.saudades.sc.gov.br>.

Catarinense LTDA, a qual havia iniciado o processo de colonização da região oeste catarinense no ano de 1921 (WERLANG, 2006). A Companhia Territorial Sul Brasil foi responsável pela colonização de uma área aproximada de 230.000 hectares, apresentando-se com um projeto particular/empresarial, que associava ao mesmo tempo, a transferência de colonos vindos, na maioria do Rio Grande do Sul e a exploração de madeira, através da divisão das terras em lotes coloniais, resultando aproximadamente em 1954, 48 seções em 3.814 lotes coloniais.

Compreende-se como região uma porção geográfica que constitui um ou vários estados numa federação, incluindo características culturais distintas ou similares a outras regiões (BAJARAS, 2009). No entanto, a compreensão do que é região, no ponto de vista conceitual, não perpassa apenas uma corrente específica. Ela envolve concepções de várias áreas de conhecimento e tal qual não pode ser embasada como um espaço preestabelecido. É antes de tudo, a construção daquilo que determinados estudos se propõem como a Geografia, a Sociologia e a própria História. No mais, são estudos que buscam analisar especificamente o espaço e as relações sociais que se estabelecem nele, como forma de compará-lo com outros espaços similares em um universo maior.

Nesses termos, estudar a participação da Companhia Territorial Sul Brasil no processo de colonização, no período que corresponde às décadas de 1930 a 1960, partindo da análise de uma de suas seções, a Seção Anta Gorda, partindo de duas questões: qual o projeto de colonização apresentado pela companhia e como que este colaborou no processo de colonização da região oeste catarinense, através da migração inter-regional de colonos sul-riograndenses. E não menos importante, qual a estratégia adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil, para a comercialização dos lotes coloniais e da madeira dentro da área de sua abrangência. Questões que, de uma forma ou de outra, permitem entender melhor o processo de colonização da região oeste catarinense, nos seus aspectos econômicos e sociais.

O tema e o recorte temporal justificam-se pela carência em estudos mais detalhados sobre a colonização da região oeste catarinense em perspectivas na micro-história e da história ambiental. Assim, estudar o processo de colonização da região oeste catarinense, partindo da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, representa a possibilidade de entender, entre outras questões, a atual formação sociocultural da região. No mais, o trabalho permite, mesmo que de forma genérica, abordar aspectos que não seriam percebidos num contexto maior (LEVI, 1992). Nas palavras de Caprini (2010, p. 01), o trabalho busca enfatizar “a

necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que ficam esquecidos, sendo valorizados somente aspectos históricos nacionais ou temas já consagrados”.

Por se tratar de um tema amplo e a bastante tempo discutido por diferentes autores, houve também a necessidade de se fazer uma revisão bibliográfica. Assim, autores como Renk (2006), Bellani (1995) e Valentini (2009), em estudos sobre a importância flora local no processo de colonização da região; mais os autores Nodari (2009), Vicenzi (2005) e Werlang (2006), entre outros, com considerações sobre o número e as formas de atuação das companhias colonizadoras nesse processo, mostram-se essenciais para o entendimento da colonização da região oeste catarinense. Porém, sentiu-se a necessidade de associá-los a outros como Duarte (2005), Drummond (1991) e Worster (1991), em ensaios ligados ao campo da história ambiental, onde o primeiro fala da interdependência humana na fauna e flora desde os tempos do Império Romano, e os últimos, tecendo bases de estudos interdisciplinar; como também a autores ligados a micro-história como Levi (1992), Lima (2006) e Rojas (2012), entre outros, como forma de fazer análises no sentido que opõem o particular e o geral, ou mesmo, o micro diante do macro. Em outras palavras, seria a tentativa de expor ao leitor, mesmo de forma superficial, uma visão diferenciada e relativamente nova onde a construção geral do processo de colonização do oeste catarinense, a partir das particularidades de uma das mais atuantes companhias colonizadoras nesse processo (Companhia Territorial Sul Brasil).

A dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, “O oeste catarinense: aspectos naturais e formação social” aborda-se a migração e a formação social da região sob a influência do meio natural. Questões como a formação vegetal e a chegada de novas frentes migratórias, vindas principalmente do Rio Grande do Sul, dão condições para entender o quadro sociocultural do oeste catarinense.

No segundo capítulo, “Colônias e colonizadoras na região oeste de Santa Catarina”, discute-se a relação das companhias colonizadoras que vão atuar na região e suas ligações com o governo catarinense, através das concessões de terras, refletindo, entre outras possibilidades, as ligações entre poder público e as ações tomadas pelas companhias. Dentre essas ligações, a utilização da flora local ganhou destaque em empreendimentos econômicos ligados principalmente ao corte e comercialização da madeira, oriundas de árvores como Cedro, Louro e outros.

O terceiro capítulo, “A Companhia Territorial Sul Brasil: projeto de colonização e Seção Anta Gorda”, trata especificamente do surgimento da companhia, seu projeto de

colonização, seus acionistas, diretores, sua área de atuação e dos recursos utilizados para a demarcação dos lotes coloniais. Para essa proposta e melhor entendimento das ações adotadas na sua área de colonização, busca-se evidenciar uma de suas quase cinquenta seções, denominada Seção Anta Gorda. Entende-se seção nesse momento, como uma fração da área colonizada pela companhia, sistema adotado que homogeneizou a colonização local.

A principal fonte de pesquisa para a dissertação foi a documentação produzida pela própria Companhia Territorial Sul Brasil, disponibilizada no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, na cidade de Maravilha/SC. Tal documentação é composta por relatórios, mapas, documentação cartorária e outros. Na transcrição das fontes, optou-se pela atualização ortográfica, para melhor compreensão do leitor.

Utilizou-se também cartas e fotografias encontradas no acervo documental e fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho/SC, no Museu Municipal Elmiro Wagner, em Palmitos/SC e no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM/UNOCHAPECÓ). Esse último, disponibilizando acervo do periódico a “A voz de Chapecó”: jornal de grande circulação na região oeste catarinense, na metade do século XIX.

Trata-se de uma dissertação que busca o diálogo entre a produção regional e os estudos ligados à história ambiental e a micro-história. Proposta inovadora, desafiante e pouco exploradas pela historiografia atual e que pode proporcionar novos entendimentos sobre o processo de colonização e migração na região oeste catarinense.

I - O OESTE CATARINENSE: ASPECTOS NATURAIS E FORMAÇÃO SOCIAL

O capítulo discute a contribuição da paisagem natural da região oeste catarinense, representada por uma flora com plantas como a erva-mate (*Ilexparaguariensis*) e a araucária (*Araucaria angustifolia*), para o processo de colonização, atraindo colonos e caboclos.

1.1 O espaço natural como atrativo à ocupação

Situada no planalto Meridional Brasileiro, a região Oeste Catarinense foi, antes de tudo, uma mescla que associava o desleixo governamental político/administrativo e as contestações territoriais. Trata-se de uma área litigiosa, palco de disputas territoriais relevantes como a Questão de Palmas (1892-95) e a Guerra do Contestado (1912-16).

Paisagisticamente, apresentava uma formação natural até as primeiras décadas do século XX, caracterizada pela densidade da Floresta Ombrófila Mista, tendo como principal elemento o pinheiro (*Araucária Angustifolia*) e a erva-mate (*IlexParaguariensis*). A Floresta Ombrófila Mista, segundo Valentini (2009, p. 30 e 31), detinha uma formação mesclada e “apresentava uma paisagem inconfundível pelo destaque do pinheiro [...] sobressaindo-se acima das demais espécies [...] existentes nos campos de altitude no Sul do Brasil em regiões de clima frio [...]”. As regiões com incidência dessa floresta, segundo o autor citado, têm como característica o bom índice de precipitação pluviométrica, distribuído praticamente em todo ano, sem apresentar longos períodos de seca, com suas árvores geralmente largas e sempre verdes. Em relação à erva-mate (*IlexParaguariensis*), era amplamente encontrada não só em terras brasileiras, mas também nos países vizinhos da Argentina e Paraguai. Segundo Gerhardt (2013, p. 17) era “uma das plantas que integrava a biodiversidade das florestas do Sul da América [...] em uma complexa dinâmica florestal, natural e cultural [...]”. O interesse pela erva-mate, no caso brasileiro, para Renk (2006), deu-se, entre outros fatores, pela indefinição de limites territoriais na fronteira oeste com a Argentina. Para Filho (2002) a erva-mate era um produto cobiçado e rentável desde os anos de 1850, que através de incursões predatórias, chegou a uma produção de mais de dezenove mil toneladas nos anos de 1920.

Na região oeste catarinense, tanto a erva-mate como as araucárias, foram cruciais para a migração e fixação de diferentes grupos humanos, catalisando a formação populacional mista, entre indígenas, caboclos e descendentes de colonos sul-rio-grandenses. No ponto de vista da

ocupação pioneira, Nake (2007), Schmitz e Ferrasso (2011), relatam que foram os indígenas os primeiros a se fixarem na região, ocupando-a de forma sistemática. Em relação aos caboclos³, sucessores na região, Poli (1995) e Renk (2006), revelam que são indivíduos miscigenados e, pelo menos até meados do século XX, ligados a atividades com o corte da erva-mate. Para os autores, eram caracterizados também, por uma produção agrícola de subsistência com técnicas específicas como a coivara: técnica que consistia basicamente em derrubada do mato, para posterior queimada.

Já os colonos sul-rio-grandenses, migram para a região oeste catarinense, em maior intensidade após o fim da Guerra do Contestado (1912-1916) e, conseqüentemente, após a criação dos municípios de Chapecó, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Xanxerê (WERLANG, 2006). A migração desse novo contingente para a região também esteve ligada aos principais aspectos naturais locais, fato que transpassou amplamente as particularidades de cada grupo humano destacado anteriormente, acentuando, as trocas e experiências socioculturais, culminando o que é hoje a população na região oeste catarinense.

É importante destacar, que as trocas e experiências socioculturais não é algo único e exclusivo para a região oeste catarinense. Elas são ações que acompanham a história da humanidade desde os primórdios e apresentam-se de diferentes formas, ora apaziguadas ora estigmatizadas, onde questões como chegar, adaptar, interagir e diferenciar sempre estiveram ligadas a inúmeros contextos.

Sobre a estigmatização e seus meandros, Elias (2000) já alertava que não é algo fácil de entender, uma vez que pode apresentar-se de diferentes formas, envolvendo dois ou mais grupos distintos como também pode ocorrer de forma interna dentro de um grupo específico. Nas palavras do autor:

Não é fácil de entender a mecânica da estigmatização sem um exame mais rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo entre outros e, por conseguinte, de seu próprio status como membro desse grupo. Já afirmei que os grupos dominantes com uma elevada superioridade de forças atribuem a si mesmos, como coletividades, e também àqueles que os integram, como as famílias e os indivíduos [...] a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto das relações específicas entre os estabelecidos e outsiders. “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”,

³ Ressalta-se, que o adjetivo caboclo ou caboclos há tempos vêm sendo discutidos, por diversos autores como bem observou Both (2014). Para o autor, essa designação apresenta diferentes significados oriundos ainda desde os tempos do período colonial brasileiro, onde era utilizado para identificar populações indígenas. Atualmente e de forma generalizada, busca (des.) classificar e marginalizar uma parcela da população brasileira com particularidades socioculturais diferenciadas de outros grupos sociais. No caso específico da região sul-brasileira, essa designação também apresenta características históricas e ainda hoje é utilizada como forma de diferenciar e, por vezes inferiorizar essa população, frente aos colonos descendentes de europeus envolvidos no processo de colonização da região. Nesses termos, o caboclo da região oeste catarinense sofreu e ainda sofre as mesmas premissas e está em constante busca pela sua afirmação social.

“sapatão” e “papa-hóstia” são exemplos. Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o destinatário é um grupo *outsiders*, como menores fontes de poder. (ELIAS, 2000, p. 25, 26 e 27).

No caso específico da região oeste catarinense, tanto os estabelecidos indígenas e caboclos, mais os *outsiders* colonos, irão apresentar questões muito semelhantes no estudo feito pelo autor nos anos de 1950, porém numa lógica diferenciada. No ponto vista comparativo, se lá (região inglesa de Liverpool, segundo o autor citado) a crítica e seus meandros estavam direcionados dos estabelecidos para os *outsiders* em um contexto de crescimento industrial, na região catarinense desde os primeiros anos de colonização, aparecerá num sentido oposto: são os colonos que ao chegarem à região atendendo uma demanda do governo catarinense em colonizar as terras ali localizadas vão apresentar, de forma veemente, diferentes meios de inferiorizar tanto os indígenas como os caboclos pelos seus aspectos de vivência.

Fato é que essa taxaçoão ainda está presente no cotidiano e nas relações sociais na região oeste catarinense atualmente e, na maioria dos casos, estão direcionados aos mesmos grupos indígenas e caboclos, como por exemplo, “índios são todos vagabundos”; “cuidado com os cor de cuia”; “se não fazem na entrada fazem na saída”, etc., além é claro, das inúmeras piadas xenofóbicas.

Esses colonos eram considerados, segundo o governo local, “bons trabalhadores”, “ordeiros” e ideais para a colonização da região. Uma caracterização em contraposição aos grupos indígenas e caboclos considerados responsáveis pelo atraso da região oeste catarinense. Radin (2012) ao reportar aos discursos das autoridades locais, revela como que era fundamental a introdução de novos “braços” para o projeto idealizado:

Só pelo povoamento rápido pode o Brasil conquistar o lugar a quem tem direito no concerto das grandes Nações. Nem foi por outros processos que os Estados Unidos da América do Norte alcançaram a extraordinária prosperidade de que gozam. Aqui mesmo temos a prova das vantagens da introdução de braços para a exploração das riquezas das nossas terras. Sem isso, ainda hoje, muito pequeno seria ao progresso do Estado. Penso, portanto, que deveis autorizar o Governo a ceder à União, a título gratuito, as terras que ele quiser colonizar. Os lucros indiretos que o Estado alcançará com a sua produção, com o desenvolvimento do seu comércio e com a abertura de estradas por conta dos cofres federais, compensarão sobejamente o prejuízo resultante da cessão gratuita de terras. [...] A policultura é nossa riqueza. Não temos como outros Estados, a intensificação de uma cultura como o café, o açúcar, o algodão que fazem a riqueza pública, mas limitam a riqueza particular aos grandes proprietários. O nosso regime agrícola divide a riqueza e dá à generalidade de todos aqueles que trabalham as melhores compensações, estabelecendo uma situação de equilíbrio. [...] Não devemos recluir nosso futuro econômico. Temos diante de nós as melhores perspectivas, tudo dependendo da ação inteligente dos

governos, impulsionando o trabalho e protegendo todas as iniciativas de aproveitamento das extraordinárias riquezas naturais que possuímos. (RADIN, 2012, p. 81).

O discurso apresentado deixa claro que a preocupação das autoridades catarinenses, naquele momento, era promover a ocupação rápida e sistemática da área que corresponde à região oeste catarinense, para seu desenvolvimento econômico. A partir de exemplos ocorridos tanto no âmbito nacional como internacional, a solução era a introdução de um contingente que após a posse da terra, através de título concedido, seria capaz de trazer a riqueza para o Estado Catarinense, com uma produção agrícola diversificada (policultura). Isso se daria através das melhores perspectivas em relação à exploração das riquezas das terras, gerando expectativa financeira e renda aos cofres públicos. Em outras palavras, a ocupação da região oeste catarinense esteve intimamente ligada aos aspectos naturais e foi um “[...] processo de reconstrução do espaço [...] a partir da migração [...]”. (RADIN, 2009, p. 24).

Os aspectos naturais da região oeste catarinense foram cruciais para o processo de colonização ocorrido, e envolveu diferentes grupos humanos. Neste sentido, a paisagem natural ajudou também a anexar a região ao quadro econômico do estado catarinense e a ratificação dos limites territoriais entre a Argentina e Brasil, Paraná e Santa Catarina.

1.2 A História Ambiental e suas contribuições

A formação populacional mista na região oeste catarinense esteve intimamente ligada à formação da flora local, sobretudo com a erva-mate e a araucária e os principais rios da região. No entanto, essa formação não esteve apenas ligada a tais fatores: sabe-se que a flora e hidrografia são elementos que compõem um conjunto natural da paisagem local, onde ambos, de forma direta e indireta, contribuíram para o deslocamento e estabilização de diferentes grupos humanos.

Nesse sentido, analisar a historicidade das relações humanas com a natureza no oeste catarinense pode, segundo Duarte (2005, p. 32), “dar-nos instrumentos para assumir uma postura mais crítica [...]. Tornamos mais capazes de perceber mais claramente tanto as falácias do desenvolvimentismo como as idealizações autoritárias [...]”.

Daí resulta-se a inquietação: quando surge um conjunto de estudos que correlacione a natureza e a história da humanidade dentro da proposta da história ambiental? Segundo Worster (1991), as primeiras ideias sobre os estudos relacionados a esse campo começaram a surgir na década de 1970, fruto de inúmeras conferências que debatiam uma forte crise

política global na época. Estes estudos e conferências, acabaram perpassando amplamente os aspectos políticos e adentram com prosperidade no mundo acadêmico. Assim, a história ambiental nasceu com cunho político e a medida que amadureceu, embrenhou no campo acadêmico com o objetivo de aprofundar o entendimento dos seres humanos naquilo que afetam e são afetados pelo ambiente natural (WORSTER, 1991).⁴

Quanto à importância desse ramo da historiografia, o autor revela que são estudos baseados em três conjuntos de questões bem definidos: 1) o entendimento funcional da natureza no passado, incluindo os aspectos inorgânicos, orgânicos e o próprio organismo humano, sendo esse último um elemento devorador e devorado pelos primeiros; 2) o entendimento do domínio socioeconômico através da interação dos grupos humanos com a natureza, para promover bens de consumo e culminando assim em questões como trabalho, ferramentas, etc.; 3) análises tangíveis através das leis e mitos, os quais podem proporcionar diferentes significados humanos com a natureza.

Diante disso, constata-se que os grupos humanos que vão compor a população mista na região oeste catarinense, agiram, conforme suas particularidades, sobre a natureza local da região ao longo dos tempos, afirmação pautada no segundo item levantado por Worster. Ou seja, entende-se que o processo de colonização da região oeste catarinense foi o principal agente modificador da paisagem local e não pode ser abordado apenas como uma questão simples. Em outras palavras, “não pode ser isolada do contexto social, político, cultural, ético e estético”. (BRÜGGER, 2004, p. 24).

Dito isso, observa-se que a colonização do oeste catarinense e a sua formação populacional, interligados aos aspectos naturais da região, apresentou um *continuum* como afirmara Duarte (2005). Para a autora, a relação que as sociedades mantiveram com os recursos naturais ao longo do tempo, sempre apresentou inúmeros estereótipos transpassados de geração para geração. No caso específico da região oeste catarinense, o processo de colonização mostra fortes indícios onde a principal premissa era a visão tradicional “que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e [...] que se devia explorar para fins úteis”. (THOMAS, 1989, p. 16).

⁴ Duarte (2005) concorda com Worster cronologicamente, relatando que foram os norte-americanos, em 1977, através dos fatores mencionados a pouco, a fundar a Sociedade Americana de História Ambiental (*American Society for Environmental History*) e a revista *Environmental History*. Já em 1999 e 2004, de acordo com a estudiosa, houve também na Europa e em Cuba, respectivamente, o surgimento da *European Society for Environmental History* e a SOLCHA (Sociedad Latino-americana e Caribenha de História Ambiental), que definitivamente irá caracterizar esse campo através de congressos e publicações especializadas.

Já Nodari (2010), ao estudar a colonização da região, conclui que a derrubada das florestas fazia parte desse processo e era uma premissa por parte de algumas companhias colonizadoras ali envolvidas. Para a autora, isso foi possível uma vez que tanto colonos como colonizadoras já tinham experiências no corte e comercialização das madeiras no Rio Grande do Sul. No entanto, a utilização da flora local não esteve apenas ligada aos interesses das companhias colonizadoras. À medida que essas companhias colonizadoras comercializam lotes coloniais, junto aos colonos, a paisagem sofreu ajustes por parte dos mesmos. Nas palavras de Klug e Santos (2002, p. 92), a vida nesse novo e ao mesmo tempo desafiador ambiente, necessitava de algumas mudanças paisagísticas onde “a necessidade de derrubada de grandes áreas de mata nativa seria uma etapa natural para o surgimento das primeiras plantações. Os colonos ajustam a floresta de acordo com suas necessidades [...]”.

Hoje, resta muito pouco das florestas originais da região oeste catarinense, encontradas no início do seu processo de colonização e há apenas algumas referências destas através de relatos de viagens e incursões. Exemplo disso são os relatos de viagem da chamada “Bandeira Konder”⁵, descritos na obra *A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras* (2005): ação administrativa caracterizada por apresentar um projeto de integração regional conectando a região oeste catarinense com a capital catarinense (Florianópolis) e pela assinatura de convênios entre os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em áreas como segurança e transporte rodoviário. Essa bandeira também estava baseada na definição sociocultural na fronteira entre Argentina e Brasil (FLORES; RENK; SERPA, 2005).

No ponto de vista da efetivação da bandeira, o então chefe maior catarinense Adolfo Konder (1884-1956),⁶ montou uma comitiva com diversos representantes de diferentes segmentos ligados ao seu governo. Dentre os integrantes da comitiva, destaca-se o advogado Artur Ferreira da Costa⁷ (1887- 1937), o qual fez importantes relatos sobre a região durante a passagem:

⁵ A Bandeira Konder, segundo Vojniak, (2005), em prefácio na obra *A viagem de 1929: oeste de Santa Catarina documentos e leituras*, foi um movimento liderado pelo então governador catarinense Adolpho Konder, com o intuito de conhecer e reconhecer o interior do estado, principalmente à região oeste, no objetivo de desenvolvê-la através da sua colonização. Ressalta-se, que essa iniciativa foi a primeira a ser realizada pelo poder executivo catarinense, com seu representante maior, após o fim da Guerra do Contestado. Ou seja, é depois de treze anos que a região oeste catarinense, começa a despertar o interesse na execução de um projeto progressista e econômico.

⁶ Adolfo Konder era bacharel em Direito. Foi Deputado Estadual e Federal por Santa Catarina e Governador de do mesmo Estado entre os anos de 1926-1930, chegando a ser eleito Senador no ano de 1930. Colaborou na fundação do jornal “Diário da Tarde”. (PIAZZA, 1994, 358).

⁷ Artur Ferreira da Costa era baiano de Santo Amaro da Purificação. Formou-se em Direito em 1908, transferindo-se para Joinville/SC, sendo posteriormente, no mandato de Adolfo Konder, Chefe de Polícia do Estado. Foi Deputado Estadual Catarinense por sete vezes e uma vez Senador pelo mesmo Estado. (PIAZZA, 1994, p. 216).

A floresta é maravilhosa. Pinheiros de grossura estonteantes. Vimos exemplares de mais de um metro e meio de diâmetro. Ervais que irrompem na pequena roçada feita para a picada. Árvores preciosas de inúmeras qualidades, especialmente o Cedro. [...] As árvores são tão altas e tão emaranhadas em suas copas pelos liames das [...] trepadeiras, que vedam a visão do firmamento. (COSTA, 1929, p. 29).

O relato anterior mostra a veneração de uma natureza considerada maravilhosa, localizada, localizada em uma região vista até então como um “Sertão Desconhecido”. Por outro lado, o autor descreve que essa mesma natureza era a porta de entrada para o projeto de integração regional, onde vencê-la era a ordem do dia, culminando na transformação da região em um polo fortemente econômico:

No meio daquela floresta selvica e grandiosa, auscultando as expansões fortes e dominadoras da natureza bruta, sente o homem o abandono [...] da civilização, para os quais não lhe é possível apelar. [...] Governo patrioticamente está construindo, [...] a fortuna da região e o progresso de um trecho fadado pela natureza para ser um verdadeiro éden. (COSTA, p. 29 e 31).

Para Arruda (2000, p. 184), essa era uma imagem construída em oposição a uma região até então inóspita e interiorana. Nas palavras do autor “era a criação de uma paisagem pela negação de outra, da projeção de uma forma de vida urbana, moderna e capitalista, com suas concepções de tempo, espaço e propriedade, sobre uma outra forma não urbana”. Na mesma ótica, Carvalho e Nodari (2005, p. 64), ao estudarem a origem da indústria da madeira no vale do Iguaçu no mesmo Estado, concluem que “[...] a floresta aparece nas histórias locais como um empecilho [...] para o progresso, o desenvolvimento das sociedades”. Logo, a região oeste catarinense ao longo de sua história vai revelar uma inter-relação constante entre homem e natureza, onde a paisagem natural acaba por ceder espaço a um projeto progressista e econômico.

1.3 Migração e suas contribuições no processo de colonização no oeste catarinense

A migração e seus respectivos meandros é fenômeno que ocorre desde os primórdios e pode ser compreendida, entre outros fatores, pela própria natureza humana em ocupar diferentes áreas. Além disso, soma-se questões como mudança social, política e econômica, vivenciada por diferentes grupos humanos em diferentes contextos, que podem ser bem visualizados no processo de formação da região oeste catarinense. Hoje, com a globalização⁸

⁸ Globalização, segundo Albagli (1999, p. 185), “corresponde a um alongamento das relações entre o local/presente e o distante/ausente por meio das redes, que estabelecem interações e conexões que perpassam o

consolidada, esse fenômeno se dá por conta basicamente de fatores econômicos, onde a busca por melhores condições de vida é o principal vetor.

Segundo Nodari,

[...] as práticas socioculturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família e faz que migrem para um outro lugar para modificar um problema estrutural particular. Entretanto, ao se mudar um conjunto inteiro de sujeições e problemas será encontrado e o próprio ato de migrar requer reações individuais para se adaptar às novas circunstâncias. (NODARI, 2002, p. 34).

Para Muniz (2002) é um fenômeno que obedece a leis e teorias e não deve ser compreendida apenas no ponto de vista conceitual. Deve ser compreendida pela forma que se dá especificamente, levando em conta questões como a movimentação populacional e o aproveitamento ao máximo do espaço ou área para a afirmação econômica e social. Logo, entende-se que são fenômenos que apresentam diversas variáveis desde o tempo de deslocamento de uma área a outra, o espaço geográfico a ser percorrido para esse deslocamento e por fim, a possível permanência ou desistência daqueles envolvidos. A isso tudo, a imigração/migração e seus respectivos determinantes podem ser caracterizados como internacionais, que ocorrem de um país para outro, ou nacionais de caráter interno que advém dentro de um mesmo país.

As movimentações internas, segundo Motta (2005), podem ser caracterizadas como migrações e podem ser divididas como intra-regional, quando acontecem dentro de um mesmo Estado, ou inter-regional, que incidem de um Estado para outro. Tanto uma como outra apresentam ainda fatores como a espontaneidade dos indivíduos envolvidos: uma vez que esses por iniciativa própria planejam migrar para outra área, seus motivos são variados e perpassam desde questões econômicas até socioculturais.

No caso das migrações intra-regionais o Estado do Rio Grande do Sul é um bom exemplo. Ao ter sido porta para uma imigração europeia ocorrida ainda na primeira metade do século XIX, o estado vai ser palco para movimentações internas, através de uma migração interna, em que os indivíduos vão buscar novas terras para ocupar. Roche (1969) ao estudar a colonização alemã no Rio Grande do Sul e seus meandros, classificou essas migrações como interioranas de cunho rural. Para o autor, eram decorrentes de uma expansão demográfica, que no caso específico do estado sul-rio-grandense, os colonos imigrantes e seus descendentes,

conjunto do planeta”. Para a autora, as sociedades após a Idade Moderna (início do século XVI e final do XVIII), em sua maioria, possuem uma dimensão consciente entre o espaço e o tempo, onde a mudança radical em relação às outras sociedades em tempos anteriores seria o amplo conjunto de transformações nas áreas de produção e comunicação.

após não haver mais possibilidades em ocupar a mesma área do chamado “lote ou semi-lote paterno”, foram instigados a buscar novas terras dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Nos chamados lote ou semi-lote paterno, geralmente ficavam os filhos mais novos, responsabilizados de zelar pelos pais até a morte e de cuidar da propriedade. Aos demais primogênitos restava o deslocamento em busca de novas terras. Ainda segundo o autor, essa expansão demográfica de cunho rural poderia ser caracterizada também como pequena migração, pois, era realizada nos arredores do lote, num raio aproximado de cem a cento e cinquenta quilômetros.

Já em relação às migrações de cunho inter-regional, Motta (2005, p. 296-297), as caracteriza como um fenômeno “intimamente ligadas ao processo de mudança da economia brasileira e à criação de novos polos de desenvolvimento”. Nesse caso, essa migração também pode ser considerada como forçada quando os indivíduos se veem obrigados a migrar de seu lugar de origem para sanar problemas de ordem econômica ou até mesmo na perspectiva de melhorar as condições de vida anterior.

Nesse sentido, a região oeste catarinense revela-se um caso atípico. No início do seu processo de colonização, a partir dos anos de 1920, apresentou uma migração de cunho inter-regional (ocorrido na região Sul do Brasil) que envolveu diretamente as regiões noroeste do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina. Esta migração ficou marcada pela movimentação de colonos, que por razões diversas, saíram do Rio Grande do Sul rumo às terras catarinenses.

Entende-se como colonos, membro de uma colônia, pequeno proprietário agrícola que recebe, arrenda ou adquire pequenos lotes coloniais de colonizadores ou do Estado, para desenvolver uma produção agrícola diversificada. No entanto, Motta (2005) esclarece que este diferencia-se do colonizador, embora há nítida confusão sobre os dois. Para a autora, colono seria o sujeito ligado diretamente com a terra e suas lidas, ao passo que colonizador seria aquele que comercializa ou distribui a terra para colonização. Em relação à categoria colonização, entende-se como uma categoria histórica ligada a diferentes sociedades em diferentes momentos ao longo dos tempos: “é um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões [...] intimamente associado a cultivar e ocupar uma área nova [...]”. (SILVA; SILVA, 2009, p. 67).

Particularmente na região oeste catarinense, a colonização esteve fundamentada na associação entre o poder público e a atuação das companhias colonizadoras. Segundo Nodari

(2002, p. 35), as companhias colonizadoras que atuaram nessa região, buscam de forma “ordeira” por colonos para o processo de colonização através:

[...] de uma migração dirigida a grupos específicos que adequassem aos padrões estabelecidos pelo Governo Estadual e pelas próprias companhias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente. A escolha das companhias recaiu sobre os teutos e ítalo brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e haviam se mostrado, como foi definido pelo jornal *República*, em 1932, como “morigerado e trabalhadores”.

Contudo, a migração dos colonos sul-rio-grandenses através da iniciativa das companhias colonizadoras para a região oeste catarinense, esteve em consonância com o projeto de integração socioeconômico estipulado pelas autoridades catarinenses, atendendo os anseios de transformar a região em polo econômico. O interesse do poder público em relação a esses colonos perpassava, entre outras questões, pela vasta experiência que apresentavam nas lidas com a terra, adquiridos anteriormente no processo de colonização no Rio Grande do Sul. Outro detalhe em relação ao interesse por esses colonos é que vinham contrapor os grupos étnicos já estabelecidos anteriormente na região oeste catarinense: tanto indígenas como caboclos eram considerados, segundo algumas autoridades catarinenses, responsáveis pelo atraso social e econômico do “sertão desconhecido”.

Ocupar o sertão desconhecido transformando-o em um lugar de economia pujante era a regra. O contrato de compra e venda de terras entre o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e a Companhia Territorial Sul Brasil, uma das mais atuantes companhias colonizadoras na região oeste catarinense, é um exemplo impactante. Com ponderações a respeito de suas contribuições em tornar a região um polo econômico e atrativo, a companhia deixará claro que através do seu engajamento para uma população “ordeira” houve a transformação da região que:

[...] inculta e agreste, se transformou, em vários e florescentes municípios, com uma população – na sua maioria absoluta canalizada por nós – trabalhadora, ordeira e produtiva; basta destacar que nos municípios criados em nosso território, os cofres públicos, municipais e estaduais, em tributos, arrecadaram no período dos últimos 5 anos [...] importância superior a um milhão de cruzeiros. É evidente contribuição para o progresso do Estado [...].⁹

No mesmo sentido, a companhia prossegue fazendo honras a todos os colonos que direta e indiretamente, através de sua descendência, transformou a região, supostamente “inabitável” em importantes núcleos coloniais que aos “intrépidos e abnegados [...] que

⁹ Instituto de Reforma Agrária - IRASC. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

desbravaram as inóspitas regiões, [...] nos primórdios de sua colonização, transformadas em prósperos núcleos coloniais, a Companhia Territorial Sul Brasil saúda-os efusivamente, [...] almejando que seu exemplo frutifique na sua nobre descendência.¹⁰

De fato, a região oeste catarinense na primeira metade do século XX, esteve caracterizada por uma movimentação demográfica intensa e por disputas em torno das definições territoriais. A migração de colonos sul-rio-grandenses para a região deflagrou uma movimentação demográfica intensa e se caracterizou de cunho inter-regional (MOTTA, 2005). Essa migração trouxe a possibilidade também de sanar algumas angústias daqueles indivíduos descendentes de imigrantes europeus, vindos à sua grande maioria do Rio Grande do Sul, onde a partilha da terra através da herança familiar já não era mais possível. (ROCHE, 1969).

Em relação à atuação das companhias colonizadoras que atuaram na região, estas ganham destaque a partir da década de 1920, depois de resolvidos as querelas territoriais entre o estado catarinense e do Estado do Paraná. Essas companhias colonizadoras estavam relacionadas com o governo local, onde o elo era a disponibilização de concessões de terras. Especificamente, essas companhias colonizadoras atendiam as necessidades do governo catarinense em definir territorialmente a região “[...] impedindo assim que fosse alvo de reivindicações territoriais, [...] ou de lutas pela posse da terra, como no caso do Contestado”. (VICENZI, 2008, p. 57).

Após de posse dessas concessões, a contrapartida era a comercialização e o povoamento das terras. Dentre os compradores, predominaram os colonos sul-rio-grandenses atraídos pelos baixos preços dos lotes coloniais e as possibilidades de extração e comercialização da madeira. A atuação das companhias colonizadoras e a estreita relação com o governo local por meio de concessões de terras será tratado, com ênfase maior no próximo capítulo, com o objetivo de mostrar que o processo de colonização na região oeste catarinense esteve vinculado aos interesses do poder público catarinense, como os interesses das companhias colonizadoras.

¹⁰ Homenagem da Companhia Territorial Sul Brasil aos colonos (1970). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

II - COLÔNIAS E COLONIZADORAS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE: DAS CONCESSÕES DE TERRAS AO COMÉRCIO DE MADEIRAS

Discute-se a atuação das companhias colonizadoras via comercialização de lotes coloniais, a formação de colônias e a relação dessas companhias com o governo do Estado Catarinense. Nota-se que o interesse das companhias colonizadoras e do poder público catarinense convergem no que diz respeito ao processo de colonização do oeste catarinense.

2.1 As concessões de terras como práticas da legitimação colonial

A colonização da região oeste catarinense esteve calcada na junção entre as ações dos governos catarinenses e à atuação das companhias colonizadoras, na grande maioria de caráter particular. Aqui, entende-se companhia colonizadora particular, no ponto de vista de sua razão social e funcionalidade, como aquela formada e implantada por recursos da iniciativa privada, diferenciando-se daquelas com intervenção/cooperação pública (NEUMANN, 2013).

Essas companhias colonizadoras buscavam, na sua grande maioria, a comercialização de lotes coloniais junto aos colonos sul-rio-grandenses. Paralelamente, isso ocasionou também o surgimento de um ciclo comercial denominado por alguns estudiosos como “ciclo madeireiro”, representado pela comercialização de árvores como Cedro, Grapiá, Louro, Araucária e outras.

As companhias colonizadoras, na sua maioria, tinham suas sedes no Rio Grande do Sul e apresentavam grande experiência na comercialização das terras, fator determinante para atrair a atenção do governo catarinense, o qual possibilitava facilidades para o egresso dessas na região oeste catarinense. Dentre essas facilidades, destaca-se as concessões de títulos de terras.

Esses títulos contribuíam efetivamente na colonização da região oeste catarinense, uma vez que apresentava como premissa, a comercialização das terras para pessoas que de uma maneira ou outra, apresentassem experiências nas lidas com a terra. Essa forma, segundo o governo local, vinha promover a integração econômica da região com o restante do estado, onde o engajamento de colonos sul-rio-grandenses era parte dessa integração.

Em relação às companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense, destaca-se como uma das primeiras, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, fundada em 1920, com sede em Porto Alegre. Segundo Werlang (2006), José Rupp, Fidêncio de Souza Mello Filho, Henrique Rupp Júnior e Abelardo Luz, fundaram a empresa com o objetivo de concorrer com a empresa Brasil Railway, empresa em evidência na região há tempos, sendo um dos catalisadores para o surgimento da Guerra do Contestado (1912-16).

Ao fazer frente a Brasil Railway, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, apresentava como objetivo a intenção de comprar e vender terras, através de um conjunto de ações com a construção de estradas de rodagem e a exploração das riquezas naturais da região. Abaixo, encontra-se trecho do título de concessão de terras firmado entre a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA e o governo catarinense no ano de 1921, um ano após a fundação da sociedade (1920):

ESTADO DE SANTA CATARINA - TÍTULO DE CONCESSÃO DE TERRAS

O Engenheiro Civil, Hercílio Pedro da Luz, [...] faço saber que tendo a cessionária de contrato José Rupp, obtida por concessão do governo do Estado uma área de terras conforme despacho de 13 de novembro de 1921, [...] extensão superficial de 467.074, 800 metros quadrados, mais 46.707 hectares [...], situada a margem direita do rio Uruguai, entre os rio Chapecó e o rio das Antas no município de Chapecó, confrontando ao norte com terras devolutas do estado [catarinense], ao sul com o rio Uruguai, a leste o rio Chapecó e a oeste o rio das Antas, conforme memorial e planta da medição ora arquivada na Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura e achando-se paga a respectiva importância de conformidade com a cláusula primeira do adiantamento de contrato, autorizado pelo despacho de 16 de novembro de outubro de 1920, como consta no talão apresentado sob n.355 de N-XII fica a mencionada a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada investido no direito de propriedade das supra-ditas terras, sujeito, porém, às leis e regulamentos que regem as concessões d'esta natureza [...]. Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina em 13 de novembro de 1920.¹¹

O documento acima mostra uma área de 467.074, 800 m² de terras adquiridas pela Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA. Área que convertida, resulta um pouco mais de 467.707 hectares. O documento deixa claro que no ato da assinatura do título a empresa adquiria também mais 46.707 hectares, que somados com os hectares anteriores, chegaria a casa de 513.707 hectares, que revertidos em metros quadrados daria o resultado de 513.707.000 m².

Os números apresentados podem apontar algumas distorções e são passíveis de contestação. Isso se dá, entre outras hipóteses, pelas condições de medição da área na época, ação desprovida, muitas vezes, de equipamentos mais adequados para essa função.

¹¹ Estado de Santa Catarina – Título de Concessão de Terras Título de Concessão de Terras redigido entre a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA em 1920. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Outro caso decorrente que ratificava esses números era a suscetível falta de precisão daqueles que redigiam os documentos (escrituras) da época: indivíduos que da mesma forma, também não dispunham de métodos e meios precisos na hora de fazer o registro das medições.

Outro ponto a destacar em relação ao documento citado acima, é a presença do nome do governador do Estado de Santa Catarina da época, Hercílio Pedro da Luz. Nascido em Desterro, atual Florianópolis, em 29 de maio de 1860, segundo Scharf (2008), foi um sujeito atuante na política catarinense sendo governador por três mandatos (1894 a 1898; 1918 a 1922; 1922 a 1924) e senador pelo mesmo estado entre os anos de 1905 a 1915. Hercílio Pedro da Luz era pai de um dos sócios de José Rupp na Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, Abelardo Luz.

Esse detalhe, referente à paternidade de um dos sócios de Rupp, traz indícios daquilo que foi mencionado no início do capítulo, onde a colonização da região oeste catarinense esteve caracterizada na simbiose das companhias colonizadoras e as concessões de títulos de terras fornecidas pelos governos catarinenses. O fato de ser pai de um dos sócios da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, o governador do Estado fez com que facilitasse, de forma direta, a assinatura do contrato da concessão de título de terras assinado entre José Rupp, representante direto da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA e o próprio governador da época Hercílio Pedro da Luz, revelando, pois, a intencionalidade das partes em acelerar a colonização da região catarinense.

No entanto, mesmo que houvesse intencionalidade entre as partes, as concessões de títulos de terras apresentavam normas e preceitos, sendo que as companhias colonizadoras deveriam acatar com afinco. Nesses termos, toma-se como exemplo novamente o título de concessão de terras firmado entre a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA e o governo catarinense.

Nas entrelinhas da concessão há um conjunto de normas específicas a qual a companhia colonizadora devia acatar. Esse conjunto de normas baseava-se no Regulamento número 129 de outubro de 1900:

Art. 42º – Além das condições gerais a que as terras são vendidas, legitimadas ou revalidadas são sujeitas, em virtude de leis e regulamentos anteriores, ficam mais obrigadas a:

1º - Cessão de uma zona de dez metros de largura para estradas de rodagem e cinco metros para caminhos vicinais comunicações de sítios e povoações, indenizados, porém, os terrenos e benfeitorias existentes, aqueles pelo preço da alienação feita pelo Estado;

2º - Cessão dos terrenos que forem necessários a fundação de povoações, mediante avaliação e desapropriação, ou percebendo no máximo 22 réis por metro quadrado de quem quiser edificar;

3º - Sujeitar as minas que forem descobertas nas mesmas terras ao que tiver sido ou for estatuído em leis promulgadas sobre a matéria. O Governo concede apenas o solo e reserva-se o domínio sobre o subsolo para efeitos da indústria da de mineração;

4º - Concessão para a tirada de águas desaproveitadas e passagem delas mediante indenização das benfeitorias que forem prejudicadas com os trabalhos e quanto a derivação não contrarie interesse idêntico do possuidor, assim como cessão pelo preço de aquisição das terras marginas a quedas d'água aproveitáveis para fins de utilidade pública;

[...] **Art. 47º** - Todas as terras alienadas pelo a qualquer título que seja, são com a condição de serem cultivadas ou aproveitadas dentro de 2 anos, contados da data do título definitivo, sob pena de serem levadas a hasta pública, nas mesmas condições de cultivo, sem direito a reclamação do concessionário, a quem será entregue o produto de venda, deduzidas as despesas respectivas;

Art. 52º - Todos os possuidores de terras medidas e demarcadas são obrigados a conservar os marcos e mais especialmente os marcos de referências colocados na sede da propriedade e a ter perfeitamente abertas e desembaraçadas as picadas divisórias, sobe pena de multa de 200\$000 (art. 3º da Resolução n.43de 17 de março de 1899).¹²

Aqui visualiza-se um conjunto de normas que perpassavam questões como a construção de estradas de rodagens gerais e vicinais (parágrafo 1º do Art. 42º), até o cultivo da terra num prazo de dois anos sob pena de serem leiloadas em hasta pública (Art. 47º). Fica evidente aqui a preocupação com o povoamento das terras, tornando-as produtivas e vedando desse modo a especulação.

Ressalta-se ainda uma prática comum nos documentos de colonização, pois aos compradores reservavam-se apenas o solo e o aproveitamento das águas. Já o subsolo ficava sob o domínio do governo catarinense, inclusive aquelas áreas de terra em que apresentavam a possibilidade de descoberta de minas, direcionadas posteriormente, numa eventual descoberta, para a indústria de mineração (parágrafo 3º do Art. 42º). São determinações “que assinalam que a região passaria por profundas transformações, para que tais objetivos fossem postos em prática. As terras seriam obrigatoriamente adquiridas por compra ou concessões, excluindo-se outra forma de apropriação”. (VICENZI, 2008, p. 71).

No entanto, não há como provar o cumprimento na íntegra dessas normas por parte das companhias colonizadoras. Sabe-se, contudo, que não são raros os relatos de irregularidades e mazelas envolvendo questões ligadas a terra ainda hoje: uma vez com a posse dessas

¹² Estado de Santa Catarina – Título de Concessão de Terras Título de Concessão de Terras redigido entre a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, ano de 1920. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC. Vale lembrar que a mesma documentação foi apontada por Vicenzi (2008) no estudo direcionado sobre a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso. Ou seja, trata-se de documento expedido pelo governo catarinense, norteador das ações das companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense.

concessões, as companhias colonizadoras podiam aplicar formas bem variadas de comercialização das terras, bem como o uso dos recursos naturais. Sobre o número de companhias colonizadoras que atuaram no Oeste de Santa Catarina, apresenta-se a tabela abaixo com o nome, sede e a área de atuação das principais.

TABELA 1 - COLONIZADORAS QUE ATUARAM NO OESTE CATARINENSE, SEDE E RESPECTIVAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

COLONIZADORAS	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó-sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó/Mondai
Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó/Colônia Porto Novo/Itapiranga
Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia Ltda.)	Rio Grande do Sul	Chapecó e região de São Miguel do Oeste
Angelodi Cali, Irmãos & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoril Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó (Itaberaba/Itacorubá)

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: NODARI, 2009, p, 37.

A tabela mostra treze companhias colonizadoras envolvidas no processo de colonização da região que foram responsáveis, direta e indiretamente, por reunir colonos do Rio Grande do Sul nesse processo. Nota-se que dos treze nomes apresentados, nove têm sede no Rio Grande do Sul e apresentam a mesma área de atuação (Chapecó).

Essa constatação decorre pela grandiosidade da área territorial que, após a publicação da Lei Estadual Catarinense n. 1147, sancionada em 25 de agosto de 1917, cria oficialmente

os três primeiros municípios da região oeste catarinense: Chapecó, Cruzeiro, hoje Joaçaba, Xanxerê e, conseqüentemente, a região oeste catarinense (WERLANG, 2006).

Para Bellani (1991) essa área há tempos correspondeu à extensão da região do “velho município de Chapecó”, expressão ainda hoje utilizada por antigos moradores e descendentes dos colonizadores, configurada aproximadamente em 14.000 Km². Região considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1988, como “colonial do Oeste catarinense”. Esta designação, segundo o Instituto, foi atribuída na época à última microrregião das 16 que o Estado de Santa Catarina promoveu a ocupação através da colonização.¹³

Peluso Junior (1991) discorda das designações atribuídas por Bellani e pelo IBGE. O autor reporta-se a essa área como primeiro território “primitivo” do município de Chapecó. Para o autor, essa área administrativamente não poderia ser considerada como região, pois segundo o autor, em um “recenseamento de 1920 encontrou, naquela área, a população de 11.315 habitantes, não chegando, sua densidade média, a um habitante por quilômetro quadrado”. (JUNIOR, 1991, p. 284). Ou seja, para o autor, o que iria determinar se a área do “velho município de Chapecó” ou “colonial do oeste catarinense” era uma região ou não, seria o número de indivíduos residentes ali, devidamente cadastrados em recenseamento.

No entanto, o autor não deixa claro como e quem poderia apresentar essa iniciativa (cadastramento/ recenseamento). Dúvida que se considerar as condições da época em que a foi realizada a oficialização do território do município de Chapecó, pela Lei estadual 1147 de 25 de agosto de 1917 (WERLANG, 2006), seria improvável que os números apresentados por Peluso Junior (1991), dariam condições de determinar se a área em torno desse município seria ou não considerada uma região catarinense. O que fica claro é que mesmo passados quase cem anos de formação político-administrativa, tanto do município de Chapecó como da própria região oeste catarinense, ainda há a necessidade de levantar novos dados sobre a formação territorial e populacional para melhores esclarecimentos.

Ressalta-se que as discussões e apontamentos sobre a formação político-administrativa sobre a região oeste catarinense há tempos vem sendo realizada em diferentes espaços

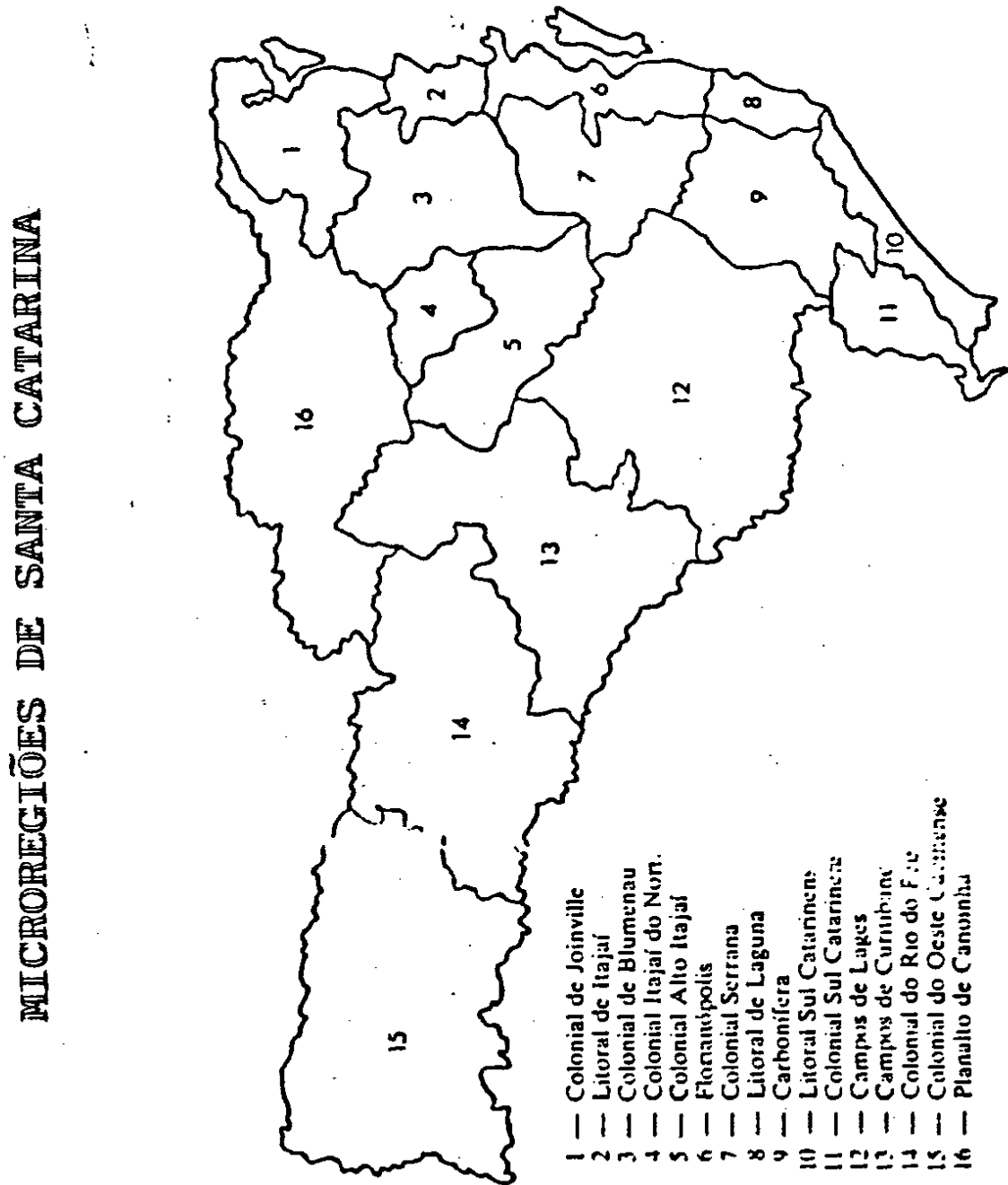
¹³ A área que compõe atualmente a região oeste catarinense pertencia à família Baronesa de Limeira (Barão Vicente de Souza Queiroz; Baronesa da Limeira Francisca de Paula Souza e Mello). O casal teve quinze filhos os quais nove eram herdeiros da área (PIAZZA, 1983; CHITOLINA, 2013). Após a junção da lei de 1850 (Lei de Terras), a qual definia que só poderia adquirir terras por compra e venda ou por doação do Estado, não sendo mais permitido obter terras por meio de posse, da lei 1.181 de dezembro de 1917 e a lei 1.511 de outubro de 1925, as duas últimas expedidas pelo governo catarinense (WERLANG, 2006), a um controle maior sobre as terras localizadas na região pelo poder público catarinense, sendo repassada a iniciativa de empresas colonizadoras, onde uma das primeiras a atuar na região, foi a Empresa Construtora Oeste Catarinense LTDA (1919). Para mais informações sobre a área de atuação da antiga empresa colonizadora, ver mapa anexo A.

acadêmicos. Porém, sente-se a necessidade de buscar maiores esclarecimentos sobre a área que corresponde a referida região e o próprio conceito de região e a área que corresponde.

Como fora mencionada anteriormente, região, nas palavras de Bajaras (1996), pode ser considerada como uma porção geográfica que constitui um ou vários estados de uma determinada federação, incluindo características culturais distintas ou similares a outras regiões. Já para Heredia (1996), pode ser considerada como uma representação do espaço geográfico, criado e imaginado pelo homem, que se adaptando a ele para sobreviver, busca entendê-lo nos seus principais aspectos naturais. Assim, segundo o autor, há a necessidade de se compreender o imaginário humano.

No caso específico da região oeste catarinense, esta apresentou a partir da década de 1920, segundo a ordem do dia, uma representação negativa em que a mesma era considerada inóspita e interiorana, onde o processo de colonização, embasado entre outras características, na perspectiva de ordem “moderna” e capitalista, trouxe a possibilidade de negação daquela imagem anterior (ARRUDA, 2000). No entanto, se reforça a ideia de que a concepção de região, no seu ponto de vista epistemológico, não está vinculada apenas a uma corrente de estudos específica, nem mesmo apenas está embasada nas ideias apresentadas pelos autores citados. O entendimento de região envolve diferentes áreas do conhecimento humano.

FIGURA 1 – MICRORREGIÕES CATARINENSES SEGUNDO O IBGE (1988)



Fonte: BELLANI, 1991, p. 20.

Nessa perspectiva, o limite territorial do “velho município de Chapecó” ou “colonial do Oeste catarinense”, esteve configurado desde a divisa com o município de Cruzeiro, atual Joaçaba a leste, até a fronteira da República da Argentina a oeste, tendo como divisa ao sul o Rio Uruguai. Essa área está situada na parte mais a oeste do Planalto Catarinense e foi o

último espaço geográfico catarinense a ser colonizado (BELLANI, 1995). Vale lembrar que essa região era considerada como litigiosa desde os tempos de Brasil-colônia, onde espanhóis e portugueses a disputavam, passando posteriormente, a ser disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná na segunda década do século XX. Fatos há tempos que vêm sendo discutidos dentro da historiografia brasileira em trabalhos como o de Machado (2004) e Valentini (2009)¹⁴, entre outros.

Em relação a ocupação e administração das terras localizadas nessa região, as companhias colonizadoras particulares, após a posse das concessões de título de terras, apresentavam uma ou mais subsidiárias como forma de acelerar o processo de colonização. Nessa perspectiva, o número de companhias colonizadoras levantadas por Nodari (2008), apresentadas na tabela (localizada na página 32), poderia ser transpassado amplamente.

Para exemplificar essa possibilidade, pode-se citar o caso da Empresa Colonizadora Bertaso: empresa fundada no ano de 1923, que após a dissolução no mesmo ano da antiga empresa Bertaso, Maia e Cia (1918), vai assumir a responsabilidade de colonizar uma área aproximada de 92.438 hectares. Dessa área, 10.000 hectares estavam localizados à margem esquerda do rio Chapecó (VICENZI, 2008).

Em depoimento, Sérgio Pagliarini (2014), morador do atual município de Nova Erechim/SC, relata que veio morar na região oeste catarinense aos três anos de idade, após seu pai comprar terras situadas na mesma margem do rio citado acima, dos “Irmãos Pandolfo”.¹⁵ No depoimento, constata-se entre outras hipóteses, a possibilidade da empresa colonizadora repassar seus serviços de colonização a outras subsidiárias.

Contudo, o depoimento não deixa claro se os “Irmãos Pandolfo” tratava-se de uma subsidiária que seguia os ditames administrativos da Empresa Colonizadora Bertaso ou se tratava mesmo de uma empresa de colonização. Assim, de acordo com as informações levantadas por Vicenzi (2008), Nodari (2009) e por Pagliarini (2014), havia a possibilidade da Empresa Colonizadora Bertaso repassar a comercialização das terras (área aproximada de 92.438 hectares) e seus trâmites a outras iniciativas, seja de cunho empresarial ou particular.

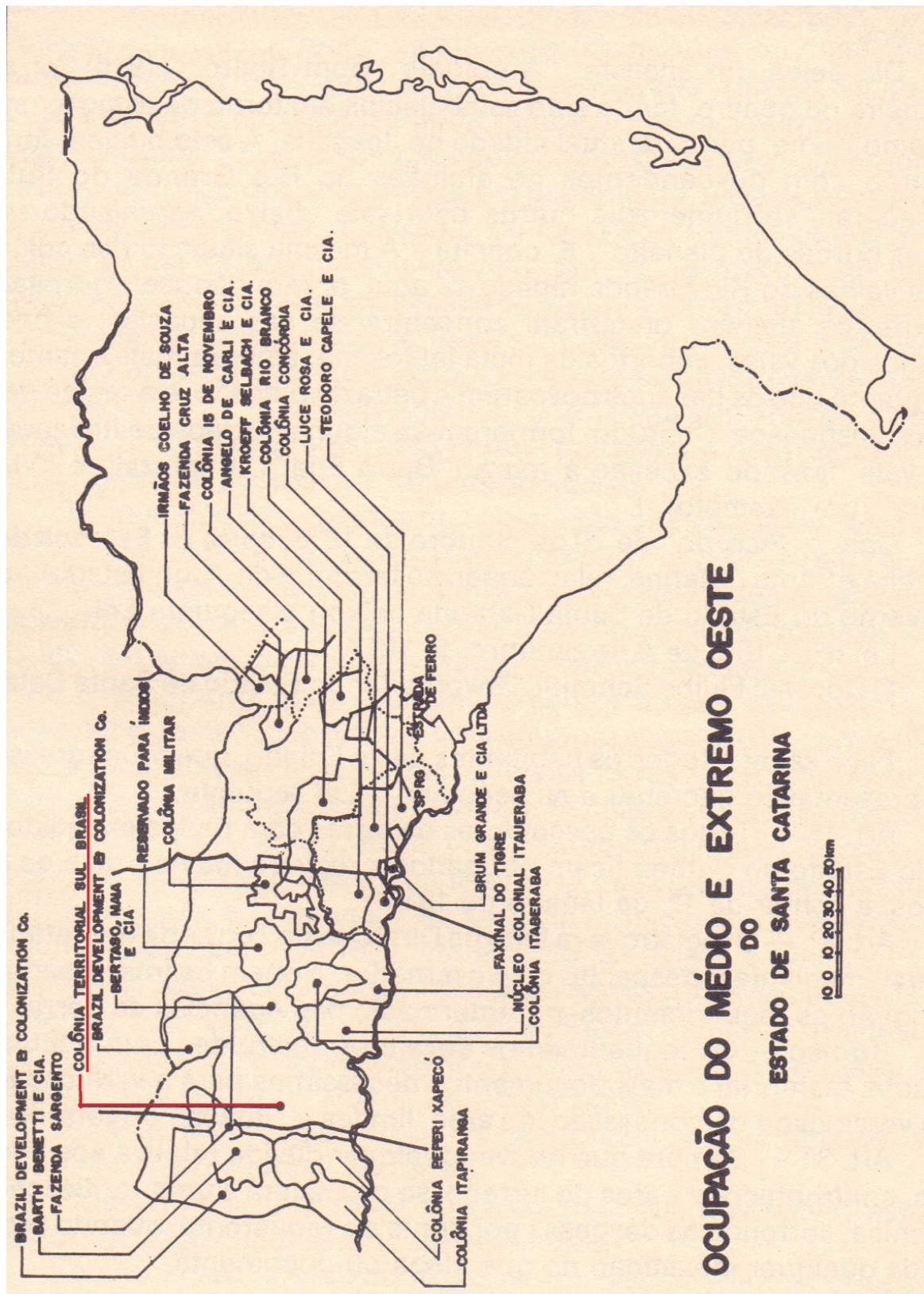
Conclui-se, que o número de empresas levantadas por Nodari (2009), treze companhias colonizadoras representadas no quadro 1, pode ser facilmente ampliado, como mostra o mapa da figura 2. No total são 22 nomes de possíveis companhias que de forma direta ou indireta, contribuíram no processo de colonização da região oeste catarinense.

¹⁴ Ver mais em: MACHADO (2004) e VALENTINI (2009).

¹⁵ PAGLIARINI, Sérgio. Entrevista concedida a Carmem Tereza Salvini, Elza Maria e Fernanda Ben. Fonte: acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2014.

No entanto, do mesmo modo que o caso anterior entre a Companhia Colonizadora Bertaso e os Irmãos Pandolfo, não há como provar se os referidos nomes apresentados pelo mapa da figura 2 são ou não, na sua totalidade, de empresas de colonização ou de possíveis subsidiárias. Tal constatação, mesmo se tratado de um assunto bastante recorrente na produção historiográfica de caráter regional, mostra-se com uma carência de pesquisas mais apuradas.

FIGURA 2 – OCUPAÇÃO DO MÉDIO E EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA



Fonte: PIAZZA, 1994, p. 252.

A figura 2 mostra vinte e dois nomes de companhias ou subsidiárias que atuaram diretamente no processo de colonização da região oeste catarinense. Faz menção em especial (identificação com traços vermelhos) à colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil, sucessora da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA e objeto de estudo desse trabalho. Para Werlang (2006) a Companhia Territorial Sul Brasil foi responsável por comercializar uma área de 230.000 hectares.

Do mesmo modo da Empresa Colonizadora Bertaso entende-se que por se tratar de uma grande área a ser colonizada, a Companhia Territorial Sul Brasil tenha repassado a comercialização dos lotes coloniais a outras iniciativas. No entanto, até o momento não há como comprovar essa hipótese, apenas mencionar que o levantamento feito pela companhia esteve vinculado na disposição hidrográfica encontrada na área de sua atuação, como forma de demarcar os lotes coloniais e as ações ligadas a comercialização de madeiras.

2.2 Terra, água e mato: recursos para uma afirmação colonial

Após a definição territorial pela Lei Estadual 1.147 em 1917, a região oeste catarinense foi palco para a implantação de um projeto de integração econômica que veio atender aos interesses do governo do mesmo estado e as necessidades dos colonos. Esse projeto também estava embasado na exploração dos recursos naturais locais, fundamental para a anexação da região no cenário econômico estadual catarinense. Destaca-se a grandiosidade florestal representada por árvores como pinho (araucária), cedro, louro, etc., e por uma hidrografia de grande escala como o rio do Peixe, Irani, Chapecó, das Antas e rio Uruguai, os quais foram responsáveis diretos pelo escoamento das madeiras extraídas, principalmente entre os anos de 1920 a 1970.

Com a colonização,

[...] teve início, entre outras, o ramo da atividade extrativa da madeira. A preocupação era agora explorar os recursos florestais e cultivar o solo progressivamente. O Rio Uruguai, com suas cheias constantes, serviu de caminho para o escoamento de madeiras para a Argentina, em forma de balsas. (BELLANI, 1995, p. 74).

Esse comércio foi possível pela grande quantidade de árvores encontradas em florestas que cobriam praticamente toda a região oeste catarinense. É o que revela a imagem na sequência, foto tirada durante a realização da Bandeira Konder em 1929, identificando a proporcionalidade florestal, representava por “árvores tão altas e tão emaranhadas em suas

comas pelos liames das sarmentaceas e trepadeiras, que vedam a visão do firmamento”. (COSTA, 1929, p. 42).

IMAGEM 1 – A IMENSIDÃO DO SERTÃO EM SANTA CATARINA (1929)



Fonte: COSTA, 1929, p. 161.

A imagem acima, mesmo não identificando especificamente as espécies que compõem a flora local, como fizera Valentini (2009), dá uma noção das características da paisagem natural encontrada na região oeste catarinense na primeira metade do século XX. Passível de comentários admiráveis, como fizeram os membros da Bandeira Konder em 1929, essa paisagem ajudou a catalisação do comércio madeireiro, naquilo que Bellani (1995) denominou de “ciclo madeireiro” e a impulsionar o processo de colonização da região.

Ressalta-se, no entanto, que se essa paisagem foi vista como uma forma de barganhar lucros por parte das companhias colonizadoras ligadas ao ramo madeireiro, a mesma seria o primeiro obstáculo a ser vencido pelos colonos. Em outras palavras, derrubar a mata comercializando-a e fazer lavoura, era a ordem do dia, tanto para a manutenção do ramo madeireiro, como para a manutenção das famílias dos colonos.

Sobre o ciclo madeireiro apontado por Bellani (1995), este sempre esteve vinculado ao processo de colonização da região oeste catarinense, que após ter resolvido as disputas

territoriais submeteu-se a um processo de colonização que envolveu na sua grande maioria, colonos sul-rio-grandenses e empresas colonizadoras, oriundas do mesmo Estado.

Porém não se pode perder de vista que o ciclo madeireiro instalado a partir da década de 1920 e que se estendeu até os anos de 1970, estava ligado tanto ao contexto econômico nacional como internacional. Em nível nacional estava ligado nos meandros pela definição dos limites territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina e ao processo de colonização da última região a ser colonizada em terras catarinenses. No contexto internacional, sabe-se que a partir do final dos anos de 1930 e a primeira metade da década de 1940, as economias mundo afora aproximaram-se com a Europa em virtude, entre outros fatores, da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945).

Tedesco e Sander (2005, p. 207), ao estudarem o comércio na região de Passo Fundo/RS na primeira metade do século XX, revelaram que a economia em torno das madeiras nessa região, durante os anos de 1930 e 1940, foi estimulada “pelas necessidades criadas pela Segunda Guerra Mundial, centenas de caminhões transportavam não só para outras unidades da federação [brasileira], mas, sobretudo, para o Rio da Prata, o Uruguai e a Argentina [...]”. Assim, pode-se paralelamente mencionar que a comercialização das madeiras na região oeste catarinense também esteve em consonância com os desdobramentos internacionais. Produtos como tábuas, barris, caixas de madeira e outras peças madeiradas, possibilitavam a expansão do comércio para lugares que iam muito além de países como Uruguai e Argentina (SANDER; TEDESCO, 2005). Em outras palavras, esses produtos atendiam algumas necessidades de países europeus envolvidos direta e indiretamente antes, durante e no pós-guerra.

Em efeito, no ano de 1940, surge na região oeste catarinense a “Sociedade Madeireira Xapecoense” na cidade de Chapecó. Segundo Bellani (1995, p. 131), essa sociedade tinha como objetivo “amparar a classe dos madeireiros que exportavam [...] e fundar um único escritório de vendas aos consumidores” na região. Ao pesquisar o Livro de Registro de Firms Comerciais da Comarca de Chapecó, a autora revela que num período de dez anos, de 1936 a 1946, houve significativa quantidade de serrarias registradas e associadas, 107 no total. Estatística esta exemplificada na tabela seguinte com o número e ano dos registros e o capital investido.

TABELA 2 - NÚMERO DE MADEIREIRAS ENTRE OS ANOS DE 1936 A 1946

ANO	NÚMERO DE MADEIREIRAS	CAPITAL INICAL
1936	24	R\$ 336:000\$000
1937	09	R\$ 130:000\$000
1938	09	R\$ 121:000\$000
1939	07	R\$ 178:000\$000
1940	11	R\$ 179:000\$000
1941	09	R\$ 99:000\$000
1942	15	R\$ 1.329:000\$000
	03	R\$ 95:000\$000
1943	14	R\$ 225:000\$000
1944	07	R\$ 325:000\$000
1945	01	R\$ 20:000\$000
1946	02	R\$ 100:000\$000
TOTAL	107	R\$ 1.809.329:\$000

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: BELLANI, 1995, p. 132.

Através dos dados levantados pela autora, percebe-se que o auge de inscrição de madeireiras na sociedade foi o ano de 1936, com vinte e quatro madeireiras registradas. Ressalta-se aqui, que os dez anos analisados pela autora (1936 a 1946), está dentro do período citado por Sander e Tedesco (2005). Outro detalhe a ser observado, é o ano de surgimento da Sociedade Madeireira Xapecoense (1936), que também tinha ligações com o comércio internacional, aquecido pelo advento da Segunda Guerra Mundial. Isso levanta a hipótese de que as madeiras comercializadas pelas companhias colonizadoras ligadas a esse ramo na região oeste catarinense, além de terem destino os países vizinhos do Uruguai e Argentina, também abasteceu os países europeus envolvidos no conflito bélico.

Com a escassez de madeiras a redução de registro de firmas madeireiras também foi visível. Segundo a tabela acima, a redução maior foi no ano de 1945, onde houve apenas 1 unidade registrada. Isto é, da data limite estudada por Bellani (1995), houve uma redução de 95,84% de registros efetuados em relação à data inicial (1936) estudada pela autora.

Outro detalhe ainda em relação aos números apresentados pela autora, é que não há como mensurar a exata influência da Segunda Guerra Mundial no desempenho dessas madeireiras e nem mesmo a sua influência no número de registro de madeireiras na

“Sociedade Madeireira Xapecoense”. Nota-se ainda, que os números apresentados pela autora, estão vinculados apenas a uma parte da região oeste catarinense e podem ser considerados imprecisos.

Não há possibilidade de mensurar o número exato de madeireiras encontradas em toda região oeste catarinense durante o período examinado, isso porque trata-se de uma região de grande extensão (aproximadamente 28 mil Km²) e nem todas as madeireiras buscavam fazer seu registro na Sociedade Madeireira Xapecoense e possivelmente, estavam em diferentes partes.

Goularti Filho (2002), relata que havia no ano de 1937 mais de duzentas madeireiras registradas em todo estado catarinense, responsáveis por cerca de 48% da produção madeireira. Totalizando mais ou menos uma produção de 1,96 milhões de dúzias de tábuas no ano. Do mesmo modo, o autor aqui também não deixa claro se esses dados vinculam ou não a região oeste catarinense.

Conclui-se deste modo, que mesmo se tratando de um estudo com significativos levantamentos estatísticos realizados nos últimos anos, ainda há grandes divergências e lacunas a serem preenchidas. O que se sabe é que tanto as madeireiras registradas na Sociedade Madeireira Xapecoense, bem como aquelas que não aparecem nos seus registros, levantam a hipótese de direcionar parte de seus produtos para países vizinhos como a Argentina e o Uruguai, e para a Europa.

De fato, por si só o ciclo da madeira ocorrido na região oeste catarinense entre as décadas de 1920 a 1960, ainda requer análises mais aprofundadas. O que fica claro é que não se pode fazer análises desse comércio desvinculado do processo de colonização ocorrido na região e nem mesmo desvinculá-lo do contexto nacional brasileiro e internacional. De qualquer forma, são análises que apresentam grandes desafios em se levantar novas informações sobre a história da região Oeste de Santa Catarina.

2.3 O comércio de madeiras: reflexos de uma colonização orientada

O ciclo madeireiro na região oeste catarinense só foi possível pela grande quantidade de rios encontrados na mesma, pois serviram como vias de transporte e escoamento da produção. Rios como o Chapecó, das Antas e o Uruguai, juntamente com seus tributários, eram amplamente utilizados, principalmente em períodos de enchentes.

Em depoimento, José Ross (2011) morador do município de Sul Brasil/SC, município da região oeste catarinense, fala que “[...] eram as chuvas que mandavam, tinha que dar

enchentes. Quando o rio enchia, era a hora de soltar as balsas. Às vezes ficavam até seis meses encalhadas as balsas sem soltar, enquanto não chovia, não soltava [...]”.¹⁷

Contudo, o uso dos rios localizados na região e seus afluentes para o escoamento das madeiras acarretavam também contratempos bem pontuais para as companhias colonizadoras ligadas ao comércio de madeiras. O fato é que para despachar as madeiras utilizando as águas fluviais era necessário o transbordamento dos rios através de fenômenos meteorológicos pontuais, como é o caso das chuvas torrenciais.

Ao utilizar-se desse fenômeno, as companhias colonizadoras que atuavam no ramo madeireiro podiam sofrer significativas perdas financeiras. Essas chuvas também acarretavam casos de sinistros contra a vida daqueles ligados diretamente a ofícios como derrubada das matas e a construção de respectivas balsas de madeira. Outro fator a ser considerado é as atividades realizadas nas matas, próximas aos rios para facilitar tanto o deslocamento das toras, como a construção das balsas.

Em relatório produzido no ano de 1961, a Companhia Territorial Sul Brasil, relata alguns contratempos decorrentes de chuvas ocorridas no mês de março daquele ano. Esses contratempos representavam desde a falta de trânsito em algumas estradas na área de sua abrangência, até a perda de uma parte da produção de madeiras:

Relatório n. 61/3, Setor de Madeiras de Cedro:

[...] 7º Enchente – Em data de 14 do corrente mês, verificou-se grande enchente no rio Uruguai, que durou vários dias. [...] Nessa data, o trilhamento de madeiras estava paralisado, pelo motivo do mau tempo e das estradas intransitáveis [...] na zona de estaleiros de cedros, motivo pelo qual, não houve possibilidades de serem transportadas novo lote de varais e possivelmente mais alguma carga de roliços para completarmos uma balsa maior, a fim de serem diminuídas as despesas decorridas. Dessa forma, em caso de enchente, deveria ter decidido somente 67 roliços que estavam embalsados na ocasião, pois dos restantes os que estivessem em condições de serem embalsados, como dissemos acima, estavam aguardando o recebimento dos varais. Porém, assim não entendeu nosso colega [...] que a título de colaboração, resolveu mandar maior quantidade de roliços, [...] derruba mais 11 roliços na água, os quais ficaram para serem atilhados no dia seguinte. Como não se deve facilitar em caso de enchente, aconteceu o inevitável, pois durante a noite, as águas cresceram com bastante violência, carregando os roliços enroscados para serem atilhados, [...] hora mais tarde, carregando igualmente as balsas de pinho e cedro, arrastando e arrancando dos barrancos, as árvores onde durante alguns anos se amarravam os cabos de aço. [...] As referidas balsas de cedro e pinho que escaparam na ocasião da enchente, com alguns peões em cima, foram alcançadas em Passarinhos extraviando-se 8 roliços de cedro dos 11 escapados, e requisitados 3 até o momento, que acham-se em Iraí, em lugar seguro. [...] Fato digno de nota e muito raro, e a ocorrência de enchentes no mês de março, época em que as águas estão

¹⁷ ROSS, José. Entrevista concedida à Fernanda Ben e Joani Wickert. Fonte: acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.

mais baixas, pois em mais de vinte anos que temos de atividade no rio Uruguai, a cheia de 14 do ocorrente é a terceira que conhecemos nesse período.¹⁸

O relatório deixa claro que mesmo sendo uma necessidade a cheia e a utilização dos rios para o transporte das madeiras, as enchentes causavam significativas perdas. Ao mencionar a paralisação dos trabalhos pela falta de trafegabilidade nas estradas intransitáveis em decorrência do grande volume de chuvas, ocorridas no período em destaque (março de 1961), nota-se que as estradas apresentavam-se como o primeiro obstáculo concreto a ser vencido pela companhia.

A falta de trafegabilidade afetava consideravelmente a montagem de novas balsas pela falta de varais, uma vez que esses não chegavam ao seu destino final: segundo o relatório, são 67 embalsados e prontos para prosseguir ao passo que esse número poderia ser maior se houvesse varais suficientes para a ampliação de duas balsas. Outro detalhe ainda em relação ao relatório é o rápido aumento do volume dos rios. Num período aproximado de 11 a 12 horas, supostamente à noite, as águas apresentaram forte aumento volumétrico, ocasionando violenta enxurrada.

Esse aumento acarretou a perda imediata da produção: 67 roliços de pinho e cedro cortados previamente, montados em duas balsas, que mesmo amarradas em árvores de longa data (grandes) nos barrancos dos rios, não aguentaram a força gerada pelo aumento volumétrico das águas. Soma-se a isso mais 11 roliços cortados antecipadamente pelo funcionário da companhia, totalizando ao todo, uma perda de 78 roliços.

Em relação às balsas, as primeiras eram denominadas de “balsas de madeira bruta”, pois, eram construídas propriamente com as toras das árvores, sem ser beneficiadas. Segundo Bellani (1995), essas balsas poderiam ter tamanhos variados levando em conta, entre outras condições, o nível e a sinuosa que os rios apresentavam. Isto é: para a construção das balsas e a posterior comercialização das madeiras, os rios apresentavam condições bem variadas de navegabilidade. Esses fatores determinavam, na maioria dos casos, a construção de balsas de madeira com tamanho máximo de 150 metros. Ou seja: a construção de balsas maiores era algo extremamente desfavorável e poderia acarretar perdas significativas, tanto das madeiras como ceifar vidas humanas.

O tempo de construção das chamadas balsas de madeira bruta também era bastante variado. Dependendo do tamanho, poderia apresentar o número de 10 a 15 toras cada, com diâmetros entre 20 e 25 cm. A construção dessas balsas dividia-se em três momentos: primeiro

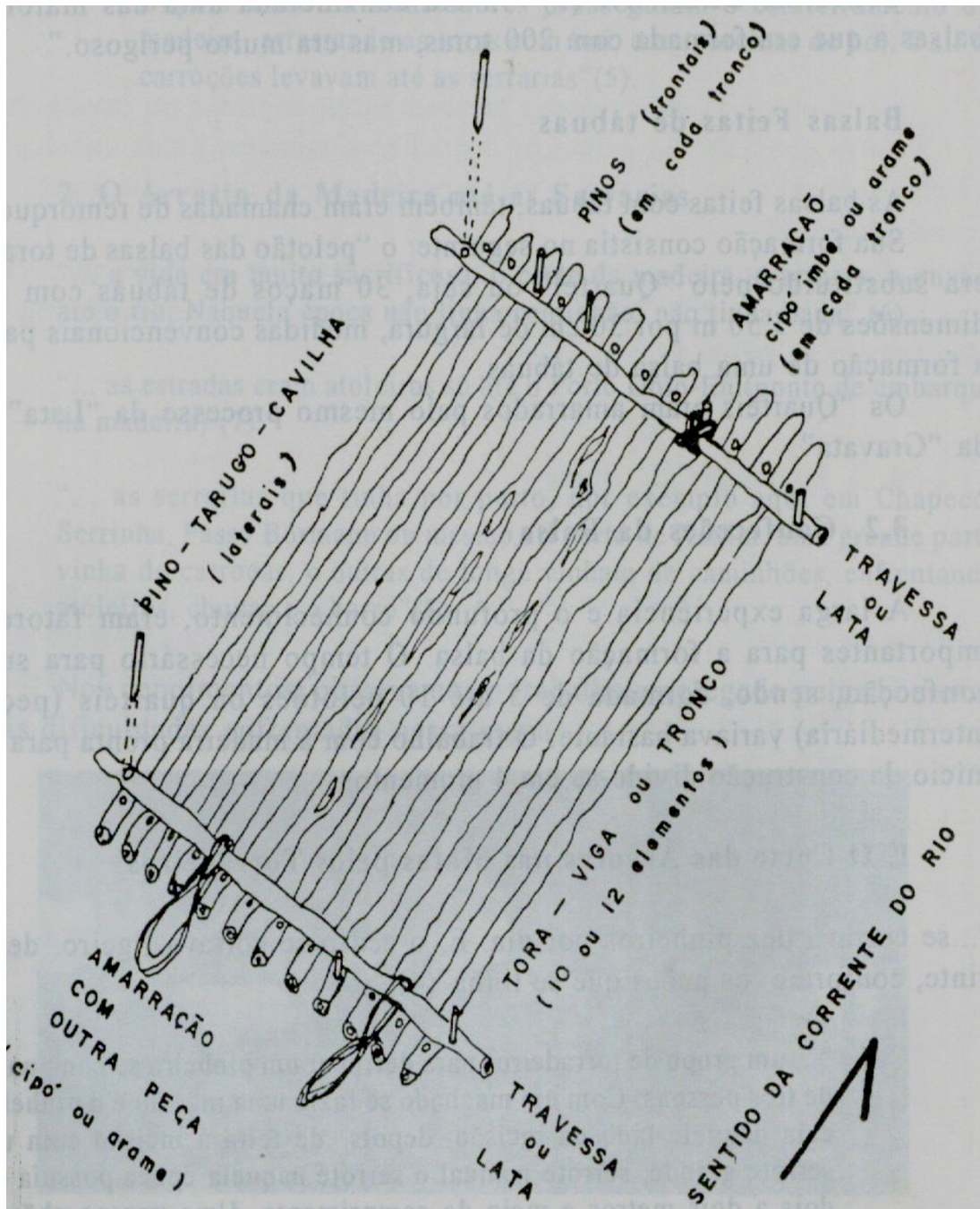
¹⁸ Relatório da Companhia Territorial Sul Brasil, Porto Alegre: Setor Madeiras de Cedro (1961). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

cortar as árvores nas matas pelos “torradeiros”, pessoas especializadas em transformar árvores de diferentes tamanhos em toras; segundo arrastar as toras pelos torradeiros até o local no chamado “ponto de balsa”: lugar às margens dos rios, onde eram construídas as balsas, trabalho realizado normalmente em dias onde a umidade encontrada nas matas e no solo era alta. Isso facilitaria o deslocamento das toras até o local de trabalho, salvo os lugares onde as árvores eram encontradas aos arredores dos banhados, áreas naturalmente com grande quantidade de umidade. Por fim, depois de depositada a madeira nas margens dos rios, iniciava-se o trabalho de colocar os tarugos e a amarração das madeiras nas balsas (BELLANI, 1995).

Com efeito, o processo de construção da balsa requeria um número considerável de pessoas e dependia da disponibilidade de árvores e da capacidade financeira das companhias colonizadoras ligadas ao ramo madeireiro. Ou seja, quanto mais árvores para derrubar, mais pessoas eram envolvidas e mais balsas seriam produzidas. O resultado disso, era a real possibilidade de uma barganha econômica maior por parte das companhias colonizadoras envolvidas no comércio madeireiro.

No que se refere à montagem das balsas, para maiores esclarecimentos, apresenta-se na sequência planta baixa ilustrando “balsa de madeira bruta”. As balsas desse tipo, segundo a autora acima, apresentam no máximo 150 metros de comprimento por 10 de largura. De modo geral, essas medições ocorriam somente na navegabilidade do rio Uruguai, o maior da região oeste catarinense. Nos demais rios, essas medições eram desfavoráveis, uma vez que esses apresentavam níveis volumétricos menores mesmo em períodos de cheia.

FIGURA 3 – DESENHO DE PLANTA BAIXA DE UMA Balsa DE MADEIRA BRUTA



Fonte: BELLANI, 1995, p. 119.

A figura revela uma balsa montada exclusivamente por toras, utilizando duas “latas ou varais”: travessas fixadas nas últimas toras disponibilizadas nas laterais da peça com tarugos, formando uma espécie de quadro retangular geral. A utilização dos tarugos também se dava para a fixação das toras disponibilizadas no meio do quadro. Assim, à medida que essas toras

eram tarugadas e amarradas, mais firmes e sólidas ficavam as balsas, culminando, portanto, em uma base estável para a prática de navegabilidade.

Por fim, a figura revela na parte inferior esquerda, a utilização de cipós e, posteriormente arames, para a elaboração de laços ligamentares entre uma balsa e outra. Esses laços eram de extrema importância, uma vez que eram eles proporcionavam a flexibilidade necessária para a balsa fazer o contorno das curvas apresentadas pela sinuosa dos rios.

Porém, o processo de construção das balsas no ponto de balsa, era apenas a primeira etapa, seja de madeira bruta ou de madeira beneficiada. Depois dessa etapa, havia toda uma expectativa para que ocorressem chuvas que proporcionasse as cheias necessárias para a soltura das balsas nos rios da região. Destaque para o rio Uruguai, o qual foi responsável direto pelo transporte e comércio das madeiras.

Nas épocas de chuva e, conseqüentemente, das cheias, surgia a figura do “balseiro ou prático”: sujeito de grande conhecimento que além de participar da construção das balsas, conhecia o momento certo da soltura das mesmas e a topografia dos rios (curvas e volume de água). Era o responsável direto pelo comando das balsas durante a descida e recebia a cooperação dos peões: pessoas designadas para o auxílio tanto da construção das balsas como do transporte.

De maneira geral, tanto o balseiro como os peões, eram colonos que viam no transporte das balsas meio de aumentar suas rendas, principalmente nos períodos de entre safra. A possibilidade de barganhar uma renda extra nessa atividade, também proporcionava a possibilidade dos colonos em agilizar a quitação da compra dos lotes coloniais junto às companhias colonizadoras.

No entanto, na medida em que o tempo passou o comércio de madeiras na região oeste catarinense sofreu algumas transformações e ajustes foram necessários por parte daquelas companhias colonizadoras envolvidas nesse ramo. A primeira modificação que se constata foi o beneficiamento das toras em tábuas serradas. Essa medida acarretou uma nova reorganização dos ofícios citados anteriormente e novas técnicas foram adotadas.

Se antes havia o empenho dos “torradeiros” em arrastar as toras até o ponto de balsa nas margens dos rios em dias onde a umidade do solo era alta, agora havia a necessidade de montar estaleiros para o corte das tábuas. Esses estaleiros, normalmente eram montados em clareiras abertas no meio da floresta, próximos as principais árvores a serem cortadas. Funcionavam conforme a disponibilidade de matéria-prima localizada no local, sendo constantemente remanejados de lugar. Estavam caracterizados basicamente por uma estrutura de sustentação para a realização do corte das toras e se utilizava basicamente ferramentas de corte como o machado e o serrote. Informações representadas pela imagem na sequência.

IMAGEM 2 – ESTALEIRO DE MADEIRA UTILIZADO PARA O BENEFICIAMENTO DAS TORAS (1930)



Madeireiros na região do atual município de Palmitos/SC, década de 1930. Fonte: acervo fotográfico do Centro de Memória do Oeste Catarinense, CEOM/UNOCHAPECÓ. Chapecó/SC.

Na figura, apesar de não identificar o local exato do estaleiro, observa-se nove indivíduos dos quais três estão envolvidos no corte das árvores utilizando machados e os demais utilizando serrotes para o beneficiamento das toras em tábuas. Em relação à ferramenta de corte denominada machado, sabe-se que esse foi uma das primeiras técnicas a ser utilizada pelo homem em várias frentes, desde a derrubada das matas, como também na construção de vias de acesso (estradas) e em infraestruturas residenciais. No contexto abordado, a utilização do machado era fundamental, pois além de derrubar árvores de pequeno porte, era essencial para desgalhar outras de grande tamanho. Já em relação a utilização do serrote, havia a necessidade de dois indivíduos para cada ferramenta, um na parte de cima do estaleiro e o outro na parte de baixo. Essa distribuição era conectada em movimentos de “vai e vem” onde caberia a cada indivíduo puxar o serrote em sua direção, proporcionando assim o corte da tora em tábuas de diferentes tamanhos e espessuras.

Outro detalhe a ser observado na figura é caracterização do ofício (madeireiros) por indivíduos do sexo masculino. Por se tratar de um trabalho de risco e por vezes necessitar de

força braçal de grande intensidade, as atividades ligadas ao corte e remanejo das árvores ficavam voltadas para os homens e rapazes com força física satisfatória. No entanto, isso não pode ser tratado como uma constante, pois, sabe-se que nos primeiros anos da colonização, homens e mulheres acabavam por exercerem, em muitos casos, os mesmos ofícios como uma forma de colaboração para vencer as dificuldades de uma região com uma topografia de mata densa e em algumas áreas de relevo acidentado. Assim, derrubar a mata para a produção de barrões e tábuas para a construção das casas, mais a limpeza da área para a produção de alimentos com a roça, só foi viável com ajuda mútua de ambos os sexos.

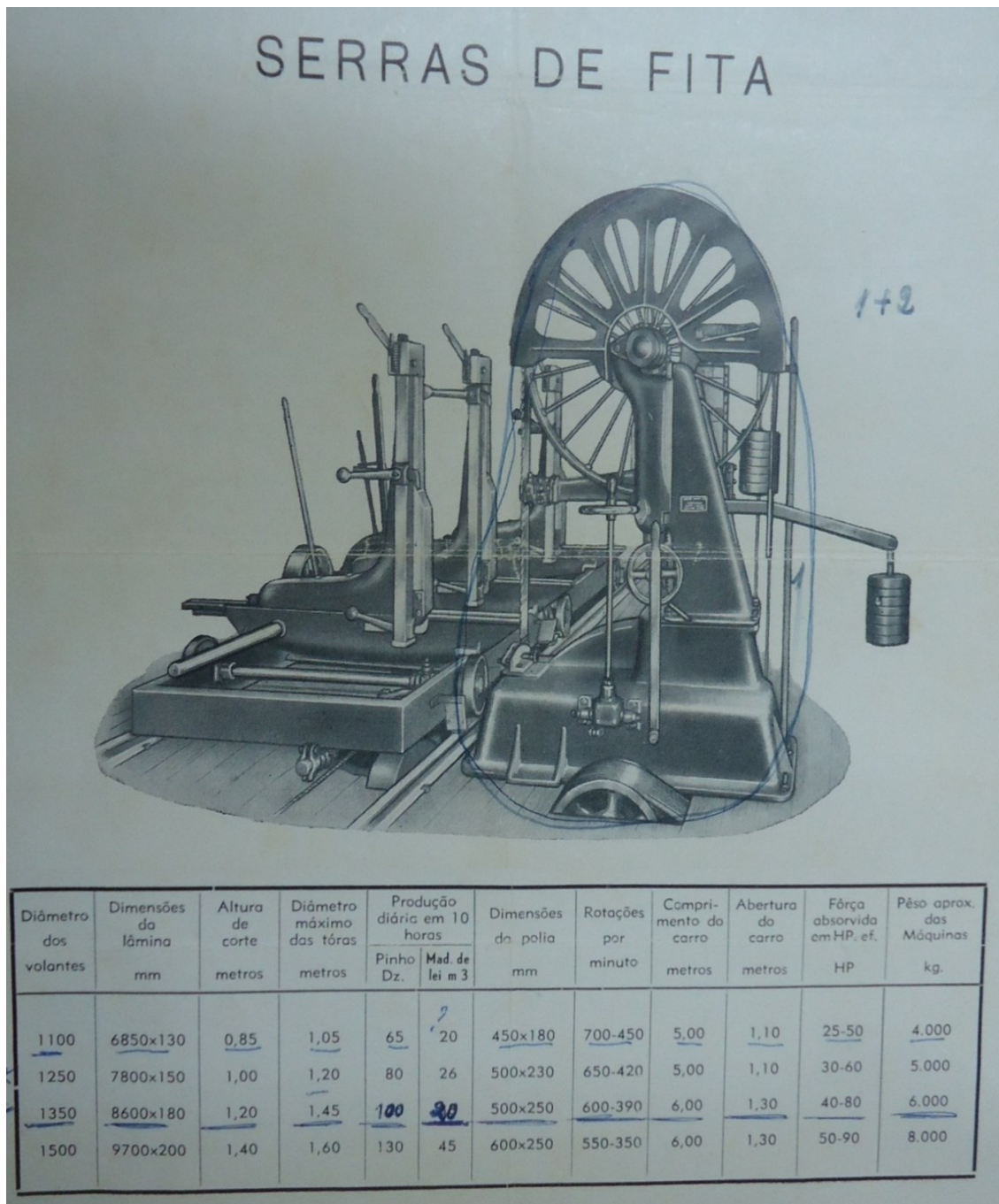
2.4 Da serra manual às serrarias motorizadas: a inserção tecnológica na comercialização da madeira

Técnicas e ferramentas novas foram introduzidas na medida em que o tempo passava e o comércio de madeiras na região oeste catarinense alcançou novos níveis de produção/comercialização. Se no princípio, o comércio de madeiras estava caracterizado pela construção de balsas de madeira bruta através do emprego de força braçal, salvo a exceção nas ocasiões o emprego de bois para deslocamento das toras, chega o momento em que as companhias colonizadoras ligadas a esse ramo comercial, investiram em um conjunto de novas tecnologias como o uso de engenhos de corte, motores industriais, tratores esteiras e outros. A introdução desse novo aparato tecnológico, além de proporcionar o aumento da produção e comercialização de madeiras beneficiadas, também facilitou a reelaboração das atividades laborais daqueles ligados diretamente no ramo.

Deste modo, a inserção dessas tecnologias trouxe a descaracterização das chamadas balsas de madeira bruta em “balsas de madeira serrada ou beneficiada”. As balsas de madeira serrada ou beneficiada, oriundas dessa introdução tecnológica, proporcionavam diretamente uma barganha financeira maior.

Basicamente, se antes arrastar as toras até os pontos de balsas era algo penoso, agora esse serviço era executado por tratores esteiras potentes até as serrarias, onde se encontravam os engenhos de corte, responsáveis pelo beneficiamento das toras em tábuas. Esses engenhos eram tocados por motores industriais alimentados à gasolina, querosene ou Diesel.

FIGURA 4 – DESENHO DE SERRA FITA PARA CORTAR MADEIRAS DA MARCA LANGER



Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Especificamente, a imagem acima mostra o modelo de engenho de corte utilizado por algumas madeireiras encontradas na região oeste catarinense. Este era um dos modelos de máquinas que beneficiava toras com espessuras em média de um metro e vinte de diâmetro (1,20), por seis metros de comprimento (6,00). O corte de toras com essa configuração acarretava uma produção em média de vinte metros cúbicos de madeira em dez horas de trabalho. Outro detalhe ainda em relação ao engenho de corte acima é seu peso: calculado em

torno de seis mil quilos ou seis toneladas (6000). Por fim, para chegar-se a esse nível de produção, o engenho contava com um volante de mil trezentos e trinta e cinco milímetros (1350), por um metro e trinta e cinco de diâmetro. Esse volante, considerado de tamanho médio, estava acoplado à serra de corte, proporcionando entre 390 a 600 rotações por minuto. Velocidade sustentada pela geração energética de motores movimentados por gasolina, querosene ou Diesel.

No ponto de vista funcional, esses motores davam autonomia produtiva em cortes relacionados às árvores como Pinho (Araucária), Cedro, Louro e outros. A introdução desse dispositivo tecnológico aumentou muito a produção das madeireiras e a barganha das companhias colonizadoras envolvidas no ramo.

Dessa forma o comércio de motores também estava presente na região. Pode-se notar na imagem na sequência, que representa um motor industrial da marca International Harvester. Na parte inferior da imagem do motor, nota-se o respectivo eixo responsável pela força utilizada no engenho de corte. Esse eixo era interligado ao eixo-volante do engenho de corte por uma correia, que por sua vez ligada ao motor, tracionaria força necessária para girar o volante e, conseqüentemente, a serra no corte das toras.

FIGURA 5 – MOTOR INDUSTRIAL DA MARCA INTERNATIONAL HARVESTER

PARA TODOS OS FINS INDUSTRIAIS
A International lhe oferece força econômica para a indústria, por intermédio de uma série completa de motores industriais. Modelos para funcionar a gasolina, querosene ou Diesel, desde 16 H. P. até 180 H. P.

MOTORES INDUSTRIAIS

CONJUNTOS ELÉTRICOS
A série de motores International com geradores inclui modelos com capacidade de 1 KW. até 85 KW. e podem ser equipados com regulador de voltagem e outros instrumentos de controle.

Peça-nos informações sem compromisso

FÓRÇA INDUSTRIAL INTERNATIONAL
ANTONIO SPERANDIO & CIA
CONCESSIONARIO DA
International Harvester
Para o Município de Chapecó

Fonte: jornal "A voz de Chapecó", 16 de abril de 1950, p. 03.

Em relação a figura acima, observa-se também no canto superior à direita, ilustração em anexo de uma serraria com sete toras previamente cortadas, mais algumas dúzias de tábuas serradas. Efetivamente a ilustração reproduz um cenário onde as tecnologias citadas

anteriormente foram amplamente utilizadas. Ao centro da ilustração, tem-se desenho representando um dos exemplares de engenhos de corte citado acima.

Já o sobrenome Sperandio apresentado na parte inferior da figura 4, está ligado ao tradicional grupo familiar chapecoense, que ao longo dos anos permaneceu ligado ao comércio local e regional. O sobrenome que revela também, o pioneirismo comercial local do grupo e à medida que o tempo passou, ampliou sua diversidade de produtos comercializados. Atualmente, o sobrenome é um dos maiores segmentos de venda automobilística na região oeste catarinense: “Ford Sperandio”, “Sperandio Motors” e “Sperandio S/A, concessionária Mercedes-Benz”.

A ampliação desses produtos pelo grupo fica clara através da figura 05, a qual revela uma das maiores e principais introduções tecnológicas na região para o comércio das madeiras: trator esteira da marca International. Outra análise que pode ser feita é sobre o enunciado: “Transporte os gigantes abatidos”. O uso desse dispositivo metal/mecânico (trator esteira) traz a ideia de como vencer as dificuldades de deslocamento de árvores de grande porte e, ao mesmo tempo, a relação/imposição do homem sobre a floresta. Ou seja: ao primeiro caberia domar e transformar a segunda, em prol de uma integração econômica nacional e internacional.

FIGURA 6 – TRATOR ESTEIRA DA MARCA TRACTRACTORES INTERNATIONAL

TRANSPORTE OS GIGANTES ABATIDOS



COM TRACTRACTORES INTERNATIONAL

Dentro das matas e florestas, o transporte dos troncos abatidos oferece problemas especiais que requerem equipamento adequado e força abundante, para solução satisfatória.

Os TracTractores International, equipados com guinchos, constituem conjuntos especializados nesta classe de transporte, que darão os melhores resultados no serviço pesado da indústria madeireira

Peça-nos informações sem compromisso.



ANTONIO SPERANDIO & CIA.
 CONCESSIONARIO DA
International Harvester
 Para o Município de Chapecó

Fonte: jornal "A voz de Chapecó", 16 de abril de 1950, p. 04.

No entanto, não se pode perder de vista nas figuras 4 e 5, a presença do elemento humano. O fato é que mesmo nos casos onde houve a inserção dessas tecnologias por parte das companhias colonizadoras que atuavam no ramo madeireiro, havia atividades em que o braço humano era necessário. Na figura 4 observa-se a presença de quatro indivíduos distribuídos em atividades que vão desde o manejo do engenho de corte, até as ações de

empilhar tábuas previamente cortadas. Em relação a figura 5, o elemento humano ganha destaque através da função de conduzir ou manusear o trator esteira. Outrossim, a funcionalidade desses dispositivos tecnológicos, tanto no caso do trator esteira quanto do engenho de corte, só era concretizada pela ação humana.

As figuras acima foram retiradas do jornal *A Voz de Chapecó*, criado em 1939, um dos poucos periódicos que circulavam na região em meados do século XX. Segundo Petrolli (2008, p. 74) o jornal tinha como objetivo apresentar um discurso de modernidade “fruto do próprio desejo do colonizador em dar visibilidade ao empenho de homens preocupados com o presente e o futuro de Chapecó, procurando produzir subjetividades nos corações [...]”.

Para o autor, a elaboração desse discurso esteve vinculada tanto aos trâmites do processo de colonização, como ao projeto de integração socioeconômico idealizado pelo estado catarinense em uma região até então conhecida, segundo as autoridades catarinenses, como um imenso sertão a ser conquistado. Constata-se assim que a elaboração e circulação desse periódico era possível pelas contribuições de pessoas que estavam ligadas diretamente a atuação das companhias colonizadoras particulares na região, naquilo que Vicenzi (2008), vai denominar como “agentes da colonização”. Pessoas que, segundo a autora, utilizavam as entrelinhas do periódico para disseminar ideais de progresso e modernidade objetivando o desenvolvimento do capital local através de uma “relação dialética” estabelecida entre colonizadoras e o governo do estado catarinense. Portanto, houve uma estreita relação entre o governo do Estado de Santa Catarina e as companhias colonizadoras, tendo como pano de fundo a exploração da flora local através do comércio madeireiro. Essa atividade com a entrada de maquinários apresentou inovações tecnológicas e requereu maiores investimentos.

Traçado o panorama geral da atuação dos empreendimentos de colonização, o estudo debruça-se, no próximo capítulo, sobre a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, esboçando um estudo microanalítico da Seção Anta Gorda.

III - A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL: PROJETO DE COLONIZAÇÃO E A SEÇÃO ANTA GORDA

O presente capítulo aborda o projeto de colonização da Companhia Colonizadora Territorial Sul Brasil, evidenciando sua área de atuação, sócios fundadores, capital investido e os aspectos de demarcação e comercialização dos lotes coloniais. Como recorte espacial, estuda-se a Seção Anta Gorda, como forma de entender o projeto de colonização e a sua efetivação.

3.1 Da área de atuação e projeto de colonização

As companhias colonizadoras particulares que atuaram na região oeste catarinense eram formadas na sua grande maioria, por grupos de comerciantes e especuladores que adquiriam grandes áreas de terras, sendo caracterizados como “empresários da colonização [...] que loteavam e comercializavam suas áreas individualmente, [...] abrindo estradas em seu interior ou apenas aproveitando as estruturas já existentes [...]”. (MOTTA, 2005, p. 111). Legalmente, essas companhias colonizadoras tinham o respaldo do governo do Estado Catarinense, o qual almejava o desenvolvimento econômico da região, através da introdução de “braços laboriosos”, encontrados no colono.

A região oeste catarinense após o término da Guerra do Contestado (1912-16) e a oficialização de sua criação pela Lei Estadual 1.147, apresentava-se como um cenário propício para a atuação das companhias colonizadoras particulares. Para Neumann (2013, p. 5), essas companhias colonizadoras foram fundamentais nesse processo, pois, adquiriam “grandes extensões de terras públicas e privadas com o compromisso de colonizá-las e, em alguns casos, para especulação”. No caso da região oeste catarinense, Peluso Junior (1991) discorre que as companhias colonizadoras que atuaram nessa região apresentavam pontos essenciais como:

[...] povoação, com capacidade para fornecer, ao lavrador, os bens e serviços exigidos; a estrada caminho carroçável – pelo qual seria possível transportar a produção; o lavrador, atraído de velhos núcleos coloniais com tradição na agricultura voltada para a comercialização. O destino da produção era o mercado que forneciam as cidades rio-grandenses próximas. (JUNIOR, 1991, p. 290).

Dentre essas companhias colonizadoras, destaca-se a Companhia Territorial Sul Brasil, uma companhia particular que apresentava, pelo menos nas duas primeiras décadas de existência, as premissas citadas acima. Em seu projeto de colonização buscou associar, além a venda de lotes coloniais a colonos do Rio Grande do Sul, a exploração e comercialização da madeira encontrada na região oeste catarinense.

A Companhia Territorial Sul Brasil foi fundada no ano de 1925, após a extinção da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, e foi responsável pela comercialização de lotes coloniais localizados em uma área de 231.450 hectares. Especificamente, a Companhia Territorial Sul Brasil adquiriu a área através de concessão de terras em 1923 no valor de Rs 2.777:408\$659. O estatuto da empresa, aprovado em Assembleia Geral no dia 23 de maio de 1925, em seus artigos 3º e 4º do capítulo I, da “*Denominação, duração, sede e fins da Companhia*”, define a finalidade da companhia em comprar e vender terras e madeiras para lavouras, além de promover, contratar ou executar, por si ou por outrem, todo e qualquer empreendimento, serviço ou trabalho que direta e indiretamente, interesse à colonização. A empresa tinha como sede e foro Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.¹⁹

A regulamentação da área, no ponto de vista da legalização cartorária, esteve lavrada em Certidão na Comarca de Chapecó/SC, sob o Livro n. 3-A, na folha 52 e na ordem 793. Trata-se de escritura lavrada em 28 de agosto de 1925, referenciando uma “área de terras com a extensão de 231.450 hectares e 7.216 metros quadrados [...] demarcados 686 lotes coloniais e mais 5.186 metros quadrados divididos em 510 lotes urbanos e 80 chácaras [...]”.²⁰ Com diversas averbações para a venda na época, a sua aquisição esteve submetida à moeda brasileira decorrente da época, o “Réis”.

Geograficamente, a área localizava-se a oeste do atual município de Chapecó/SC, tendo como limites ao sul o Rio Uruguai, o rio Burro Branco a leste e o rio das Antas a oeste. Configurava-se em uma área aproximada de 230.000 hectares, toda coberta por grande variedade de madeiras, erva-mate e por vasto volume de águas fluviais, como mostra a figura abaixo.

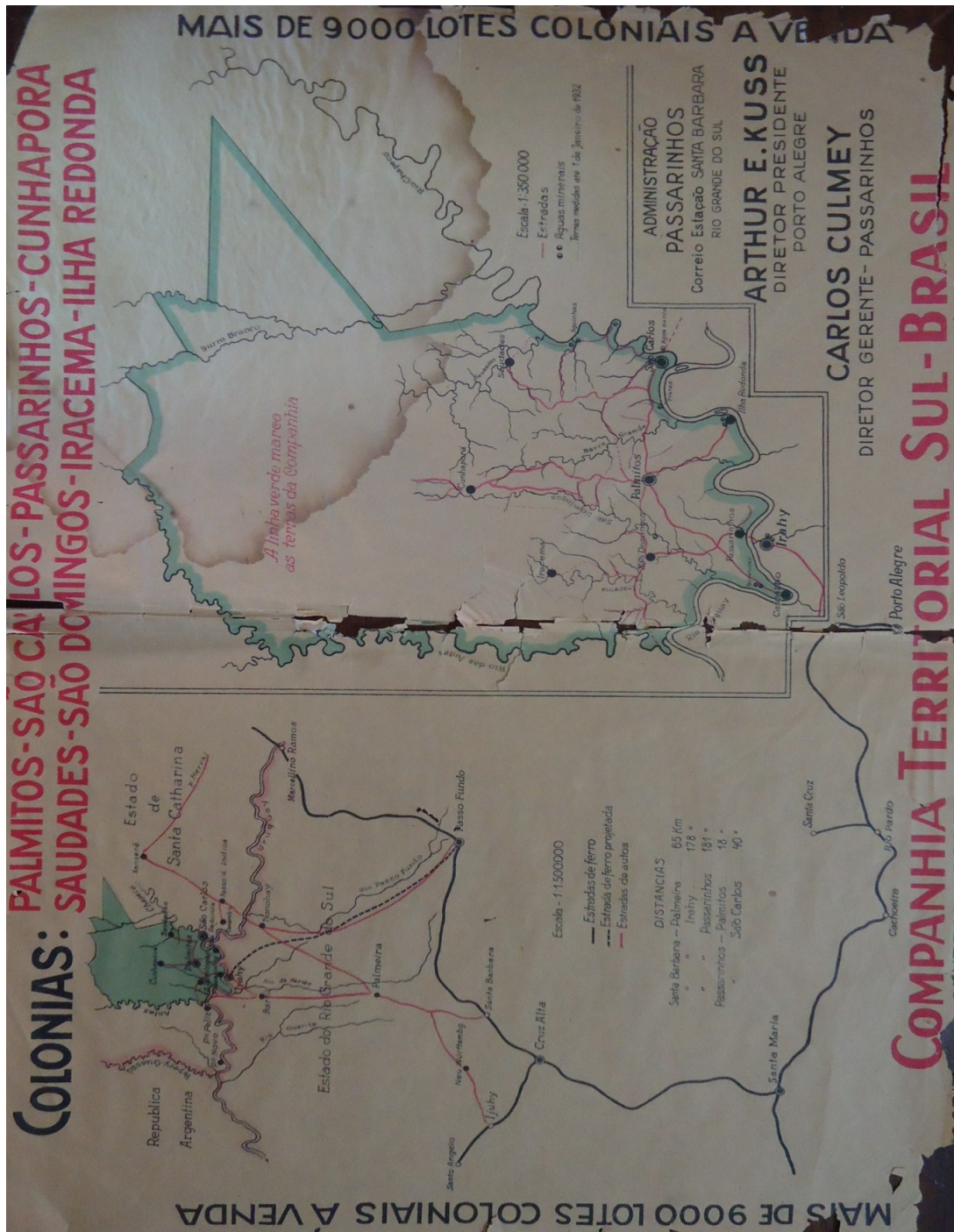
A figura revela ainda, a existência de duas sedes administrativas da companhia, uma em Porto Alegre/RS, tendo como diretor Arthur E. Kuss e outra em Passarinhos, comunidade

¹⁹ Certidão de Transcrição de Imóveis (1925). Fonte: documento avulso do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

²⁰ Certidão de Transcrição de Imóveis (1925). Fonte: documento avulso do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

no interior do município de Palmitos/SC, tendo como um dos seus diretores Carlos Culmey. Essa divisão dava-se, entre outros motivos, pelo tamanho da área adquirida e para melhor propaganda dos lotes coloniais aos colonos daquele estado.

FIGURA 7 – COLÔNIAS: PALMITOS, SÃO CARLOS, PASSARINHOS, CUNHA PORÃ, SAUDADES, SÃO DOMINGOS, IRACEMA, ILHA REDONDA



Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC, década de 1930.

A figura acima mostra um mapa produzido pela companhia, identificando a existência de um grande potencial hidrográfico e a localização dos principais rios da região: rio Uruguai ao sul, rio Burro Branco a leste e o rio das Antas a oeste. A existência desse potencial hidrográfico vinha reforçar a ideia de que a utilização dos rios da região oeste catarinense era amplamente favorável para a comercialização e o escoamento das madeiras. No mesmo sentido, o mapa mostra a existência de águas minerais representadas por pontos em negrito. O mapeamento dessas águas minerais revela a ideia de que a hidrografia localizada na área de atuação da companhia colonizadora mostrava-se propícia a um conjunto de propagandas como forma de chamariz aos possíveis compradores.

Vicenzi (2008, p. 79 e 81) relata que a utilização dos mapas por parte das companhias colonizadoras serviu como meio de promover o povoamento da região por colonos do Rio Grande do Sul. Sendo que a “[...] publicidade era vinculada principalmente no nordeste do Rio Grande do Sul, onde se localizava [...] uma população colonial criada pela alta taxa de natalidade dos descendentes de imigrantes [...] a procura de glebas, devido ao esgotamento das terras na região”. Premissa identificada na figura por traços vermelhos à esquerda, mostrando a existência de um grande ramal de estradas de rodagem, interligando os quatro cantos na área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Além de um ramal ferroviário, à esquerda da figura, mostrando a conexão com o Estado do Rio grande do Sul.

Radin (2012, p. 84) explica que a existência de estradas nos mapas produzidos pelas companhias colonizadoras “não só facilitaria a venda dos lotes, como os valorizavam, pois a existência ou não de estradas faria grande diferença no momento da negociação. Tanto que esse aspecto era bastante explorado na publicidade das diversas companhias colonizadoras”.

No entanto, a elaboração de mapas pela Companhia Territorial Sul Brasil não se resumia apenas em fazer propagandas para atender a demanda de possíveis compradores. Ao adquirir uma grande extensão de terras, a companhia apresentava uma produção de mapas que vinham atender também questões de ordem interna, como a reformulação de novas divisas e o surgimento de novos núcleos urbanos: na medida em que o tempo passava, esses mapas atendiam as necessidades de diferentes segmentos sociais, oriundos de novos núcleos urbanos originários na área de atuação da companhia.

Para se ter uma ideia, observa-se a solicitação feita pelo escritório administrativo da companhia, localizado na comunidade de Passarinhos, no município de Palmitos/SC), a central da companhia em Porto Alegre no ano de 1952. Trata-se de uma solicitação interna,

onde encontram-se questões de divisas como questões ligadas a prestação de serviços à comunidade local:

Assunto: mapa geral do número de terras:

Por diversas vezes aqui tem comparecido interessados em conseguirem da Companhia Sul Brasil, um mapa geral das nossas terras, abrangendo todos os distritos que as formam, ou seja: Palmitos, São Carlos, Cunha Porã e Saudades.

As autoridades nos procuram, com esse intuito, devido a questões de competência sobre cobrança de impostos, divisas interdistritais etc. O mesmo tem acontecido com as Autoridades Policiais, e mais, recentemente, o próprio Município manifestou-se interessado em obter um mapa completo das nossas terras. O próprio Sr. Vigário de São Carlos, hoje aqui compareceu com idêntico objetivo, ou seja, conseguir um mapa geral, a fim de melhor poder orientar-se em relevantes assuntos ao seu estudo e cuidado. Pedido igual lhe foi dirigido pelo Revmo. Sr. Pe. de Palmitos, quando do definitivo estremeção da nova Paróquia de Palmitos. Agora, face a criação de um novo Município com sede em nossas terras, novas solicitações nos foram feitas. Uma no sentido de ser conseguido um mapa geral com as divisas desse recém criado Município, as quais deverão ser copiadas da respectiva lei Municipal que a criou. Outra, no sentido de confeccionado um mapa geral em escala de 1:50.000 (contendo todos os lotes) do Distrito de Saudades, este, solicitado pelo D. Intendente-Exator daquela localidade, Sr. Miguel Bugnotto. Impossível seria atender tantos pedidos ao mesmo tempo; todavia, com a finalidade de prestarmos nossa cooperação naquilo que está ao nosso alcance, seria o caso de [...] nosso último mapa geral, mandar-se extrair em P. Alegre (caso tal não seja possível aí) diversas fotocópias que seriam fornecidas aos que as solicitarem, mediante o desembolso das respectivas despesas feitas. No aguardo de suas informações sobre essa nossa sugestão, colhermos a oportunidade para subscrever-nos.²¹

A solicitação acima representa interesses de diferentes segmentos sociais: autoridades locais como membros da segurança pública, sacerdotes e assuntos ligados a economia local através das ações dos contadores. Apresenta também a preocupação da seção da companhia em Passarinho em proporcionar mapas de suas terras localizadas nos Distritos de Cunha Porã e de São Carlos.

Os interesses dos requerentes estavam embasados desde a regularização nas cobranças de impostos, até a possibilidade de melhoria na execução dos serviços eclesiásticos proporcionados pelo vigário do município de São Carlos/SC. Em última análise, encontra-se na solicitação a informação de que a produção de novos mapas só poderia ser feita na sede principal da companhia em Porto Alegre/RS. Naturalmente, essa informação demonstra que a comunicação entre as duas sedes administrativas da companhia, uma em Santa Catarina e a outra no Rio Grande do Sul, poderia levar significativo tempo, face às condições de comunicação da época. Assim, a solução seria, segundo a solicitação, a elaboração de fotocópias de mapas confeccionados anteriormente.

²¹ Mapas Gerais das Nossas Terras (1933). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Por fim, destaca-se que a aquisição da área de terras pela Companhia Territorial Sul Brasil esteve diferenciada em relação a algumas companhias ligadas ao processo de colonização sul-rio-grandense, como foi o caso da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer (1897-1932). Neumann (2013) ao estudar a referida empresa, destaca que a mesma esteve caracterizada pela aquisição de terras de forma fragmentada e descontínua.

A Companhia Territorial Sul Brasil adquiriu uma área contínua e de grande extensão. Nota-se que a aquisição dessa área apresentou, entre outros indícios, um poder econômico de grande expressão por parte da companhia colonizadora. As companhias colonizadoras com essa caracterização financeira tinham maior capacidade na compra de terras e de certa forma, apresentaram maiores influências no processo de colonização da região. Por outro lado, a aquisição de grandes extensões de terras por algumas companhias colonizadoras, possibilitou também o aparecimento de outras companhias subsidiárias, como fora levantado posteriormente no capítulo dois do trabalho.

Especificamente, a extensão da área adquirida pela Companhia Territorial Sul Brasil, cerca de 231.450 hectares, deve-se pela própria sucessão da antiga Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA. Vale lembrar, que até o momento, a documentação produzida pela própria companhia não deixa claro se houve ou não companhias subsidiárias na área de atuação da referida colonizadora. Apenas o tamanho real da área e sua divisão em seções.

Após a sua fundação no ano de 1925, a Companhia Territorial Sul Brasil, assumiu a colonização de uma área até então pertencente à antiga Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA, a qual apresentava como um de seus sócios Abelardo Luz, filho do então governador catarinense, Hercílio Pedro da Luz. Portanto, a aquisição dessa área de terras e sua colonização por parte da Companhia Territorial Sul Brasil atendeu, ao mesmo tempo, as necessidades do governo catarinense em sanar antigas mazelas territoriais, em uma região até então conhecida como um grande sertão e a possibilidade em efetuar negócios no ramo imobiliário por parte da companhia.

A atuação da Companhia Territorial Sul Brasil foi similar à de outras companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense: venda de lotes coloniais em contratos particulares de compra e venda firmados entre primeira contratante a própria companhia e possíveis compradores, designados como segundo contratante. Esses contratos apresentavam cláusulas que regulamentavam a transação, bem como definia os direitos e deveres entre as partes.

Em contrato formulado pela Companhia Territorial Sul Brasil em transação com um respectivo comprador, no ano de 1969, a cláusula de número 7 do contrato, pode ser um bom exemplo. Na cláusula, encontra-se expresso que ao segundo contratante obriga-se a consentir na abertura de estradas que ajuízo da primeira contratante, venha a se fazer necessárias através da área de terras objeto do contrato. Na cláusula ainda é possível observar, o interesse da primeira contratante na abertura de estradas, intensão refletida em orientações ao segundo contratante, o qual deveria utilizar madeiras, pedras e outros materiais para a construção de pontilhões, bueiros e outras obras como forma de cumprir o respectivo contrato.²²

No entanto, ressalta-se que o contrato apresentado não pode ser tomado como um modelo de compra e venda específico, uma vez que o documento é datado do final da década de 1960. Ou seja, trata-se de um documento elaborado trinta e cinco anos depois da fundação da companhia. Em outras palavras, mesmo que seja um documento produzido pela própria Companhia Territorial Sul Brasil, à medida que o tempo passou, havia a possibilidade de mudanças e ajustes constantes nas entrelinhas dos contratos.

Quanto à construção de estradas e o uso de recursos naturais, como a pouco revelou o contrato, se dava de forma constante no comércio de lotes coloniais. Esses aspectos eram amplamente utilizados pelas companhias colonizadoras não só na confecção de mapas, mas como em propagandas feitas nos meios de comunicação e em jornais da época.

Para melhores esclarecimentos, pode-se analisar duas propagandas ligadas à Companhia Territorial Sul Brasil, cujo enfoque são os aspectos de ordem natural como o clima, a vegetação, relevo e os aspectos de ordem socioeconômica como a existência de cooperativas e recenseamento populacional.

No primeiro exemplo, trata-se de propaganda direcionada aos colonos descendentes de alemães, ressaltando as boas condições naturais do local, como a temperatura média anual de 20°C e as terras absolutamente livres de quaisquer males (febre). Daí, de acordo com a propaganda, há a possibilidade do cultivo ampliado de tabaco em terras favorecidas de água. Por fim, a propaganda ressalta ainda a existência de grande quantidade de “madeiras nobres” como o Louro, o Cedro, o Açouto-cavalo, numa área favorecida de 6 cooperativas, onde o transporte desses produtos poderia ser efetuado em estradas que não ultrapassem 8% de declive.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Criada no ano de 1925, com capital rio-grandense, o empreendimento de colonização tem sua Sede em Porto Alegre, no 3º andar do “Edifício Banco

²² Contrato de compra e venda de imóveis rurais (1969). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Nacional do Comércio”, enquanto a Administração Colonizadora está instalada em Passarinhos, defronte a Irani As terras abrangem uma área de 11000 lotes de 242000 metros quadrados, dos quais 2000 lotes já foram ocupados. Já existem 400 quilômetros de estradas, tecnicamente bem implantadas e não apresentam nunca mais do que 8% de aclave. Estas estradas interligam entre si as seguintes localidades já instaladas: Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Cunha Porá, Saudades, Ilha Redonda, Aguiinhas, Iracema e São Domingos. A população é estimada em aproximadamente 5000 almas. Esta terra coberta por enormes florestas, é reconhecidamente de excelente qualidade e alta produtividade. As madeiras nobres, como o Louro, Cedro, Açouto-cavalo, Grapiapunha, etc., são embalsadas e seguem pelo rio Uruguai para a Argentina e Uruguai, onde sempre encontram compradores. O clima é saudável: a temperatura média-anual é de 20° C e as terras são absolutamente livres de febre. As terras são ricas em água. Cada colônia é medida de tal forma a ter água corrente. Entre os maiores rios (afluentes do Uruguai), contamos com os rios Chapecó, Antas, Iracema, São Domingos, Barra Grande e muitos outros. Cultiva-se principalmente Tabaco, cujo plantio se amplia constantemente. Está em construção uma instalação de esterilização do tabaco, localizada entre Palmitos e São Carlos. Até localidades existem 6 cooperativas. Especialmente importantes para desenvolvimento da colonização são as “Fontes de Água Mineral” quentes e com teor radioativo e enxofre localizadas em Iracema, Ilha Redonda, Taquarussú, Pratas e que afloram em outras localidades. Das fontes mencionadas, as de Ilha Redonda e Pratas já vem sendo usadas. Os dois balneários possuem excelentes instalações. Prospectos específicos são enviados sob solicitação. Mais informações serão dadas através dos nossos agentes ou direto pela: Companhia Territorial Sul Brasil – Porto Alegre Edifício Banco Nacional do Comércio, sala nº 6, 3º andar. Telegrafo – Endereço: “COLONO” – Caixa Postal 703.²³

Do mesmo modo que enfatizou Worster (1991) o entendimento do domínio socioeconômico dos grupos humanos nos aspectos naturais, a propaganda acima revela o provimento de bens de consumo em questões como trabalho, ferramentas, etc. Historicamente, a inter-relação humana com a terra e as demais espécies sempre apresentou uma complexidade embasada no uso coletivo. Complexidade que de certa forma também esteve manifestada no processo de colonização da região oeste catarinense e o uso dos recursos naturais ali encontrados.

No ponto de vista do uso coletivo, Motta (2005, p. 457) esclarece que isso apresenta-se “mediante trabalho de mais de uma família, ou da comunidade, com o intuito de desenvolver atividades agroflorestais, extrativistas, religiosa, cultural, educacional ou recreativa”. Daí resulta-se, segunda a autora, diferentes espaços de sociabilidade, como a igreja, os campos de futebol, os moinhos, as sedes das comunidades, as pequenas indústrias, as escolas, etc. Aspectos de infraestrutura evidenciados nas propagandas da Companhia Territorial Sul Brasil, organizados para executar atividades de produção, envolvendo trabalho e suas respectivas ferramentas, matérias-primas, trabalhadores e o produto final.

²³ Kalender für die deutschen in Brasilien (1936). Druck und verlag Rotermund & Co. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasilien. Tradução: Calendário dirigido aos alemães residentes no Brasil (1936). Impressão e editoração Rotermund e Cia. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasil. Fonte: acervo documental de Museu e Arquivo Histórico de Panambi, Panambi/RS.

As propagandas efetuadas pelas companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense revelam que a preocupação do momento era a utilização dos recursos naturais encontrados na mesma região (terra, águas e mato), em um projeto de integração econômica e progressista, articulado pelos governos catarinenses, o qual a Companhia Territorial Sul Brasil teve participação. Projeto que culminaria na transformação, segundo a ordem do dia, da região oeste catarinense em um polo fortemente econômico, através de uma agricultura forte, na introdução de colonos “laboriosos”. Como revelou a propaganda acima, direcionada aos descendentes de alemães.

Ressalta-se também que as propagandas efetuadas pela Companhia Territorial Sul Brasil não estavam apenas voltadas aos descendentes de alemães. Havia também propagandas com a intenção de mobilizar indivíduos descendentes de italianos, que por apresentarem também as mesmas experiências com as lidas na agricultura foram constantemente estimulados à migrarem para terras catarinenses.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Um progresso rápido e contínuo, termos em nossas colônias situadas às margens do rio Uruguai de frente ao Iraí (Águas de mel). SÃO DOMINGOS PARA ITALIANOS – PALMITOS PARA PROTESTANTES E SÃO CARLOS PARA CATÓLICOS. Quem há um ano viu nossas terras não as reconhece mais. A imigração de novos colonos foi muito intensa; foram construídas igrejas, escolas serrarias e moinhos; muitos negócios foram feitos e os trabalhadores têm tanto trabalho que mal consegue vencer. Tudo isto é por causa de nossas excelentes estradas abertas para automóveis (já foram abertos 250 Km para trânsito), dos bons e belos pontos de localização, preços baixos das colônias e do ótimo mercado para produtos coloniais. Os nossos interessados em terras vão com o carro da companhia de Cascalho a São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda e entram de auto no mato virgem, podendo assim comprar as suas colônias. Neste aviso (propaganda) não vai nenhum exagero. Ninguém é obrigado a comprar, mas cada interessado em terras há de convencer-se da verdade, fazendo uma visita, ou se arrependerá mais tarde. Os banhos termais (radioativos) de Iraí (Águas do mel), neste lado do rio Uruguai, Ilhas Redonda, Pretos e Águas Santas, em nossas terras, a cada ano são mais visitadas; mas não resta nenhuma dúvida que adquirirão sempre maior importância quando for concluída a ferrovia de Passo Fundo a Iraí. Em vista de tudo isso, A VALORIZAÇÃO RÁPIDA DAS NOSSAS TERRAS É UMA COISA CERTA E GARANTIDA. Até 31 de dezembro de 1929 os nossos preços são de R\$ 2.800\$000 a R\$ 3.100\$000 por colônia de 24,2 hectares, com uma entrada de R\$ 6.00\$000. Efetuando pagamento integral dentro de 60 dias, será concedido de um desconto de 10%. IMPORTANTE – Não se trata de uma concessão de terras. As terras são de propriedade absoluta da companhia e quem liquidar a conta receberá no ato a escritura. Os interessados poderão viajar por ferrovia até a estação de Santa Bárbara, onde, vindo de Santa Maria, deverão pegar trem segunda-feira à tarde; ou, vindo de Passo Fundo, terça-feira de manhã, poderão usufruir dos nossos carros que, toda segunda-feira, partem de Cascalho, próximo a Leopoldo Trennephol. A viagem de ida e volta custa 70\$000, mas terá como crédito se comprar as terras. Peçam os nossos prospectos. Maiores informações darão os nossos agentes, a administração em conselho e o escritório central em Porto Alegre, Rua 15 de novembro nº 83. COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL. (Apud. RADIN, 2012, p. 85).

Pela mesma razão, a propaganda acima retirada do jornal *Staffetta Riograndense*²⁴ em 1929 (RADIN, 2012), também enfoca as qualidades naturais existentes na área de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, dando destaque às qualidades das águas termais (“Águas do mel”), como forma de valorização das terras, para atrair novos compradores dos lotes coloniais. Outro ponto a destacar é a infraestrutura do local, refletida na construção de estradas (250 km) e a existência de escolas, igrejas, moinhos, assim como a presença de serrarias para a comercialização das madeiras (Louro, Cedro, Açouto-cavalo e outras).

O resultado disso foi, entre outras constatações, um processo de colonização direcionado que transformou o ambiente natural da região oeste catarinense, em uma nova paisagem: animais e plantas que antes predominavam, perderam seu habitat perante um comércio madeireiro e a uma agricultura de pequena escala. De imediato, outras espécies foram inseridas como o plantio do fumo, arroz e outras, naquilo que Crosby (2011, p. 159), denominou de imperialismo ecológico na propagação de ervas, referindo-se “a qualquer planta que se espalha com rapidez e derrota outras na competição pelo solo alterado”.

Sobre os preços apresentados na propaganda acima (R\$ 2.800\$000 a R\$ 3.100\$000 por colônia de 24,2 hectares), mais as facilidades de pagamento (6.00\$000 de entrada e para aqueles que efetuar pagamento integral dentro de 60 dias, desconto de 10% do valor), Werlang (2006), ressalta que o pagamento, além das possibilidades apresentadas, podia ser parcelado em até 36 meses (3 anos) com juros a 8% ao ano. No entanto, segundo o autor, aqueles colonos que dependiam da produção agrícola para cobrir os vencimentos, dificilmente conseguiam honrar seus compromissos, pois não havia onde comercializar tal produção. No mais, ressalta-se que os documentos analisados durante a pesquisa para este trabalho, não foi possível evidenciar valores estipulados pela Companhia Territorial Sul Brasil em relação a venda de lotes coloniais e nem mesmo à forma de pagamento. Apenas a possibilidade de efetuar pagamentos de forma parcelada, como apontou Werlang (2006).

Outro detalhe a ser considerado na última propaganda, são as considerações realizadas em relação às questões étnico-religiosas como forma de diferenciar as localidades a serem ocupadas conforme o culto ou a crença: “São Domingos para italianos, Palmitos para protestantes e São Carlos para católicos”. Esse detalhe levanta a hipótese de que a colonização

²⁴ Segundo Giron e Pozenato (2011), o nome *Staffetta Riograndense* é a segunda designação dada ao jornal *La Libertà*, surgido no ano de 1909 em Caxias do Sul. Para as autoras, em estudo realizado sobre as influências religiosas nos 100 anos de comunicação na região colonial italiana no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1999 e 2005, o periódico apresentava aspectos de um jornal genuinamente católico e italiano, enfrentando dificuldades entre os anos de 1914 a 1918, devido à Primeira Guerra Mundial. As autoras destacam ainda que a designação *Staffetta Riograndense* perdurou por 24 anos, com publicações em italiano. Após esse período, o periódico começa a ser designado como *Correio Riograndense*.

efetuada pela Companhia Territorial Sul Brasil também apresentou uma migração étnica e religiosa, o que facilitaria a organização social e comunitária dos núcleos coloniais. Detalhe indicado por Werlang (2006, p. 64) onde “[...] as terras localizadas entre os rios Chapecó e Barra Grande foram destinadas aos teuto-brasileiros católicos, surgindo os municípios de São Carlos, Pinhalzinho, Saudades e Cunhataí”.

Por fim, as propagandas não estavam vinculadas apenas aos jornais sul-rio-grandenses. Essas também tinham espaço na publicidade da própria região oeste catarinense, como é o caso do jornal a “A Voz de Chapecó”. No periódico do ano de 1948, encontra-se a seguinte mensagem: “A Cia. Sul Brasil, com escritório em Passarinhos, no ano findo, a entrada de mais de mil e seiscentas famílias, que se estabeleceram nos distritos de Passarinhos e São Carlos, [...] trazidos pela fertilidade das terras [...]”. (A voz de Chapecó”, 25 de abril de 1948, p. 04).

Sobre as propagandas realizadas pela Companhia Territorial Sul Brasil para a comercialização dos lotes coloniais, além de serem efetuadas em jornais, essas eram feitas por agentes, naquilo que Werlang (2006) denominou de “propagandistas”. Para o autor, esses deveriam ser colonos conhecedores de terras, ter credibilidade e apresentar relativamente, círculos de amizades. O autor esclarece ainda que esses eram motivados pela Companhia Territorial Sul Brasil, na obtenção de 10% na venda de cada lote. Passando de casa em casa, com argumentos que convenciam os possíveis compradores, evidenciando principalmente as qualidades das terras, as quais “eram boas e dava de tudo”.

Nodari (2002) descreve que essa ação adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil era uma forma de “persuadir para migrar”. Para a autora, os propagandistas, denominados por ela de “agentes das colonizadoras”, foram responsáveis pelo engajamento de grande número de colonos, como forma de aumentar suas rendas a cada venda efetuada. “[...] Os agentes utilizavam todos os meios que estavam à sua disposição para persuadir as pessoas a comprarem terras [...], pois somente assim teriam bons ganhos [...]”. (NODARI, 2002, p. 36 e 37).

Portanto, as propagandas efetuadas pelas companhias colonizadoras que atuaram no oeste catarinense e em especial aquelas realizadas pela Companhia Territorial Sul Brasil, em colaboração com os propagandistas ou agentes da colonização, podem ser consideradas como meio de catalização do processo de colonização na região oeste catarinense. Outro fato decorrente dessas iniciativas, foi o direcionamento de uma migração vinculada no sentido

noroeste sul-rio-grandense e a própria região em destaque, naquilo que Motta (2005) denominou anteriormente de migração inter-regional.

3.2 Sobre a composição orçamentária

A regulamentação da área adquirida pela Companhia Territorial Sul Brasil, foi lavrada no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó no ano de 1925. No ponto de vista financeiro, segundo a ata de constituição da companhia redigida no dia 23 de maio de 1925, a companhia pagou pela área cerca de Rs. 2.777:408\$659, valor levantado em ações atreladas à mesma. Tratava-se da “constituição legal e definitiva da sociedade anônima ‘Companhia Territorial Sul Brasil’ [...] com o objetivo de explorar terras e madeiras, conforme seus estatutos [...]”.²⁶

No documento é possível ainda observar os respectivos acionistas e a quantidade de ações que cada um possuía no ato de constituição da companhia. Especial atenção ao acionista Jorge Júlio Schiling, acionista com experiência no ramo imobiliário porto-alegrense e Arthur Eduardo Kuss, responsável por uma cota de 1.250 ações, tornando-se posteriormente, um dos diretores da companhia, como mostra a tabela abaixo.

²⁶ Ata da Assembleia Geral da Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia Territorial Sul Brasil (1925). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

TABELA 3 - RELAÇÃO DE ACIONISTAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL (1925) – (CONTINUA)

NOME DOS ACIONISTAS	NÚMERO DE AÇÕES
Abílio Chaves de Souza	468
Archimedes V. Cavalcanti	25
Adalberto Reis Petrazzi	478
Arthur E. Kuss	1250
Arthur Sehwerin	95
Elvira Reis Castro de Oliveira	428
Gastão de Oliveira	25
J. Oswaldo Rentzseh	09
Jorge Júlio Schiling	160
Olympio Guimarães	09
Oto Niemeyer	935
Salathiel Soares de Barros	09

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Ata da Assembleia Geral da Constituição Definitiva da Sociedade Anônima Companhia Territorial Sul Brasil (1925). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Sobre os nomes listados acima, destaque maior para Arthur Eduardo Kuss e Jorge Júlio Schiling, ambos com experiências no ramo imobiliário porto-alegrense com a Empresa Schiling & Kuss Cia. Ltda, criada em 1926. Segundo Strohaecker (1996), Arthur Eduardo Kuss, era natural da Alemanha e tornou-se, pelos indícios apresentados na documentação analisada, diretor-presidente da Companhia Territorial Sul Brasil, com 1.250 ações.

Apesar de possuir penas 9 ações no grupo que formou a Companhia Territorial Sul Brasil, a presença de Jorge Júlio Schiling, segundo a mesma autora, apresentava-se como precisa, uma vez que esse além de possuir experiência no ramo imobiliário, apresentava também conhecimentos no ramo comercial. Experiências adquiridas como gerente e acionista nas empresas “Chaves & Almeida”, empresa que comercializava produtos têxteis, na Companhia Predial e Agrícola, e na Companhia Força e Luz Porto-alegrense. Grupos de empresas e companhias que se firmaram no ramo imobiliário porto-alegrense, na abertura de novos loteamentos nos anos de 1930 a 1950, através da “cobrança de impostos municipais, uma vez que ficavam isentas da taxação por um ano, a contar da data de abertura das novas ruas [...]”. (STROHAECKER, 1996, p. 823).

Em relação aos demais nomes, não foi possível levantar mais informações pela falta de possibilidade de visualizar outras fontes, além daquela produzida pela própria Companhia Territorial Sul Brasil. Isso deflagra a existência da ampliação do trabalho, possibilidade visualizada naquilo que Grendi (1998), recomendou através de uma redução da escala de observação e na busca intensiva das fontes. Ou seja, para o momento, analisar todos os nomes dos acionistas da Companhia Territorial Sul Brasil no ato de sua fundação, de forma individual, requer um trabalho de fôlego e intensivo.

Do ponto de vista administrativo, a Companhia Territorial Sul Brasil apresentava um projeto de cunho particular/empresarial onde a participação de pessoas como Arthur Eduardo Kuss e de Jorge Júlio Schiling era essencial para a realização do projeto, que além de comercializar terras, remetia também a comercializar paralelamente os recursos naturais encontrados na sua área de abrangência. Segundo Neumann (2013, p. 172), as companhias colonizadoras caracterizadas por esse tipo projeto, eram pautadas pela iniciativa privada, as quais adquiriam “terras particulares ou do próprio governo, arcando com todas as despesas, contando com a imigração espontânea ou migração interna [...]”.

Waibel (1949) em estudo sobre a colonização no Sul do Brasil define que as companhias de colonização dessa natureza, estavam caracterizadas por apenas ganhar dinheiro e eram baseadas naquilo em que ele chamou de “princípios econômicos”, revelando que o estado de Santa Catarina foi o estado da região Sul do Brasil em que a participação dessas companhias colonizadoras esteve em grande escala. Em outras palavras:

Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala. (WAIBEL, 1949, p. 16).

Pela mesma razão, dois anos após a sua fundação (1927), a Companhia Territorial Sul Brasil já possuía um inventário geral, apresentando as principais ferramentas e equipamentos utilizados para a realização de suas atividades tanto de ordem administrativa como em trabalhos de campo. Esse inventário relata nomes, valores e os setores em que essas ferramentas e instrumentos eram utilizados, como parte para a implementação do seu projeto de colonização.

No entanto, antes de mencionar especificamente o conteúdo do inventário, ressalta-se que este mostra indícios que foi levantado levando em conta os trabalhos realizados

especificamente em torno da sede administrativa localizada em terras catarinenses. O que se sabe até o momento, é que o inventário faz menção a um aparato de ferramentas e equipamentos que iam ao encontro às pretensões da companhia. Através desse aparato, nota-se a existência de ofícios bem distintos desde a derrubada da mata para a comercialização das madeiras, até trabalhos em engenharia na abertura de estradas.

TABELA 4 - INVENTÁRIO GERAL LEVANTADO PELA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL EM 31 DE SETEMBRO DE 1927: SETOR ARTIGOS DE ENGENHARIA

QUANTIDADE	NOME DA FERRAMENTA/ EQUIPAMENTO	VALOR POR UNIDADE
01	Nível Otto Fennel número 4243 novos com tripé	1:200\$000
01	Nível Georg Butenschoen, número 14651	500\$000
01	Bússola R. Reiss número 11218	500\$000
01	Fantômetro O.S número 68 quebrados	100\$000
01	Theodolito Keuffel & Esser número 20047	1:000&000
01	Theodolito Gurley número 12068	1:5000&000
01	Theodolito Breithaupt número 1836/1838	500\$000
01	Clinômetro de bolso	100\$000
02	Bússolas de bolso novas	36\$000
01	Estojo para desenho com 10 peças inutilizado	10\$000
01	Triângulo de Cautschouck	5\$000
01	Transferidor de latão	1\$000
01	Pantograph de madeira quebrado	-----
05	Pratos de porcelana para tintas e desenhos	1\$000
02	Trenas de aço de 20 metros muito usadas	60\$000
01	Trena de aço de 10 metros nova	80\$000
02	Prumos de latão novos	50\$000
02	Trenas de aço de 20 metros novas com estojo	100\$000
01	Régua "T" em madeira nova	10\$000

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Inventário Geral (1927). Documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Nessa tabela observa-se a existência de vinte equipamentos que iam desde a utilização de bússolas e níveis até o uso de trenas. A utilização desses equipamentos requeria considerável conhecimento técnico, onde o levantamento topográfico prévio era de suma importância. De forma prática, esse setor trazia conhecimentos científicos e técnicos na obtenção de resultados em ações como o de planejar a viabilidade econômica na abertura de estradas de rodagem. Caberia a esse setor também a função técnica de coordenar parte da produção de madeiras e comercializar os lotes coloniais, como revela o Art. 17 do Estatuto da Companhia Territorial Sul Brasil, elaborado no mesmo ano da ata (1925). No artigo é possível visualizar especificações técnicas através de atividades como a verificação de áreas, medições e subdivisão de terras, através de cadastros e a elaboração de plantas baixas dos lotes coloniais a serem comercializados.²⁷

A Companhia Territorial Sul Brasil foi responsável pela comercialização aproximada de 9.000 lotes coloniais, em uma área aproximada de 230.000 hectares. Administrativamente, a companhia possuía duas sedes administrativas, uma em Porto Alegre/RS e a outra na comunidade de Passarinhos no interior do município de Palmitos/SC.

Em relação à sede administrativa localizada em Porto Alegre/RS, não há muitos pontos a se destacar, uma vez que essa estava localizada em uma das maiores capitais estaduais do país (ALVES, 2005). Ao passo que a sede localizada no interior do município catarinense, por estar distante geograficamente da sede principal, acarretava de uma logística que interligasse a capital sul-rio-grandense. No mais, a tabela 5 conforme a tabela anterior, também está embasada no mesmo inventário e identifica as principais ferramentas/equipamentos, utilizados pela companhia, para a realização de serviços administrativos e atividades de campo.

Nas informações é possível observar um conjunto de ferramentas e equipamentos, representando vinte unidades. Conforme a tabela são equipamentos que estão direcionados para a utilização não só de serviços administrativos, como também para trabalhos de campo. Em relação aos trabalhos ligados de intendência, o uso de tinteiros em madeira, berços mata-borrão, perfuradores de cartas, régua e um molhador de selos. O uso desse conjunto de equipamentos levanta a hipótese que havia serviços direcionados, entre outras funções, a elaboração de correspondências e relatórios como forma de informar as atividades da companhia tanto na venda dos lotes coloniais, como àquelas ligadas a comercialização das madeiras. No que se refere aos trabalhos de campo, equipamentos como buçais, chicotes,

²⁷ Estatutos da Companhia Territorial Sul Brasil (1925). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

freios e rédeas, pelegos e peitorais, revelam a utilização do cavalo como parte primordial nesses afazeres e como meio de deslocamento. Por fim, nota-se que o inventário busca identificar ferramentas como serrotes e serigotes, utilizados para a derrubada e comercialização de árvores.

Contudo, para a realização de trabalhos de campo, ia-se muito além do uso de serrotes e serigotes como mostra a tabela acima. As tarefas realizadas além-escritório requeria outros equipamentos, como pás e picaretas, como carrinhos em madeira e ferro para o transporte de diferentes materiais. Equipamentos apontados na tabela na sequência.

TABELA 5 - INVENTÁRIO GERAL LEVANTADO PELA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL EM 31 DE SETEMBRO DE 1927: SETOR FERRAMENTAS DE CAMPO

QUANTIDADE	NOME DA FERRAMENTA/ EQUIPAMENTO	VALOR POR UNIDADE
55	Picaretas usadas	192\$500
45	A pá de concha usadas	135\$000
09	A pá de corte	45\$000
25	Machados	75\$000
13	Enxadas	26\$000
21	Enxadões	73\$000
19	Foices	57\$000
04	Serrotes	120\$000
01	Serra de desdobrar	60\$000
05	Alavancas	50\$000
07	Brocas de aço	24\$000
07	Cunhas de ferro	28\$000
04	Rebolos	12\$000
17	Carrinhos de madeiras usadas	425\$000
06	Carrinhos de ferro	90\$000
07	Marretas de ferro	56\$000
04	Rebolos	12\$000
17	Carrinhos de madeiras usadas	425\$000
06	Carrinhos de ferro	90\$000
07	Marretas de ferro	56\$000
01	Galhota	40\$000
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS		1:509\$500

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Inventário Geral (1927). Documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Aqui o inventário menciona dezessete ferramentas ligadas ao setor de campo, responsável entre outras realizações, a abertura de estradas. Fica claro que ao ter parte de suas atividades para esse fim, a Companhia Territorial Sul Brasil conseguia alcançar dois objetivos

de uma vez só: abertura de estradas, algo que impulsionava a comercialização dos lotes coloniais e, ao mesmo tempo, o aproveitamento das árvores derrubadas durante essa ação.

No entanto, o reaproveitamento dessas árvores após a abertura das estradas dentro da área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil, dependia também da utilização de equipamentos que facilitassem a comercialização das mesmas. Para isso nota-se que o inventário faz menção ao “Setor de Embarcações” como mostra a tabela abaixo. O uso desses equipamentos vinha facilitar, entre outros fatores, a comercialização das madeiras encontradas ali, bem como a utilização dos rios da região para o escoamento das mesmas.

TABELA 6 - INVENTÁRIO GERAL LEVANTADO PELA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL EM 31 DE SETEMBRO DE 1927: SETOR DE EMBARCAÇÕES

QUANTIDADE	NOME DA FERRAMENTA/EQUIPAMENTO	VALOR POR UNIDADE
01	Barca grande para 04 toneladas	2:500\$000
01	Barca pequena para 01 tonelada	500\$000
01	Lancha com motor Penta de 04 HP completa	5:000\$000
01	Canoa Colorada inutilizada	20\$000
01	Canoa nova	120\$000
01	Canoa usada	120\$000
06	Remos para barca muito usados	30\$000
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS		8:290\$000

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Inventário Geral (1927). Documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Por fim, observa-se que o investimento feito pela Companhia Territorial Sul Brasil revelado pelo inventário, não ultrapassou 1% do valor investido na compra da área. Ao somar o valor total investido em cada setor (setor de móveis e utensílios Rs 3:194\$800; setor de artigos de engenharia Rs 5:803\$000; setor ferramentas de campo 1:509\$500; setor de embarcações Rs 8:290\$000), chega-se a cifra aproximada de Rs. 18:000\$000. Ao passo que o valor investido pela companhia para a compra da área era de Rs 2.777:408\$659. Dessa forma, fica evidente que a colonização requeria um elevado investimento de capital para a operacionalização dos negócios. Sem contar as somas ligadas as diárias dos trabalhadores contratados e funcionários da companhia, cujo valor, estima-se, que era elevado.

3.3 Os diretores Arthur Eduardo Kuss, Carlos Culmey e do colaborador José Marcolino Eckert

Para falar sobre os diretores da Companhia Territorial Sul Brasil, novamente recorre-se a figura 7 localizado na página 59. Contudo, até o momento a documentação levantada aponta apenas dois nomes mais atuantes: Arthur Eduardo Kuss, Diretor-presidente e Carlos Culmey como Diretor-gerente. O primeiro foi o responsável geral pela administração da companhia em Porto Alegre/RS e o segundo pelas atividades tanto administrativa como também pela realização de trabalhos de campo em Passarinho, no interior do município de Palmitos/SC.

Sobre Arthur Eduardo Kuss, como fora mencionado anteriormente, era natural da Alemanha e possuía experiência imobiliária como sócio na Empresa Schiling & Kuss Cia. LTDA, empresa fundada em 1926, tendo seu auge de atuação o mercado imobiliário porto-alegrense nas décadas de 1930 a 1950 (STROHAECKER, 1996). Arthur Eduardo Kuss foi um dos sócios fundadores no ato de formação da Companhia Territorial Sul Brasil e detinha cerca de 25% das ações (1250), tornando-se posteriormente, Diretor-presidente da companhia. Ao Diretor-presidente da companhia, segundo o Estatuto da companhia na seção “*Da Administração*”, no Art. 16º, caberia:

Deliberar sobre os interesses da Companhia, especialmente sobre as operações de crédito necessárias à satisfação de seus negócios e compromissos:
 [...] 5º - nomear, suspender e demitir os empregados da Companhia e marcar-lhes os seus ordenados;
 [...] 7º - executar e fazer executar as disposições deste Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
 [...] 9º - fiscalizar a escrituração dos livros, fazendo guardar as formalidades legais, e dirigir o expediente da Companhia.²⁸

Em relação ao Diretor-gerente Carlos Culmey, segundo a filha Tutz Culmey Herwig em livro em memória (1987), relata que seu pai nasceu no dia 19 de julho de 1879, em Neuwied, na Rhenania, na Alemanha. Militar graduado buscou inspiração em seu avô, o qual lutou na “Guerra Franco-prussiana” contra os franceses entre os anos de 1870 e 1871.

Aos vinte anos, Culmey formou-se em Engenharia Civil, estudando mineralogia. A graduação oportunizou o convite do governo inglês, que após a desativação da Companhia Férrea Britânica no Estado do Rio Grande do Sul, precisava de pessoas de confiança para a administração das terras situadas na abrangência da companhia. O convite foi formalmente efetuado pelo então interlocutor na época entre o governo inglês e o solicitado, Cônsul alemão Horst Hoffmann (HERWIG; KNORR, 1987).

²⁸ Estatutos da Companhia Territorial Sul Brasil. Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Dois anos após a sua formatura, Carlos Culmey em 1901, conhece sua futura esposa, Luisa Von Michaelis, a qual era ligada a antiga nobreza alemã. No mesmo período e apesar da resistência de ambas as famílias, vêm para o Brasil, voltando para a Alemanha no intuito de convencer a esposa a segui-lo rumo ao Brasil. Objetivo alcançado pela insistência da companheira em levar junto um casal conhecido dos seus familiares.

No mesmo ano (1901), após chegada ao Sul do Brasil, coordena a colonização de Serro Azul, atual município de Cerro Largo no Rio Grande do Sul, Boa Vista, hoje município de Santo Cristo no noroeste sul-rio-grandense e de Sete de Setembro, também no Rio Grande do Sul (WERLANG, 2006). Passados alguns anos, Culmey rumou para a Argentina, mais precisamente na região de Misiones, que a partir do ano de 1919, coordenou, juntamente com o Padre Max Von Lassberg, a colonização alemã de San Alberto, Puerto Rico, Caipiovy e Monte Carlo.

Carlos Culmey, voltou ao Brasil no ano de 1926 a convite da Companhia Territorial Sul Brasil, para auxiliar na colonização e administração das terras adquiridas no oeste catarinense, mais precisamente nas colônias de Palmitos; São Carlos; São Domingos; Iracema, hoje município de Riqueza; Aguinhas; Cunha Porã; Saudades; Maravilha e Pinhalzinho. Torna-se assim, segundo sua filha Tutz Culmey Herwing, um colonizador de ofício com o “dom de criar algo do nada, um torrão de terra seco e cheio de pedras transformava num jardim florido [...]”. (HERVING; KNORR, 1987, p. 16).

Culmey morre na madrugada do dia 16 de maio de 1939, decorrente de uma intensa tempestade, levando uma balsa de madeira no rio Uruguai, sendo localizado três dias após o ocorrido sinistro “encontrado às margens do rio Urugiai, na fronteira com a Argentina. Um pescador encontrou o morto no rio e deu o alarme”. (HERVING; KNORR, 1987, p. 83).

IMAGEM 3 – CARLOS CULMEY EM SUA RESIDÊNCIA EM CASCALHO NO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC, DÉCADA DE 1930



Fonte: WERLANG, 2006, p. 53.

Durante o período que esteve a serviço da Companhia Territorial Sul Brasil, Carlos Culmey foi responsável pela função de Diretor-gerente. Função que agregava um conjunto de normas específicas como mostra o Art. 17 do Estatuto da companhia. A ele como Diretor-gerente caberia:

- [...] 1º - executar ou fazer executar todos os trabalhos de verificação de áreas, medições e subdivisão de terras, que tenham que ser efetuadas;
- [...] 3º - manter um cadastro, uniforme e em dia, de todas as propriedades da Companhia, com referência por numeração ao protocolo das plantas respectivas;
- Art. 4º - fazer a averbação nas mesmas plantas das áreas que se forem vendendo, ou que se destinarem à servidão pública;
- 5º - fiscalizar todo serviço externo da Companhia e contratar o pessoal que for necessário para a sua execução;
- 6º - promover a venda de terras e de madeiras, de acordo com as instruções dadas pelo Diretor-Presidente;

7º - apresentar anualmente ao Diretor-Presidente e Membros do Conselho Fiscal, o relatório dos negócios que lhe são afetos, propondo as medidas que julgar conveniente aos interesses da Companhia.²⁹

A participação de Carlos Culmey no projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil faz parte do processo migratório de pessoas especializadas em busca de afirmação profissional e social. Para Sayad (1998) esses fenômenos estão interligados basicamente às questões econômicas refletidos no trabalho e suas diversas dinâmicas.

Culmey foi mais um entre tantos outros sujeitos que viu no processo de colonização na região sul-brasileira, meios de pôr em prática um espírito aventureiro e empreendedor, onde a necessidade de crescimento econômico encontradas na região aceitou-os de “braços abertos”. Isso também concretizou-se nas expectativas que muitos desses sujeitos tinham em prosperar economicamente através do trabalho, os quais traziam em seus DNA’s, espírito empreendedor e aventureiro.

Contudo, Carlos Culmey não conseguiu usufruir de uma possível contra-partida vinda do processo de colonização ou mesmo do projeto apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil. Para ele, segundo Werlang (2006), estava claro que o retorno não seria imediato, pois, estava preocupado com o bem-estar dos colonos e o desenvolvimento da região. Constatação, reafirmada por sua filha Tutz Culmey Herving (1987), alegando que seu pai tinha o dom de criar algo do nada através do trabalho. De certa forma, o trabalho e seus meandros no contexto das imigrações e migrações, fez nascer o imigrante/migrante e quando não o existe, faz morrer (SAYAD, 1998).

Prevalecendo tais características, um dos primeiros colonos a adentrar na região oeste catarinense e comprar terras da Companhia Territorial Sul Brasil foi José Marcolino Eckert. Sua menção aqui não fora escolhida por acaso: trata-se de um dos primeiros moradores da antiga Seção Anta Gorda, instalando-se nas terras onde hoje está localizado o município de Pinhalzinho/SC, que a mesma maneira de Carlos Culmey, também ajudou a impulsionar a colonização local.

José Marcolino veio para terras catarinenses, segundo seu filho Ivo Eckert³⁰, a convite do próprio Carlos Culmey no início da década de 1930.³¹ Filho de João Eckert Sobrinho e de

²⁹ Estatutos da Companhia Territorial Sul Brasil (1925). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

³⁰ Ivo Eckert é um dos oito filhos de José Marcolino Eckert e Eugênia de Migueli. Nasceu no ano de 1934 e é autor dos livros “Meu Bonito Pinhal Pinhalzinho: a saga dos pioneiros” (2002) e “Brasil do imigrante alemão” (2010). Atualmente é um dos colaboradores do Museu Histórico Pinhalzinho.

³¹ ECKERT, Ivo. Entrevista concedida a Fernanda Bem. Fonte: Acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, 2011.

Elisabetha Eckert, é natural da linha Santa Clara, no município de Lajeado/RS. Marcolino nasceu no dia 7 de outubro de 1889, sendo o sétimo na ordem de nascimento, em um total de 14 irmãos. Seus pais no início do século XX, acompanhando o movimento de enxamagem, apontado por Roche (1969), deixaram as “colônias velhas” situadas no vale do rio dos Sinos e migraram para a nova zona de colonização, na região do Planalto Sul-rio-grandense, instalando-se na colônia de General Osório, atual Ibirubá. Posteriormente, migram novamente para a colônia vizinha de Coronel Selbach, atual município de Tapera/RS.

José Marcolino Eckert aprendeu as primeiras letras na Escola Paroquial de Santa Clara e continuou seus estudos no Seminário de Parecí, atual município de Parecí Novo/RS, onde cursou o antigo Ginásio aos 17 anos. Todavia, não seguiu carreira seminarista e regressou a casa dos pais ainda em General Osório. Em 1910, casou-se com Eugênia de Migueli, em Ijuí/RS, fixando residência posteriormente no Distrito de Pulador, no município de Passo Fundo/RS.

Mais tarde, Marcolino tornou-se gerente comercial no mesmo município e em função das dificuldades financeiras ocorridas no período da Primeira Guerra Mundial, deixou a função, mudando-se com a esposa para o então Distrito de Selbach. Ali, dedicou-se durante algum tempo a profissão de fotógrafo, paralelamente as lides da agricultura. Alternando a primeira função para os serviços na Serraria Werlang e Hilgert, localizada no mesmo distrito. Mudou-se posteriormente com a família para Faxinal, no atual município de Soledade/RS e por dois anos dedicou-se somente as lidas na agricultura. Por fim, a pedido de seus antigos patrões da Serraria Werlang e Hilgert, volta a trabalhar com eles, seguindo definitivamente a profissão de madeireiro.

Em 1930, atendendo aos apelos da população local, José Marcolino Eckert aceitou o cargo de Subdelegado e Subprefeito do 14º Distrito de Selbach, no município de Passo Fundo/RS, permanecendo na função até a incorporação do distrito ao município de Carazinho/RS. Durante o período da Revolução Constitucionalista de 1932, fez parte no Corpo Auxiliar Provisório do Exército em Carazinho/RS, no posto de Primeiro Tenente, prestando serviços na tesouraria da unidade.

IMAGEM 4 – JOSÉ MARCOLINO ECKERT EM APRESENTAÇÃO NO EXÉRCITO DO RIO GRANDE DO SUL, INÍCIO DA DÉCADA DE 1930



Fonte: acervo fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, SC.

Como fizeram seus pais no início do século XX, saindo da região do Vale do Rio dos Sinos para o Planalto Sul-rio-grandense, em maio de 1933 José Marcolino Eckert migrou para o oeste de Santa Catarina, fixando morada na antiga Seção Anta Gorda, na época pertencente ao município catarinense de São Carlos. No novo espaço, de imediato estabeleceu uma

serraria, que segundo seu filho Ivo Eckert (2011), além de possuir experiência adquirida na Serraria Werlang e Hilgert no Rio Grande do Sul, veio para Santa Catarina pela força maior ligada a redução das madeiras nobres daquele estado:

Papai teria percebido que isso não daria muito tempo. Então ele pegou no ano de mil novecentos e trinta e um, [...] com toda aquela vocação de madeireiro, [...] trazer uma serraria para cá. Isso era uma novidade naquele tempo. Os madeireiros não serravam a madeira para ser lançadas pelos rios [...] eles levavam as toras brutas. Mas eram muito menos remunerados. Papai tinha a ideia de serrar a madeira no local, embalsar e transportar para a Argentina. (ECKERT, 2011, p. 9 e 10).

Para maiores informações apresenta-se a imagem ilustrando a serraria de José Marcolino Eckert. Na imagem é possível observar grande quantidade de tábuas e madeiras movimentadas pela serraria. Outro detalhe a ser notado é a significativa interferência da madeireira na flora local: na parte superior da imagem visualiza-se apenas os tocos das árvores cortadas que possivelmente, além de servirem ao propósito da madeireira, abriram caminho para a instalação de novas benfeitorias de novas famílias como também a introdução de uma agricultura mais intensiva.

IMAGEM 5 – SERRARIA ADMINISTRADA POR JOSÉ MARCOLINO ECKERT, SEÇÃO ANTA GORDA (1933)



Fonte: acervo digital do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC.

Sobre as questões ligadas a agricultura, Crosby (2011) revela que há tempos, desde o período pré-histórico, o homem sentiu a necessidade de moldar a natureza e abruptamente seus recursos naturais, para suprir suas demandas de sobrevivência, através da introdução/remanejamento de plantas, naquilo que o autor denomina de “assombroso sucesso da agricultura”. Nas palavras do autor, as florestas “[...] foram arrasadas para fornecer madeiras e combustível e para abrir caminho a novos empreendimentos. Rebanhos de animais do Velho Mundo pastavam e excediam-se nas áreas de relva e floresta; e os campos cultivados das declinantes populações ameríndias reverteram ao estado de natureza, [...] cujas plantas mais agressivas eram agora imigrantes exóticas”. (CROSBY, 2011, p. 155 e 156).

Em setembro do ano de 1933, Marcolino e família muda-se em definitivo para Seção Anta Gorda, abrigando-se provisoriamente em um paiol de madeira. Após a sua iniciativa, seu irmão Aloísio, muda-se também com sua família para o mesmo local, morando provisoriamente em um barracão de madeira que estava sendo edificado para receber o engenho da serraria.

Por volta do ano de 1935, José Marcolino Eckert começou a apresentar os primeiros sintomas de uma doença denominada popularmente na época como “Doença da Bexiga”, hoje conhecida cientificamente como “Câncer de Próstata”. Posteriormente, em 1937, a doença começou a limitar suas ações, sobretudo nas atividades ligadas a serraria e para combatê-la realizou tratamento médico em Passo Fundo/RS. Faleceu em 1941, após intervenção cirúrgica realizada no hospital no município de Santa Cruz do Sul/RS.

No entanto, ressalta-se que no depoimento de Ivo Eckert (2011), não fica claro até quando a madeireira continuou seus trabalhos, apenas o egresso de um de seus irmãos mais velhos, Carlos Eugênio Eckert, como serrador e administrador da serraria, após o afastamento de seu pai para tratamento médico. O que se sabe, através do depoente, que área onde localizava-se a madeireira, fazia parte de um dos lotes coloniais adquiridos pelo seu pai, o qual apresentava a vontade de deixar para cada um de seus filhos (oito no total), uma colônia de terra.

Em relação a madeireira ligada a José Marcolino Eckert, constata-se que pelas análises feitas nos documentos produzidos pela Companhia Territorial Sul Brasil, não há nenhuma menção em relação a mesma. Constatação, reforçada em visita realizada a Associação Comercial e Industrial de Chapecó, que na época, décadas de 1930 a 1950, era o município que concentrava serviços do gênero (JUNIOR, 1991). O que se suspeita, é que as madeiras beneficiadas na madeireira de José Marcolino Eckert, durante sua administração, apenas

abasteciam outros empreendimentos maiores, localizados próximos a Seção Anta Gorda. O que contraria as informações prestadas por Ivo Eckert (2011), o qual afirmara que seu pai tinha a ideia de serrar, embalsar e transportar as madeiras serradas para a Argentina, na ânsia de prosperar economicamente.

A trajetória migratória de José Marcolino Eckert assemelha-se muito com a de Carlos Culmey, ambos envolvidos diretamente no projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil. Ao ter sua trajetória caracterizada pelos ofícios de colono e comerciante, favorecidos pela sua formação escolar, além de ser fotógrafo e de apresentar conhecimentos adquiridos em cargos públicos e na área política e militar, condicionou-o a aventurar-se a novas áreas em uma região em crescimento, desprovida de iniciativas como a instalação de empreendimentos comerciais e de qualquer infraestrutura.³² Constatação refletida na própria instalação da serraria na Seção Anta Gorda no início da década de 1930.

Trata-se de uma trajetória individual ocorrida dentro e para a colonização no oeste catarinense, onde a soma desses ofícios revelou, entre outras características, um espírito empreendedor. Decerto, discorrer sobre a trajetória de José Marcolino Eckert no processo de colonização do oeste catarinense é perceber que a “[...] mobilidade espacial é percebida como a capacidade de modificar o curso dos acontecimentos. [...] A mobilidade é então o núcleo, o sentido da narração, o que leva o protagonista para dentro da História”. (VANGELISTA, 2010, p. 13 e 14).

No mais, discorrer sobre a trajetória de José Marcolino Eckert, deflagra-se o processo de colonização do oeste catarinense, o qual apresentou uma migração intensa no sentido Rio Grande do Sul a Santa Catarina que envolveu grande número de indivíduos, principalmente aqueles descendentes das etnias alemã e italiana. No ponto de vista desses indivíduos, tomar rumo e direção a terras catarinenses foi, pelo menos nos primeiros anos de morada, algo caracterizado como difícil e árduo. Dada as condições da época: falta de estradas, de meios de comunicação e uma floresta densa, onde entrar no ramo madeireiro era, depois da agricultura, o ofício a seguir.

Outro detalhe é que ao adentrar na região oeste catarinense e dedicar-se ao ramo madeireiro, mostrava-se uma atividade de risco, tanto de ordem econômica como também de ordem física. Nesse ramo, ações como a derrubada de árvores de médio/grande porte e seus

³² Trata-se infraestrutura nesse momento, como o conjunto de ações econômicas e administrativas que um determinado município apresenta para a otimização de outras atividades. No caso específico da região oeste catarinense, na primeira metade do século XX, o único município que apresentava tais condições, segundo Peluso Junior (19991), era o município de Chapecó.

respectivos deslocamentos até o local do engenho, mais a comercialização das madeiras provenientes, não apresentava nenhuma garantia de futuros promissores. Nem mesmo para aqueles indivíduos com experiência, adquirida em solo sul-rio-grandense. Por fim, a introdução desses indivíduos no processo de colonização do oeste catarinense, contribuiu para o desenvolvimento da região e para a construção de uma sociedade caracterizada hoje como multicultural.

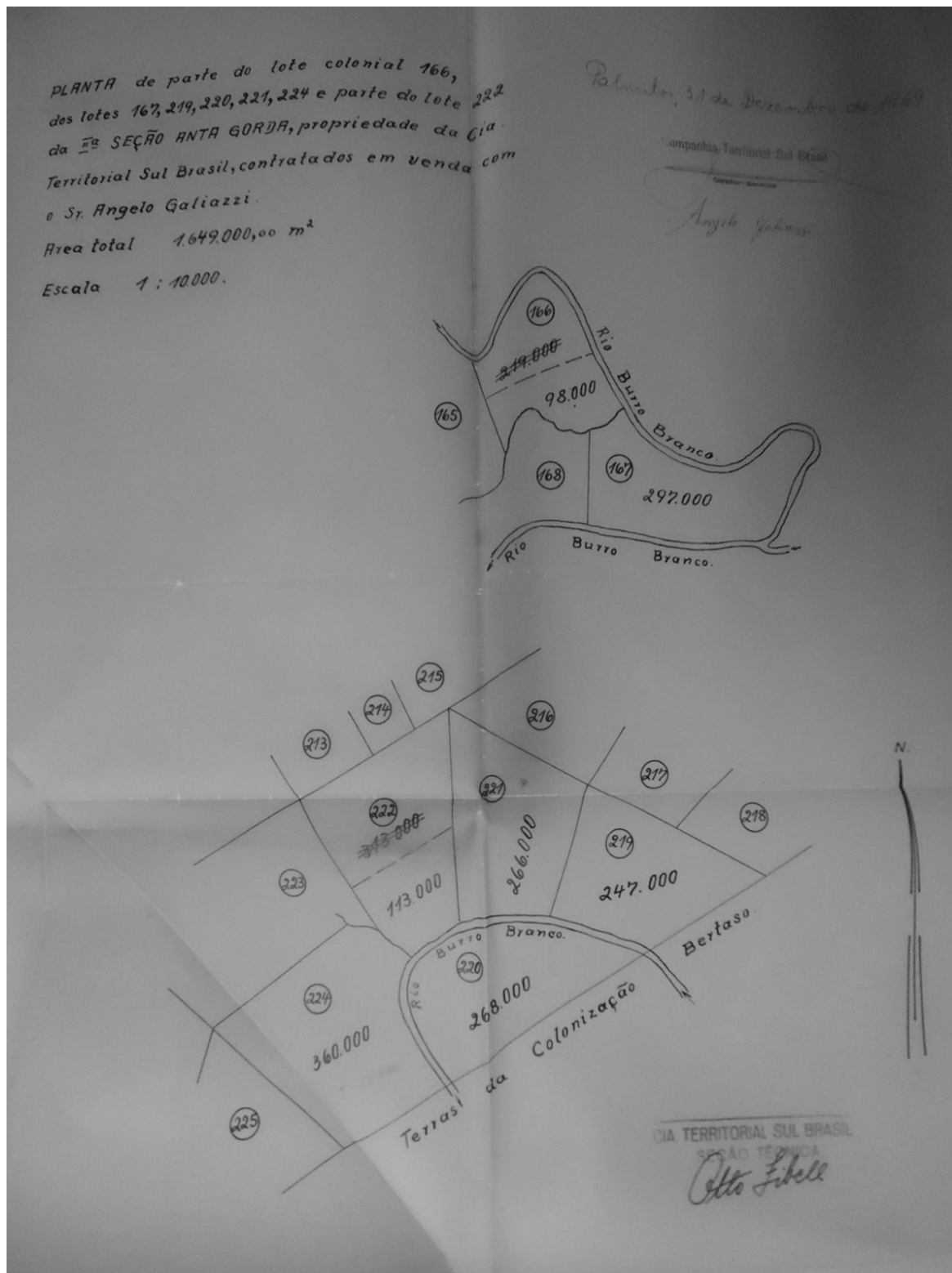
3.4 Dos lotes comercializados pela Companhia Territorial Sul Brasil e a topografia local

A Companhia Territorial Sul Brasil possuía uma vasta credibilidade na demarcação e venda dos lotes. Isso era fruto de uma dinâmica que levava em conta o tamanho da área e a localização das terras, submetidas ao regime hidrográfico da região. Quanto maior a distância entre os cursos de água existentes, mais comprido poderia ser o lote e maior era seu valor financeiramente (WERLANG, 2006).

Configuração que pode ver vista na figura abaixo: planta com a divisão de lotes numa determinada área da Seção Anta Gorda feita pela Companhia Territorial Sul Brasil, na década de 1960. A planta revela 17 lotes localizados às margens do Rio Burro Branco no interior do atual município catarinense de Pinhalzinho. Desses lotes, sete são banhados de forma irregular pelo rio. No mais, os lotes número 167 e 220 apresentam uma área maior em relação aos demais, uma vez que são banhados de forma prolongada pelo rio. Isso acarretaria, entre outras questões, uma metragem acima dos padrões estabelecidos pela companhia (24,2 hectares) e, conseqüentemente, um valor monetário maior.

Especificamente, os lotes mencionados, localizados no canto superior direito da planta, estão configurados numa área aproximada de 29,7 hectares e 26,8 hectares, respectivamente, metragem maior daquela estipulada pela companhia. Outro detalhe decorrente na figura é a possível divisão, localizada na parte inferior da planta, das terras da Companhia Territorial Sul Brasil com a Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, empresa essa responsável por colonizar uma área aproximada de 92.438 hectares.

FIGURA 8 – LOTES COLONIAIS LOCALIZADOS NA II SEÇÃO ANTA GORDA. PROPRIEDADE DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL (1969)



Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Contudo, a comercialização dos lotes coloniais efetuada pela Companhia Territorial Sul Brasil, não estava apenas submetida à configuração hidrográfica como apontou Werlang (2006). O projeto de colonização apresentado pela companhia previa paralelamente a venda dos lotes coloniais junto a comercialização de madeiras. A flora local também recebeu uma devida atenção no ato da venda dos lotes coloniais pela adição de dispositivos (cláusulas) nos contratos de compra e venda. É o que a transcrição abaixo, baseada em documento produzido pela companhia e direcionada aos compradores dos lotes, revela. A saber:

Companhia Territorial Sul Brasil. Palmitos 28 de dezembro de 1956.

Ao adquirir lotes dessa companhia os lotes coloniais [...] venho declarar por mim e meus sucessores, que consinto [que] seja incluída na escritura a ser outorgada, pela companhia, dos referidos lotes, a seguinte cláusula:

Clausula de reserva de domínios de pinheiro: os pinheiros existentes nos lotes coloniais [...], objeto da presente escritura de compra e venda, ficam pertencendo a Companhia Territorial Sul Brasil, qualquer que seja o número e serão retirados pela mesma companhia ou por quem ela autorizar dentro do prazo de 3 (três) anos, contar da data do registro da escritura [...]. No caso que eu venha fazer a venda os lotes coloniais [...], a cláusula acima redigida, será por mim mantida e respeitada em todos os seus termos. Comprometo-me, outrossim, a zelar os pinheiros [...] até sua total retirada, não fazendo roças nas zonas dos lotes coloniais onde eles se encontram. Sem mais, com toda a consideração e apreço, subscrevo-me atenciosamente.³³

A cláusula revela uma das medidas pontuais tomadas pela Companhia Territorial Sul Brasil para resguardar uma das espécies de árvores mais comercializadas durante o processo de colonização: o pinheiro ou *Araucária Angustifolia*. A menção da cláusula traz a hipótese de se tratar de um mecanismo, no ponto de vista administrativo da companhia, para a afirmação da mesma no ramo madeireiro e, conseqüentemente, um acréscimo das projeções econômicas (lucro) estipuladas pela companhia, além daquelas ligadas ao ramo imobiliário.

No entanto, a mesma cláusula, no ponto de vista dos compradores (colonos), poderia trazer significativos transtornos, primeiro porque a cláusula não leva em conta que a localização da referida planta (pinheiro), no ponto de vista topográfico, não se dá de forma homogênea. Ou seja, sabe-se que essa espécie de planta e outras, apresentavam-se de forma irregular e muitas vezes, distante uma das outras. Em segundo lugar, ao trazer a determinação de proibir a formação de roça nas áreas adjacentes onde estavam localizados os pinheiros, impediria aos proprietários utilizar algumas técnicas de fazer roça, como era o uso do fogo na limpeza da área.

³³ Clausula de reserva de pinheiro. Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

Ressalta-se que a técnica de utilizar o fogo para a limpeza e abrir clareiras na mata era algo comum herdado de tempos anteriores³⁴, que Waibel (1949) reprovou veemente denominando de “agricultura nômade ou de rotação de terras”. Para o autor, esse sistema quando aplicado em áreas de pequena escala, como era a maioria dos lotes coloniais no processo de colonização na região oeste catarinense, torna-se incoerente e perigoso uma vez que a terra tende a se tornar exausta e pouco produtiva.

No entanto, verifica-se que esse sistema de intervenção natural esteve atrelado praticamente em todo contexto colonial catarinense. Para Klug e Santos (2004), em estudo direcionado a imigração germânica no Vale do Itajaí no último quartel do século XIX (1875-1900), a necessidade de derrubar e queimar grandes áreas da mata era uma etapa constante para o surgimento das primeiras plantações, como forma de ajustar e ajustando-se no novo ambiente. “Os colonos ajustam a floresta de acordo com suas necessidades e ao mesmo tempo em que ajustam-se ao ‘novo meio’ com novos hábitos”. (KLUG; SANTOS, 2004, p. 92).

Quanto à demarcação adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil na medição dos lotes coloniais, entre 24,2 a 25 hectares, era uma referência ao processo de colonização ocorrido no Rio Grande do Sul no fim do século XIX. Para Roche (1969), essa era uma medição que provinha ainda desde o início do período republicano (1889). No entanto, ao estudar o processo de colonização alemã o mesmo Estado, o autor esclarece que regiões como a de São Leopoldo, nas primeiras décadas do século XIX, apresentavam contratos de compra e venda de lotes coloniais em áreas de até 77 hectares. Passando posteriormente, em meados do mesmo século, há uma redução de pouco mais de 48 hectares.

Essa redução, segundo Roche (1969), ocorreu pela escassez da terra, a qual já apresentava um desmatamento das florestas e um empobrecimento do solo acentuado, bem como um aumento na demanda de novos interessados. A primeira divisão das terras pela Companhia Territorial Sul Brasil apresentou 140 lotes coloniais, distribuídos em 26 seções, passando posteriormente para 3.814 lotes em 48 seções, em 1954. O ponto de partida para a divisão dos lotes adotados pela companhia foi à margem do rio Uruguai, expandindo-se no sentido norte por toda área entre os rios Chapecó e o das Antas (WERLANG, 2006).

³⁴ Ressalta-se que o uso do fogo para a promoção da agricultura é algo milenar. Custódio (2004), em texto direcionado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), descreve que o uso do fogo era amplamente utilizado pelos grupos indígenas horticultores ligados ao tronco Tupi-guarani muito antes da imigração europeia para as Américas no final do século XV. Esse sistema está identificado como *coivara*, que segundo o autor, consiste “basicamente na abertura de clareiras e a queima do mato, para plantar mandioca, feijão, amendoim, tabaco, inhame, abóbora, algodão, porongo, plantas frutíferas e medicinais”. (CUSTÓDIO, 2004, p. 09).

O serviço de demarcação dos lotes estava a cargo dos agrimensores contratados pela companhia, os quais dividiam as terras primeiramente em seções, passando posteriormente em lotes coloniais. Essas demarcações estavam submetidas não só ao regime hidrográfico, mas também pelas condições da topografia local, como revela o memorial feito pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguaçu, em 1944.

No memorial, há referência de lotes coloniais com uma área média de 24,2 hectares. No entanto devido às condições geográficas do local, “muitos deles ficaram com as áreas maiores ou menores, em vista da conformação topográfica do terreno em que estão situados, possuindo todos os lotes água corrente, sempre que isto foi possível”.³⁵ Segundo o documento, o fator topográfico local, era decisivo. O mapa produzido pela seção técnica da companhia na década de 1950 em escala de 1:100.000, retifica mais uma vez a importância do principal rio da região, o Rio Uruguai, localizado na parte inferior da figura.

³⁵ Memorial apresentado pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colônias do Território Federal do Iguaçu (1944). Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

FIGURA 9 – MAPA GERAL DAS TERRAS DA COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL, SITUADAS NOS MUNICÍPIOS DE CHAPECÓ, MONDAÍ, PALMITOS E SÃO CARLOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (1957)



Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

No entanto, ao relacionar a metragem dos lotes coloniais disponibilizados no memorial da companhia e os números de lotes apresentados na figura 7, pode-se encontrar algumas divergências. Ao multiplicar o valor da medição apresentado no memorial (24,2 hectares) e o número de lotes disponíveis para venda, encontrados verticalmente à direita da figura (9.000 lotes), chega-se a quantidade de 217.800 hectares de terras, valor abaixo daquele apresentado anteriormente na Certidão de Transcrição de Imóveis acerca do número de hectares (231.450 hectares).

Em outra análise, ao dividir os 231.450 hectares, redigidos na Certidão de Transcrição de Imóveis (231.450), pelo número de lotes arrolados na mesma figura 7 (9.000 lotes), chega-se ao resultado de 25,7 hectares em cada lote colonial. Metragem também acima daquela encontrada no memorial, apresentado ao Departamento de Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguazú no ano de 1944 pela Companhia Territorial Sul Brasil.

Matematicamente fica claro que não haveria condições de padronizar a metragem dos lotes coloniais comercializados pela Companhia Territorial Sul Brasil, mesmo que isso fosse uma intenção. Essas disparidades entre as informações encontradas na documentação produzida pela companhia colonizadora, levanta a possibilidade de que as dificuldades impostas pela topografia local (relevos irregulares e forte predominância de rios sinuosos), foi algo contundente.

Vale lembrar que as questões ligadas à metragem dos lotes no processo de colonização da região oeste catarinense e na área adquirida pela Companhia Territorial Sul Brasil também apresentaram características similares daquelas levantadas por Roche (1969) no processo de colonização ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul: à medida que a colonização avançou as áreas em direção ao Planalto Sul-rio-grandense, houve o empobrecimento do solo através do uso intensivo e da retirada das florestas. Algo visível e contínuo também na região oeste catarinense, acabando por padronizar novas frentes de ocupação em áreas fora do Estado Catarinense.

Sabe-se também, que as disparidades na metragem dos lotes coloniais efetuadas pelas companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense, incluindo a Companhia Territorial Sul Brasil, acarreta ainda hoje um grande número de ações judiciais. Essas ações são decorrentes, entre outros motivos, pela falta de precisão ou negligências nas medições de terras, proporcionando a inserção de um grande número de pedidos de revisão sobre a metragem dos lotes. De forma pontual, são ações reivindicadas por famílias remanescentes do

processo de colonização ocorrido na região oeste catarinense, que indiferentemente do grupo étnico que estão ligadas, acabaram por recorrer em muitos casos ao poder judiciário para sanar qualquer prejuízo e danos.

3.5 A Seção Anta Gorda

A Companhia Territorial Sul Brasil apresentava-se como uma companhia colonizadora de cunho particular/empresarial. A divisão das terras em lotes coloniais adotada pela companhia caracterizou-se pela divisão em seções, resultando em um processo rápido e sistemático, chegando no ano de 1954 a 48 seções em 3.814 lotes coloniais.

Entende-se como seção como uma fração da área colonizada pela Companhia Territorial Sul Brasil, sistema adotado para homogeneizar a colonização local e sistematizar a venda dos lotes coloniais, resultando no surgimento das comunidades coloniais ou “linhas”. No que se refere às linhas, Dorigon e Renk (2013, p. 22), declaram que essas estavam territorialmente delimitadas e possuíam “um centro comunitário onde se localizavam [...] escola, pavilhão comunitário, cancha de bocha, campo de futebol e cemitério”. Essa (infra) estrutura, muitas vezes, foi concretizada por ações conjuntas que além dos espaços citados, foram responsáveis, num primeiro momento, pela construção das casas dos colonos e pela construção da capela.

No que se refere às casas dos colonos, essas eram construídas perto das estradas no objetivo de proporcionar melhor comunicação com outras localidades e para escoar parte da produção agrícola das famílias. Já em relação à capela, essas eram quase que na sua totalidade, uma medida necessária no processo de colonização da região oeste catarinense e apresentavam-se como um espaço de encontro entre as famílias. Nas palavras de Vicenzi (2008, p. 116), a “capela era um espaço em que participavam coletivamente os habitantes [...]; frequentada aos domingos, serviu como ponto de encontro para os amigos, parentes e conhecidos que residiam distantes”.

Esse sistema de administração também foi adotado pela Companhia Territorial Sul Brasil. No entanto, a responsabilidade de construir as estradas, muitas vezes, ficou a cargo dos colonos que adquiriam lotes coloniais junto à companhia (WERLANG, 2006). Em geral, caberia aos próprios colonos, segundo o autor citado, abrir tanto as estradas vicinais como também as estradas gerais, sendo uma das formas de pagamento ou amortização dos valores referentes a compra dos lotes coloniais. Para a companhia, a construção das estradas era ponto

chave, uma vez que traria a possibilidade de interligar os quatro cantos da sua área de colonização.

É nesse cenário, que evidencia-se uma das 48 seções administradas pela Companhia Territorial Sul Brasil, a denominada Seção Anta Gorda. Situada a Leste da área adquirida pela Companhia Territorial Sul Brasil, a seção possuía uma extensão aproximada de 16.236.000 Km², sendo subdividida posteriormente em I seção e II seção.

No ponto de vista estrutural, a seção apresentou basicamente o mesmo processo de colonização das demais áreas e as mesmas características apontadas anteriormente, tendo iniciado sua colonização no início da década de 1930. Segundo Ivo Eckert (2011), a colonização local deu início no momento em que seu pai, José Marcolino Eckert, comprou as terras da Companhia Territorial Sul Brasil. Para o depoente, uma das primeiras ações a serem tomadas pelo seu pai, foi a requisição de dois hectares de terra junto à companhia, para a construção da capela e o desenvolvimento da vila.

Informação ratificada pela sua irmã, Maria Eckert Utzig (2010), a qual relata que para a construção da capela, seu pai mesmo serrou as tábuas na serraria da família comprando posteriormente, o sino para a mesma. Segundo a depoente, a capela estava localizada na parte mais alta da seção, local sugerido pelo seu pai, como forma de orientar as demais famílias da localidade.³⁶ Ressalta-se que atualmente, na mesma área da antiga capela, encontra-se a paróquia central do município de Pinhalzinho/SC e as demais dependências eclesiásticas: salão paroquial, centro administrativo e casa mortuária.

Atualmente a área que correspondia à antiga Seção Anta Gorda, encontra-se os municípios catarinenses de Modelo, Pinhalzinho e Saudades, com uma população formada por caboclos e descendentes de alemães e italianos com ligeira predominância para os últimos, num total aproximado de 31.000 habitantes. A predominância desses grupos étnicos é resultado, entre outros fatores, pela política adotada no projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, a qual racionalizou sua área de colonização por faixa ética de acordo com a existência dos rios Chapecó e Barra Grande. Área que foi destinada, em um primeiro momento, aos colonos descendentes de alemães e católicos, surgindo desta colonização os municípios de São Carlos, Saudades e Pinhalzinho (WERLANG, 1995).

Segundo o autor citado:

³⁶ UTZIG, Maria Eckert. Entrevista concedida a Fernanda Bem. Fonte: Acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho, 2010.

[...] do rio Barra Grande até o rio São Domingos, no atual município de Palmitos, as terras foram demarcadas para os alemães evangélicos; e do rio São Domingos em diante até o rio Iracema, localizar-se-iam os de origem italiana, que deram origem a Caibi. Finalmente, a área localizada entre os rios São Domingos e [rio das] Antas passou a ser ocupada pelos teuto-russos de religião evangélica, originando o município de Riqueza. (WERLANG, 1995, p. 22).

Abordar a questão da religiosidade na área da antiga Seção Anta Gorda, dentro do projeto de colonização adotado pela Companhia Territorial Sul Brasil, parece ser um dos pontos chaves para o entendimento de como está configurado atualmente o quadro sociocultural da região. Ou seja, a religiosidade presente nas comunidades descendentes tanto de alemães como italianos, seja ela católica ou protestante, pode ser tratada como uma questão de identificação e coesão social, que se reflete ainda hoje na maioria dos municípios que compõem a região catarinense.

Por outro lado, isso não significa que a religiosidade foi algo inerente nas ações encontradas no projeto de colonização adotado pela Companhia Territorial Sul Brasil e na própria migração para a região oeste catarinense. Parte-se da hipótese que apenas ajudou a catalisar a movimentação de colonos do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, a proporcionar a firmação da companhia colonizadora no mercado imobiliário catarinense.

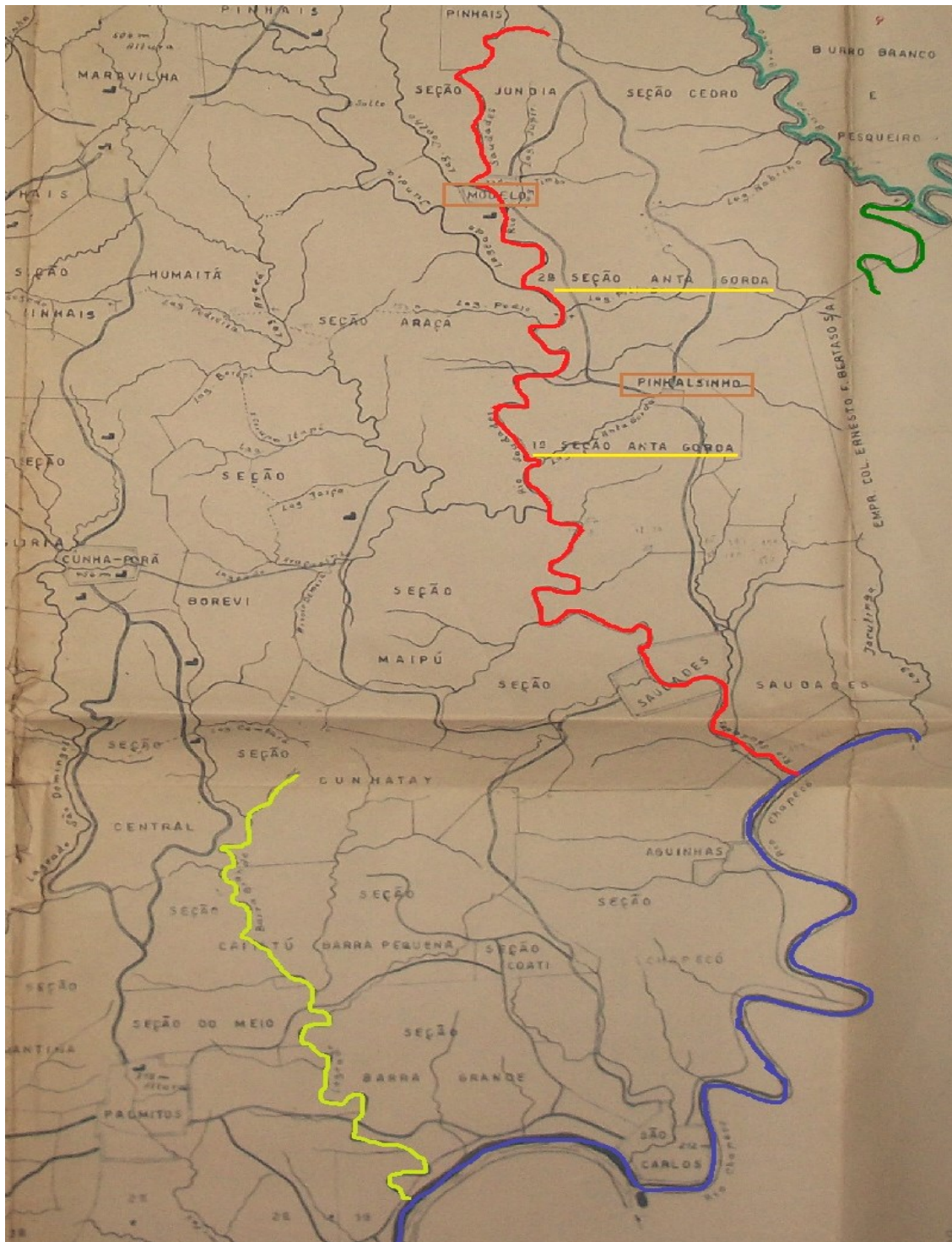
Dentro do processo de colonização da região oeste catarinense, razões como a falta de sentimento a pátria brasileira, a presença de dialetos regionais de descendências ítala e teuta em um cenário muitas vezes caracterizado como isolado geograficamente, só foi superado com a institucionalização de espaços de como a capela e a escola, como meio de socialização para a comunidade (MEZZOMO, 2003). Como citado anteriormente em que a construção das estradas (gerias e vicinais) ficava a cargo dos próprios colonos, a construção dessas edificações muitas vezes também ficou a cargo dos mesmos. De certo a religiosidade foi algo empreendido não só pela Companhia Territorial Sul Brasil, mas por boa parte das companhias colonizadoras que atuaram na região, como forma de atração e redistribuição dos colonos trazendo, segundo as próprias companhias colonizadoras, a benção e o progresso para as comunidades através da presença divina. Algo que pode ser considerado também meio estratégico para a venda de lotes coloniais para um público alvo.

Portanto, verifica-se a hipótese de que o projeto de colonização aplicado pela Companhia Territorial Sul Brasil também esteve pautado em questões religiosas refletidas, muitas vezes, na presença da capela para os católicos e da escola para os protestantes, em cada núcleo colonial na sua área de abrangência. Nesse sentido, a religiosidade (católica ou

protestante) na migração, foi algo explícito e tácito que caracterizou o processo de colonização dentro da área de abrangência da Companhia Colonizadora Sul Brasil.

Para maiores esclarecimentos sobre a referida a Seção Anta Gorda e seus meandros no processo de colonização, recorre-se novamente a figura 9 em recorte ampliado. Houve a necessidade da inserção de traços coloridos, identificando a divisão da seção em amarelo e os principais rios que a banhavam: em contorno verde o rio Burro Branco, em vermelho o rio Saudades, em amarelo-limão o rio Barra Grande e finalmente, em contorno azul, o rio Chapecó. Ressalta-se que a inserção desses traços apenas mostra parte dos trajetos feitos pelos rios e tem a finalidade de melhor situar o leitor, a localização da Seção Anta Gorda e sua respectiva subdivisão.

FIGURA 10 – ÁREA CORRESPONDENTE A I E II SEÇÃO ANTA GORDA (1965)



Recorte ampliado da figura 09. Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Quanto à denominação Seção Anta Gorda, não há como comprovar até o momento a opção adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil. A hipótese mais coerente a essa designação seria a presença de uma fauna típica da região representada, entre outros animais,

pelo mamífero Anta (*Tapirusterrestris*). Essa hipótese vem em encontro naquilo que Duarte (2005) e Crosby (2011) chamam na ótica da História ambiental, “sociedade, natureza e história”.

Para os autores, há tempos a humanidade apresenta uma interdependência/interferência em relação aos animais para suplementar a sua sobrevivência. Para a autora citada (DUARTE, 2005), desde os primórdios do Império Romano (séculos II a.C à IV d.C, o qual utilizava-se para os espetáculos de animais originários da fauna africana) até os dias atuais, a humanidade busca na fauna meios de sanar suas necessidades tanto no ponto de vista da alimentação, como para a promoção a diversão. Já em relação ao autor citado (CROSBY, 2011), a fauna teve papel fundamental na promoção dos europeus em regiões fora da Europa (Neoeuropas), uma vez que as novas áreas a serem colonizadas pelos i/migrados, os animais serviram como meio de adaptação ao “novo mundo”.

Fato é que a utilização do nome do mamífero Anta (*Tapirusterrestris*) já era amplamente utilizada pela Companhia Territorial Sul Brasil para referenciar a seção, antes mesmo do início da comercialização dos lotes coloniais na própria. Ou seja, o uso da fauna com meio de sanar, no ponto de vista administrativo da companhia, a necessidade de se identificar a área a ser colonizada. Ainda em relação à utilização do nome Anta, Ivo Eckert (2011), morador do município de Pinhalzinho/SC, reitera a ideia de que o nome já era utilizado para identificar a área antes mesmo da compra dos primeiros lotes coloniais pelo seu pai (José Marcolino Eckert) junto à companhia no início dos anos de 1930.

Em relação ao número de lotes coloniais comercializados na Seção Anta Gorda, seus compradores e a respectiva área de cada lote, apresenta-se abaixo tabela embasada em relatório produzido pela própria Companhia Territorial Sul Brasil. A tabela traz indícios de uma comercialização constante e direcionada a colonos com ascendência alemã e italiana. Especificamente, são 126 lotes coloniais comercializados, apresentando uma variação na área entre 117.000,00 metros quadrados (lote n. 128) a 372.000,00 metros quadrados (lote n. 148).

TABELA 7 - RELAÇÃO DE LOTES COMERCIALIZADOS NA SEÇÃO ANTA GORDA E SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS (CONTINUA)

Nomes proprietários	Nome da Seção	Nº Lote	Área m²	Data/ano da escritura
Abrano Albani	II Seção Anta Gorda	128	117.000,00	21/11/55
Afonso Bigolin	II Seção Anta Gorda	137	262.000,00	03/09/54
Albano Artur Weirick	II Seção Anta Gorda	180	209.500,00	29/06/54
Albino e Stanisleu Rill	II Seção Anta Gorda	97	270.000,00	14/06/54
Albino Sordi	II Seção Anta Gorda	161, 162, 163 e 164	726.000,00	13/01/55
Alexandre Antonio Cecatto	II Seção Anta Gorda	182, 183 e 184	242.000,00	21/11/55
Ângelo Cecatto	II Seção Anta Gorda	128	117.000,00	28/08/54
Antonio Bigolin	II Seção Anta Gorda	89, 90 e 91	745.000,00	18/11/54
Antonio Hubner e João Hubner Filho	II Seção Anta Gorda	242	250.000,00	08/06/54
Antonio Nogaro	II Seção Anta Gorda	38	202.000,00	18/11/54
Antonio Horaci Deboni	II Seção Anta Gorda	177	222.000,00	18/09/53
Arlindo Bigolin	II Seção Anta Gorda	29	250.000,00	13/09/54
Arno Bremm	II Seção Anta Gorda	19 e 301	573.000,00	28/03/53 e 28/09/54
Arno Ulsenheimer	II Seção Anta Gorda	01	250.000,00	18/11/55
Arthur Floss	II Seção Anta Gorda	237	255.000,00	06/04/54
Artidor Nazari	II Seção Anta Gorda	87 e 123	489.000,00	18/09/53 e 23/11/54
Aurélio Mattana	II Seção Anta Gorda	103 e 104	479.000,00	21/10/53
Ciro Pietrobon	II Seção Anta Gorda	98	310.000,00	10/06/54
Demetrio Scatolin	II Seção Anta Gorda	129	363.500,00	23/11/54

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relação de escrituras outorgadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

TABELA 7.1 - - RELAÇÃO DE LOTES COMERCIALIZADOS NA SEÇÃO ANTA GORDA E SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

Nomes proprietários	Nome da Seção	Nº Lote	Área em m² metros	Data/ano da escritura
Dynísio Mocelin	II Seção Anta Gorda	126	270.000,00	05/08/54
Edmundo Luft	II Seção Anta Gorda	2, 3 e 4	514.666,00	23/11/55
Edwino Bremm	II Seção Anta Gorda	148	372.000,00	28/06/54
Ernesto Becker	II Seção Anta Gorda	150	285.000,00	14/03/55
Ernesto Borbann	II Seção Anta Gorda	283 B	125.000,00	22/10/53
Ervino Neu	II Seção Anta Gorda	131 e 132	421.000,00	20/10/55
Euclides Lorenzon	II Seção Anta Gorda	39 e 75	536.000,00	14/09/54
Fioveranti Locatelli	II Seção Anta Gorda	76 e 77	637.000,00	13/10/54
Francisco Floss	II Seção Anta Gorda	17	278.000,00	18/11/55
Francisco Liston	II Seção Anta Gorda	236	246.000,00	22/11/55
Fridolino M. Orth	II Seção Anta Gorda	20, 21 e 22	605.000,00	26/11/54
Germano Triches	II Seção Anta Gorda	238 B	123.000,00	21/10/53
Guerino Cecatto	II Seção Anta Gorda	144	255.000,00	05/10/54
Guilherme Edgar Werlang	II Seção Anta Gorda	278	187.000,00	17/10/55
Guilherme Backes	I Seção Anta Gorda	7	295.000,00	28/03/53
Helmuth Schösser	II Seção Anta Gorda	130 e 131	399.000,00	15/03/55
Henrique Oldiges Filho	I Seção Anta Gorda	21	323.000,00	30/03/53
Hilario Bigolin	II Seção Anta Gorda	63 e 64	486.000,00	23/10/54
Hugo de Almeida Campos	II Seção Anta Gorda	283 A	125.000,00	17/10/53

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relação de escrituras outorgadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

TABELA 7.2 - RELAÇÃO DE LOTES COMERCIALIZADOS NA SEÇÃO ANTA GORDA E SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

Nomes proprietários	Nome da Seção	Número do Lote	Área em m²	Data/ano da escritura
Irene Bremm	II Seção Anta Gorda	149	272.000,00	14/03/55
Izadora Scatolin	II Seção Anta Gorda	36	180.000,00	12/10/54
Izadoro Bigolin	II Seção Anta Gorda	48	255.000,00	26/10/54
João Amaro Pietrobon	II Seção Anta Gorda	92 e 141	526.000,00	12/06/54
João Floss	I Seção Anta Gorda	141	286.000,00	18/10/55
João Izauro da Silva	II Seção Anta Gorda	235	258.000,00	07/04/54
João Jorge Shneid	I Seção Anta Gorda	51	233.000,00	07/04/54
João Muxefeldt	I Seção Anta Gorda	81	272.000,00	01/09/53
João Muxefeldt	II Seção Anta Gorda	112, 113 e 114	940.000,00	19/10/55
João Triches	II Seção Anta Gorda	238 A	123.000,00	21/10/53
João Utzig	I Seção Anta Gorda	39	246.000,00	18/08/53
Jorge Francisco da Silva	II Seção Anta Gorda	30 e 33 C 30 D e 30 E	539.000,00 537.000,00	18/11/52
José Klassen	II Seção Anta Gorda	32	243.000,00	08/04/54
José Nogaro	II Seção Anta Gorda	37	200.000,00	18/11/54
Laurindo Sordi	II Seção Anta Gorda	154 e 155	484.000,00	13/01/55
Lucia Bigolin	II Seção Anta Gorda	73 e 74	571.000,00	17/11/54
Luiz Cecato e Pedro Cecato	II Seção Anta Gorda	182, 183 e 184	330.500,00	23/11/55
Lurdes Bigolin	II Seção Anta Gorda	186 e 187	466.000,00	21/10/54
Marcos Bigolin	II Seção Anta Gorda	61 e 62	496.000,00	22/10/54
Matheus Laskosky	II Seção Anta Gorda	129	133.500,00	27/08/54
Modesto Gonçalves.	I Seção Anta Gorda	24	287.000,00	30/08/54

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relação de escrituras outorgadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

TABELA 7.3 - RELAÇÃO DE LOTES COMERCIALIZADOS NA SEÇÃO ANTA GORDA E SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

Nomes proprietários	Nome da Seção	Número do Lote	Área em m²	Data/ano da escritura
Marcos Bigolin	II Seção Anta Gorda	61 e 62	496.000,00	22/10/54
Matheus Laskosky	II Seção Anta Gorda	129	133.500,00	27/08/54
Modesto Gonçalves.	I Seção Anta Gorda	24	287.000,00	30/08/54
Narciso Cantele	II Seção Anta Gorda	60	288.000,00	88/11/54
Neley João Anghinoni	II Seção Anta Gorda	40 e 41	572.000,00	17/11/54
Onorino Bigolin	II Seção Anta Gorda	139	230.000,00	13/10/54
Otávio Dier e Sonia L. Pelltz	II Seção Anta Gorda	59	268.500,00	30/09/54
Otilio Sordi	II Seção Anta Gorda	Parte 160 e 161	553.000,00	13/01/55
Pedro Aloisio Kist	II Seção Anta Gorda	50	270.000,00	04/08/54
Pioravanti L.	II Seção Anta Gorda	76 e 77	637.000,00	13/10/54
Rafael Matana	II Seção Anta Gorda	109	220.000,00	19/11/55
Raul Capi	II Seção Anta Gorda	88	245.000,00	16/11/54
Santa Ana Bigolin	II Seção Anta Gorda	66 e 67	447.000,00	22/10/54
Santiago F. Scatolin	II Seção Anta Gorda	94 "A"	132.000,00	17/12/52
Severino Bigolin	II Seção Anta Gorda	42, 43, 44, 71 e 72	1.664.000,00	19/11/54
Severino Cantele	II Seção Anta Gorda	18 e 146	516.000,00	01/10/54
Severino E. Scatolin	II Seção Anta Gorda	151, 152 e 153	861.000,00	15/10/54
Silvenio Picolli	II Seção Anta Gorda	35, 80, 82 e 83	1.113.000,00	19/10/55
Silvino Ermenegildo Deboni	II Seção Anta Gorda	143	297.000,00	04/08/54
Sirio Bigolin	II Seção Anta Gorda	66 e 67	447.000,00	21/10/54

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relação de escrituras outorgadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

TABELA 7.4 - RELAÇÃO DE LOTES COMERCIALIZADOS NA SEÇÃO ANTA GORDA E SEUS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS (CONCLUSÃO)

Nomes proprietários	Nome da Seção	Número do Lote	Área em m²	Data/ano da escritura
Valdomiro Sordi	II Seção Anta Gorda	Parte do 155; 156 e 160	484.000,00	14/01/55
Zeno Reinaldo Mahl	II Seção Anta Gorda	180	209.500,00	28/06/54

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Relação de escrituras outorgadas pela Companhia Territorial Sul Brasil. Documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

Outro dado que pode ser observado na tabela é a relação das datas de comercialização dos lotes coloniais, vinculados entre os anos de 1952 a 1955. No total dos 126 lotes comercializados pela Companhia Territorial Sul Brasil na Seção Anta Gorda, 20 foram comercializados no ano de 1955; 48 em 1954; 12 no ano de 1953 e apenas 2 lotes em 1952. Esses dados levantam a hipótese de que as décadas de 1940 e 1950 podem ter sido o auge da comercialização dos lotes na Seção Anta Gorda pela Companhia Territorial Sul Brasil em consonância naquilo que Werlang (2006) denominou de “patamar satisfatório”. Segundo o autor, esse patamar esteve representado em relatórios feitos pela própria companhia, durante a década de 1930 e ao final da década de 1950 foram comercializados cerca de 6.000 lotes coloniais, sendo que desses 1.300 foram entre os anos de 1950 e 1954.

Patamar que confirma “que a população da região colonizada pela Cia. Sul Brasil teve um aumento pequeno entre os anos de 1930 e 1937 e que o maior fluxo migratório se deu após 1942”. (WERLANG, 2006, p. 94). Os dados apontam também que ao iniciar a comercialização dos lotes coloniais no mês de março no ano de 1954 (lote número 137 na tabela 8) até o mês de novembro do mesmo ano, houve uma migração mais acentuada de colonos para a II Seção Anta Gorda.

Ressalta-se que até o momento as análises realizadas frente a documentação produzida pela Companhia Territorial Sul Brasil, não revelou a real data do início da comercialização dos lotes na II seção Anta Gorda e nem seus respectivos valores. Estima-se que a venda dos lotes nessa seção, pode ter iniciado em meados dos anos de 1930, de acordo com a lei municipal de Pinhalzinho/SC n. 1568 de abril de 2003, lei que oficializa a colonização do município.³⁷ Isso justificaria também a ausência do sobrenome Eckert no relatório feito pela companhia pouco apresentado: são aproximadamente trinta anos de intervalo entre a chegada

³⁷ Ver em anexo. Na lei é possível observar que é no ano de 1933, mais aproximadamente no dia 17 de maio, que se dá o início da colonização do município de Pinhalzinho/SC, antiga área da II Seção Anta Gorda.

da família Eckert na Seção Anta Gorda e a data do relatório elaborado pela Companhia Territorial Sul Brasil.

Outro ponto a destacar é que até o momento, ainda não foi possível levantar os valores estipulados pela companhia em relação a cada lote colonial comercializado na seção. No entanto, os valores poderiam apresentar semelhança naquilo que Radin (2012 apud BERRI, 1993, p. 37, 40 e 41) denominou de “lote rural”, os quais eram comercializados “equivalente ao trabalho de uma pessoa, durante 83 dias, nas obras públicas do Estado”.³⁸ O autor ressalta ainda, que outra forma de pagamento poderia se dar pela troca junto alguns produtos agrícolas: no caso o custo de cada lote, ficaria em torno de 60 sacos de milho de 60 quilos.

Valores aquém, no ponto de vista comparativo, daqueles estipulados no processo de colonização ocorrido em algumas regiões do Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX, como apresentou Machado (1999) na política de colonização imperial. Para o autor, os lotes coloniais até 30 hectares, ou seja, aproximadamente seis hectares a mais daquele estipulado pela Companhia Territorial Sul Brasil na área de sua atuação, custaria em torno de 1000 sacas de milho. Numa época onde cada saca apresentava o valor de \$ 500 reis. Nessa possibilidade, os lotes comercializados na Seção Anta Gorda pela Companhia Territorial Sul Brasil, custariam em média 41 sacas de milho, no valor de Rs 20\$500 cada saca.

Mesmo que se trata de dados levantados em contextos diferentes, o primeiro direcionado ao processo de colonização no vale do rio do Peixe (RADIN, 2012) e o segundo no processo de colonização italiana na região de Caxias do Sul (MACHADO, 1999), esses estudos nos dão uma noção de como que o uso da produção de grãos pelos colonos facilitou/complicou a aquisição e pagamento dos lotes coloniais. Para Werlang (2006, p. 94), à “medida que os colonos conseguiram vender seus produtos,³⁹ passavam a liquidar seus lotes,

³⁸ Obras públicas subtendem-se aqui, basicamente, a construção e manutenção de estradas como via de acesso. No caso específico da Seção Anta Gorda, Ivo Eckert (2011, p. 34), filho de José Marcolino Eckert, relata em depoimento que quando era jovem muito ajudou a abrir e ampliar a picada no que hoje é considerada a SC 469, trecho entre os municípios de Modelo/SC a São Carlos/SC, que perpassa os municípios de Saudades e Pinhalzinho. Segundo o depoente, ganhavam “algumas dinamites; era muito racionado. [...] Ali tinha uma pedreira muito alta e foi dinamitada, mas os restos nós tínhamos que tirar e o nosso instrumento de trabalho único eram a picareta e a alavanca. [...]. Se a pedra ficasse num tamanho de meio metro quadrado, um metro quadrado tinha que ser removida a braço humano; não tinha outra ferramenta. Então nesse trajeto ali, eu perdi algumas unhas”.

³⁹ Considera-se produtos aqui, o excedente produzido para o sustento das famílias dos colonos como milho, feijão, trigo, mandioca, batata e outros. Contudo, segundo Dorigon e Renk (2013), em estudo relacionado aos produtos agrícolas produzidos na região oeste catarinense, à medida que o tempo passou, durante seu processo de colonização da região, houve aquelas famílias que aperfeiçoaram suas atividades na produção em embutidos e derivados de animais como leite, queijo, salame, etc. Essas atividades também receberam acréscimos, segundo os autores citados, com os derivados de cana-de-açúcar como açúcar mascavo e melado, mais os derivados de

efetuando, assim, sua escritura”. O uso desse mecanismo por parte das companhias colonizadoras que atuaram na região oeste catarinense e incluindo possivelmente a Companhia Territorial Sul Brasil, também catalisou ao mesmo tempo a expansão de áreas agricultáveis, como almejava o governo catarinense, na ânsia de proporcionar o desenvolvimento da região em polo econômico.

Ainda em relação a tabela apresentada anteriormente, observa-se que os dados apontados no relatório produzido pela Companhia Territorial Sul Brasil, devem ser analisados apenas como uma estimativa e não podem ser considerados uma constante: são dados ligados apenas aos lotes e seus respectivos donos localizados na II Seção Anta Gorda e não faz nenhuma menção em relação a I Seção Anta Gorda.⁴⁰ Isso se dá, entre outros fatores, pela falta de documentação não encontrada, que possa relativizar as informações apresentadas no relatório acima. Portanto, há a necessidade de uma investigação mais detalhada, sendo que o trabalho exposto não pode ser encarado como algo terminado. Por fim, a área da antiga Seção Anta Gorda II corresponde às comunidades de Boa Vista, Gaúcha, Galiazzi e do Distrito de Machado, todas pertencentes ao município de Pinhalzinho/SC.

Na tabela ainda é possível notar uma comercialização de lotes coloniais direcionados à uma população de ascendência alemã e italiana evidenciada pelos sobrenomes. Fato é que esse conjunto de sobrenomes apresenta forte ligação em relação ao projeto de integração socioeconômico estipulado pelas autoridades catarinenses, onde a migração de uma população com experiências nas lidas com a terra seria a saída para transformar região oeste catarinense economicamente.

Em outra análise observa-se que a Companhia Territorial Sul Brasil procurou, entre outras hipóteses, comercializar lotes coloniais a colonos do mesmo grupo familiar, redimensionando-os em áreas localizadas adjacentes, o que de certa forma acabou por homogeneizar a migração local. Certamente isso fez com que a companhia colonizadora tomasse precauções administrativas “que possibilitem um melhor aproveitamento do espaço, assim como a homogeneização econômica e social [...]”. (MUNIZ, 2002, p. 01). Essas precauções levavam em conta, entre outros aspectos, a distância a ser percorrida pelos colonos e o conjunto

frutas com as *chimias* de laranja, pêssego, uva, etc., denominados pelos autores, como “produtos coloniais”. No entanto, os autores citados, advertem que essa designação não é absoluta, pois, algum desses produtos, no caso do próprio açúcar mascavo, já era produzido e consumido antes mesmo do início do processo de colonização no oeste catarinense.

⁴⁰ A I Seção Anta Gorda, segundo o recorte ampliado da figura 10, fazia divisa com as áreas das antigas Seções de Araçá, Maipú e Saudades. Atualmente, essas áreas formam o território administrativo do atual município catarinense de Saudades.

de sociabilidade em que estavam envolvidos, como laços de parentesco e amizades, conhecimento, trabalho e a ascensão social (NEUMANN, 2009).

É o caso, por exemplo, da família Bigolin: dos 80 nomes citados no quadro, 12 estão em nome da família. A família Bigolin, segundo Laurindo Getz (2009), morador do município de Pinhalzinho/SC, comparava terras diretamente da Companhia Territorial Sul Brasil,⁴¹ na intenção de revendê-las como forma de barganhar lucros. No entanto, o depoente não deixa claro se a participação da família Bigolin na comercialização dos lotes coloniais situados na Seção Anta Gorda, esteve representada na condição de empresa subsidiária da Companhia Territorial Sul Brasil, a qual deveria seguir ou não o seu projeto de colonização, ou se era apenas ações especulativas de um determinado grupo familiar.

Numa análise mais detalhada, sobre os dados apresentados na tabela das páginas 94 a 98, observa-se que a participação da família Bigolin esteve configurada em torno de 18%. Ou seja, dos 36.462.000 m² apresentados pela soma da área dos lotes (quarta coluna da tabela), cerca de 6.319.000 m² ou aproximadamente 630 hectares, ficou a cargo da família. A área ficou conhecida popularmente como “Zona Bigolin”, como revela a imagem abaixo.

Para melhores esclarecimentos houve a necessidade de ampliação/intervenção no mapa encontrado em acervo particular no município de Pinhalzinho/SC. Na imagem pode-se observar traços em vermelho, que identificam uma parcela dos lotes adquiridos pela família Bigolin (8 num total de 12), bem como retângulo azul, apontando a suposta Zona Bigolin. Área localizada atualmente no interior do município de Pinhalzinho/SC.

⁴¹ GETZ, Laurindo. Entrevista concedida a Fernanda Ben e Vanderlei José Puhl. Fonte: acervo de história oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SCg, 2009.

FIGURA 11 – MAPA DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO E IDENTIFICAÇÃO DA ZONA BIGOLIN E SEUS RESPECTIVOS LOTES COLONIAIS (1965)



Recorte ampliado. Mapa do município de Pinhalzinho, escala 1:50.000 (1965). Fonte: acervo particular de Ancelmo Belarmino da Cunha. Pinhalzinho/SC.

No mais a menção em relação à família Bigolin se faz necessária não apenas pelo número de lotes adquiridos pela família (que somadas às áreas alcançariam uma medição aproximada de 712 hectares, cálculo elaborado através dos dados disponibilizados na quarta coluna da tabela 7 – áreas em metros), mas pelas consequências que isso ocasionou, entre outras ações, a identificação de posseiros, indivíduos que no ponto de vista da Companhia Territorial Sul Brasil, estavam ocupando as áreas dos lotes coloniais de forma irregular ou sem o consentimento dos proprietários que adquiriram lotes junto à companhia. Fato que

poderia atrapalhar a comercialização dos lotes coloniais junto aos colonos, onde tais indivíduos deveriam ser removidos ou despejados a qualquer custo do local, considerados como intrusos.

Para se ter uma ideia, no ponto de vista financeiro, a chamada Zona Bigolin, segundo dados fornecidos pela própria Companhia Territorial Sul Brasil, teve um custo de mil e trezentos cruzeiros para a remoção de apenas três indivíduos. A saber: João de Souza Machado Cr\$ 500,00; Franklim Vargas Cr\$ 300,00 e Nico Alves da Silva Cr\$ 500,00.⁴² Contudo, as cifras citadas no documento não deixam claro se estavam direcionadas somente aos indivíduos ou também englobava seus familiares, nem mesmo a que grupo étnico estavam relacionados. Outro detalhe a ser considerado nas informações é a origem do valor financeiro necessário para a remoção, se era dos cofres da própria companhia colonizadora ou se ficou a cargo da família Bigolin, uma vez que se trata da remoção de “intrusos” localizados na área de abrangência da família.

O fato de ter indivíduos considerados intrusos na área de abrangência da família Bigolin, fez com que muitas vezes direcionasse a família a recorrer ao poder judiciário para legitimar possíveis ações de despejo contra os mesmos. É o que revela documento expedido pelo Juiz de Direito de Palmitos/SC a Companhia Territorial Sul Brasil e reencaminhado a José Bigolin, representante da família. Segundo o documento, o representante através de seu advogado deve solicitar a intervenção policial na ânsia de garantir aos devidos proprietários dos lotes coloniais a posse:

Palmitos, 03 de setembro de 1957.

Prezado senhor, tem está o fim de comunicar ao senhor, com referência a ação de reivindicação, que este juízo tem tomado todas as medidas possíveis no sentido de executar a sentença proferida em dias do mês de fevereiro do decorrente ano. Assim é que aguarda este juízo as necessárias medidas a serem requeridas pelo seu advogado, a fim de requisitar força policial necessária para garantir aos legítimos proprietários dos diversos lotes, tomem posse de suas terras, com todas as garantias necessárias. Tão logo ultimadas as providências legais, será Vossa Senhoria informado a data em que poderá informar [...] aos demais proprietários que esses podem vir tomar posse de suas terras. Sem outro particular, subscrevo-me. Atenciosamente Juiz de Direito de Palmitos.⁴³

O documento acima revela que ao recorrer ao poder judiciário e, conseqüentemente, o uso da segurança pública pelo uso da força policial, a família Bigolin dispunha de meios

⁴² Remessa de numerário – cadastro de intrusos. Companhia Territorial Sul Brasil, setembro de 1952. Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

⁴³ Declaração expedida pelo Juiz de Direito de Palmitos a José Bigolin (1957). Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

precisos para promover ações (despejo) contra aqueles (intrusos) localizados de forma irregular na sua área de abrangência. Contudo, havia a hipótese de retaliações vindas daqueles que, sem contar com a mesma sorte, relutassem a deixar o local em ações como à “queima sem discriminação dos matos das colônias”.⁴⁴ O ato de atacar fogo no mato como forma de retaliação, por parte daqueles que sofriam ação judicial, causaria dupla perda para companhia: primeiro tratava-se de uma ação que poderia afastar qualquer intenção de possíveis compradores em relação aos lotes coloniais e, num segundo momento, trazer prejuízos no ramo madeireiro, uma vez que acabaria por destruir a matéria-prima (árvores) a ser comercializada pela companhia.

Em estudo recente, direcionado também a Companhia Territorial Sul Brasil, Ferrari (2015) aponta que a designação “intrusos” estava relacionada a indivíduos que não possuísem o título de proprietário da terra naquilo em que denominou de “intrusão e desintrusão”. No estudo, o autor esclarece que a Zona Bigolin também ficou marcada por um processo de despejo direcionado a indivíduos localizados ali e que ainda hoje é algo pouco esclarecido na história dos municípios originários da antiga seção. Para o autor:

O despejo da área Bigolin, [...] ocorreu num contexto de constituição e institucionalização das relações de poder na cidade de Pinhalzinho/SC e de Modelo/SC, onde entraram em conflito interesses, valores e diferentes práticas sociais. As cidades se edificam enquanto referências de valores e instituições emergentes. (FERRARI, 2013, p. 124).

O autor finaliza dizendo que nesse contexto o despejo era considerado, tanto no ponto de vista da família Bigolin como da Companhia Territorial Sul Brasil, necessário para que se pudesse “limpar” os indivíduos “[...] indesejáveis que viessem comprometer a imagem das cidades progressistas e disciplinadas” (FERRARI, p. 124), que estava a surgir com o processo de colonização. O fato é que o título de propriedade da terra acarretou a legitimação e o respaldo das ações adotadas pela companhia (despejo e demais ações judiciais) junto ao governo do estado catarinense e os municípios originários da antiga Seção Anta Gorda.

As ações de despejo e suas devidas providências judiciais é algo visível na documentação produzida pela companhia, a qual definia essas ações, tomadas contra os intrusos, como “Ação Possessória”. Segundo a documentação a ação possessória estava

⁴⁴ Solicitação encaminhada pela Companhia Territorial Sul Brasil ao Juiz de Direito de Palmitos (1960). Fonte: documento avulso no acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC.

baseada em um conjunto de dados que ia desde a declaração de honorários pagos pelo requerente a serviços advocatícios, até a relação de lotes coloniais objeto da ação possessória.

O título de proprietário era documento fornecido normalmente pelas companhias colonizadoras no ato de quitação dos valores referentes a cada lote colonial. Desta forma, o autor citado anteriormente, esclarece que “deixava de ser intruso aquele que conseguia comprar a terra possuindo titulação de ‘proprietário da posse da terra’. Assim, não ocorria o risco de ser chamado de ‘intruso’ e, conseqüentemente despejado”. (FERRARI, 2015, p. 93).

Portanto, a colonização da Seção Anta Gorda evidencia o projeto de colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, que associava a exploração e comercialização da madeira, encontrada na sua área de abrangência, além da venda de lotes coloniais para colonos migrados do Rio Grande do Sul. Esses colonos eram na sua grande maioria de ascendência alemã e italiana, contribuindo de forma pontual para a colonização local. Contudo, os personagens envolvidos no processo de ocupação da antiga Seção Anta Gorda, intrusos, colonos e a própria colonizadora, tornou processo de colonização local dinâmico e complexo como quase em todo o processo de colonização ocorrido no oeste catarinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de colonização da região oeste catarinense esteve ligado às características da paisagem natural e pela migração intensa de colonos sul-rio-grandenses. Após a resolução dos litígios (Questão de Palmas 1892 a 1895 e Guerra do Contestado 1912 a 1926), a década de 1920 foi o momento em que o Estado de Santa Catarina assegurou a posse e ocupação efetiva da área.

Para facilitar o processo de colonização da região e diminuir o ônus financeiro, a saída menos onerosa aos cofres públicos eram as concessões de terras para empreendimentos de colonização privados, os quais tinham o compromisso de povoá-las. Um elo que atendeu aos interesses dos empreendimentos, quanto do estado catarinense.

Predominaram nesse processo as companhias colonizadoras com sede no Rio Grande do Sul, as quais apresentavam relativa experiência no comércio de terras e a formação de complexos coloniais. Essas companhias colonizadoras investiam no oeste catarinense vislumbrando a possibilidade de ampliar suas possessões e obter lucros com a comercialização dos lotes das terras e das madeiras. Sua credibilidade e conhecimento na área trouxe consigo várias levas de colonos sul-rio-grandenses, provenientes de zonas coloniais antigas e novas, as quais sofriam com o excedente populacional.

Dessa forma, a dissertação procurou mostrar a evidente ligação entre o poder público catarinense com as ações das companhias colonizadoras, responsáveis diretas pela migração de colonos e pela ascendência de um comércio de madeiras progressivo que culminou, no ponto de vista administrativo/representativo, o surgimento da Sociedade Madeireira Xapecoense (1940) como forma de amparar as atividades ligadas desse ramo. A pesquisa apontou que algumas dessas companhias colonizadoras que estavam ligadas diretamente a esse ramo, foram introduzindo novas tecnologias de produção (motores, engenhos de corte, tratores esteiras e outros) como forma de ampliar e diversificar sua produtividade.

Uma das colonizadoras mais proeminentes nesse contexto foi a Companhia Territorial Sul Brasil. Fundada em meados de 1920 como sociedade anônima e sucedendo a antiga Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA (1921), a companhia colonizadora foi responsável pela colonização de uma área aproximada de 230.000 hectares. Seu egresso no processo de colonização da região oeste catarinense esteve pautado, como as demais companhias colonizadoras que atuaram na região, nas facilidades que o governo catarinense proporcionou através das concessões de terras.

A companhia Territorial Sul Brasil atuou na região oeste catarinense entre os anos de 1924 até o ano de 1978, quando teve sua razão social alterada de sociedade anônima para sociedade por cotas de responsabilidade denominada de “Terra Pampa Territorial Agropastoril do Sul do Brasil”. A alteração se deu, segundo ata expedida no dia 31 de janeiro de 1978, pela ampliação das atividades exercidas pela companhia que antes esteve vinculada “na compra e venda de madeiras e terras para lavouras” (Art. 3º do estatuto) e passa exercer atividades que englobam, além do das citadas, a comercialização de implementos agrícolas, passando pela criação, abate, industrialização e comercialização de gado, até a implementação de projetos de florestamento e reflorestamento.

A administração da Companhia Colonizadora Territorial Sul Brasil era composta por duas sedes e duas gerências, uma em Porto Alegre e a outra na região do atual município catarinense de Palmitos. Além da colaboração dos “agentes da colonização”, pessoas com boa credibilidade social junto aos colonos no Rio Grande do Sul.

Dentre seus gerentes, destaque para a participação de Arthur Eduardo Kuss, responsável pela administração da sede na capital porto-alegrense e do diretor Carlos Culmey, responsável pela administração da sede em Santa Catarina. Em relação aos agentes da colonização, a dissertação evidenciou a colaboração de José Marcolino Eckert, como o pioneiro no processo de colonização na área da antiga Seção Anta Gorda, área que compõe atualmente os municípios catarinenses de Modelo, Pinhalzinho e Saudades.

Para fins de organização colonial, a Companhia Territorial Sul Brasil dividiu a área descrita acima em seções. Conforme o mapa da figura 09, esse sistema proporcionava, entre outras possibilidades e segundo o ponto de vista administrativo da companhia, a comercialização dos lotes coloniais, dividindo e subdividindo a área a ser colonizada.

Nessa lógica, a Companhia Territorial Sul Brasil viabilizou a construção de estradas, gerais e vicinais, no âmbito de proporcionar a interligação entre as seções e com outras localidades da região oeste catarinense, como também como Rio Grande do Sul. A construção de estradas também se tornou o meio mais eficaz para o pagamento ou amortização, por partes dos colonos, sobre os valores referentes aos lotes coloniais adquiridos junto à companhia.

Por fim, a organização colonial adotada pela Companhia Territorial Sul Brasil esteve atrelada a uma migração dirigida e confessional, dentro e para as respectivas seções. No caso específico da Seção Anta Gorda essa migração e paralelamente sua colonização, vai ter início na década de 1930, tendo o auge migratório no final da década de 1940 e boa parte da década

de 1950. Contemplando na sua grande maioria colonos com ascendência alemã e italiana de confissão católica e protestante.

Como resultado de sua atuação há o surgimento de vinte municípios catarinenses, todos localizados na área entre o Rio Chapecó e o Rio das Antas (Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil e Tigrinhos), com uma população caracterizada interétnica (caboclos e descendentes de italianos, alemães e poloneses) e com índices de desenvolvimento satisfatórios. Porém a atuação na Companhia Territorial Sul Brasil ajudou a acelerar um dos maiores problemas sociais encontrados atualmente na região oeste catarinense: disputas territoriais envolvendo remanescentes, principalmente, de grupos indígenas e agricultores com propriedades na área rural dos municípios de Saudades e Cunha Porã.

Contudo, a movimentação desse contingente populacional, na perspectiva de trazer o “desenvolvimento econômico” para a região oeste catarinense através da colonização, implicou de imediato e ao mesmo tempo, a alteração da paisagem natural local e ações de despejo contra indivíduos (indígenas e caboclos) situados de forma irregular (sem título de propriedade) na mesma região. De maneira pontual, eram habitantes que não portavam nenhum documento que lhes permitisse comprovar a legitimidade da posse da terra que ocupavam. Eram excedentes das fazendas locais, desfavorecidos, ou simplesmente indivíduos que migraram para região em tempos anteriores e sua fixação na região se deu por meio da ocupação de terras ociosas.

Essa constatação, apontada na dissertação, ficou evidenciada na área de abrangência da Companhia Territorial Sul Brasil. Como nas demais áreas colonizadas por companhias que atuaram na região oeste catarinense, as quais sem pensar nos possíveis desconfortos que isso poderia gerar, tanto para os indivíduos já estabelecidos antes do processo de colonização como para o colono migrado, visavam apenas a possibilidade de lucrar no ramo imobiliário catarinense, junto com a comercialização madeireira.

Se num passado não muito distante a colonização da região oeste catarinense trouxe mudanças significativas na paisagem local e a expropriação de centenas de indivíduos, atualmente notam-se ações judiciais e ocupações de longa data movidas por grupos indígenas que, tendo aparentemente o suporte da União em Instituições como Fundação Nacional do Índio (FUNAI), reivindicam um lugar para continuar suas vidas. Outra mazela dessa herança

colonial na atualidade, são as inúmeras ações judiciais espalhadas pelas diversas Comarcas na região oeste catarinense. Reflexo de um tempo onde os lotes eram medidos por levantamentos topográficos imprecisos, feitos por “agentes da colonização”, com o compromisso de apenas cumprir as demandas impostas pelas companhias colonizadoras: vender a terra e tudo o que nela estivesse ligado. Ou seja, submeter a terra e os recursos naturais a uma lógica capital, deixando, mesmo que isso não era algo inerente para a época, qualquer preocupação em preservar esses recursos, refletindo atualmente no que se convêm chamar de intempéries ambientais.

Por fim, mesmo se tratando de um tema bastante recorrente na historiografia, com estudos apontando os reflexos positivos e negativos desse processo de colonização, na região oeste catarinense, vem a pergunta: a terra da região a quem pertence? Uma indagação que ainda precisa ser mais amadurecida e levada para os mais variados campos de discussão, onde a presente dissertação possa contribuir, mesmo que de forma tímida, para possíveis respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena M. (Org.) *Globalização e Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL*. Brasília: IBICT/MCT, p. 181-198, 1999.

ALVES, Augusto. *A Construção do Porto de Porto Alegre: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado 1895-1930*. Porto Alegre/RS, 2005, 179 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul, 1824-1924*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla*. Editora da UFSC, 1995.

BAJARAS, Deni Trejo. La História Regional en México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. *HISTÓRIA UNISINOS*. São Leopoldo/RS, p. 05-18, 2009.

BELLANI, Eli Maria. Balsas e Balseiro no Rio Uruguai (1930 – 1950). *Cadernos do CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995, v. 10, n. 1 a 8, p. 111 a 141.

BRÜGGER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental*. 3. ed. Ver. e ampl. Chapecó: ARGOS, 2004.

CARBINERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Inácio (Org.). *Antes do oeste catarinense: arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: ARGOS, 2011.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. *Pesquisa em História regional: aspectos conceituais e metodológicos*. III Simpósio ILB, p. 01-06, 2010.

COSTA, Arthur, Ribeiro. A Viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras In: *Centro de memória do Oeste de Santa Catarina*. Chapecó: ARGOS, 2005.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio. B. (Org.) Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul: EDUNISC/IPHAN, 2004.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo Ecológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHITOLINA, Valdirene. *Velho Xaxim: a colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)*. Xanxerê: News Print, 2013.

DORIGON, Clóvis; RENK, Arlene. *Juventude rural, produtos coloniais e pluriatividade*. Chapecó: ARGOS, 2013.

- DUARTE, Maria Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2005.
- ELIAS, Nobert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: JORGE E ZAHAR, 2000.
- HEREDIA, Edmundo. La región en la globalización y la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas. *III Jornadas de las Relaciones Internacionales*. Buenos Aires, p. 29 -294, 1996.
- FERRARI, Luiz Fernando. *Intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil*. Porto Alegre: LETRA & VIDA, 2015.
- FILHO, Alcides Goularti. Origem e Crescimento do Capital Industrial (1880 a 1945). *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: FUTURA, 2002.
- GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-mate*. Florianópolis, 2013, 290, f. Dissertação (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- GIRON, Loraine Slomp; POZENATO, Kenia Maria Menegotto Igreja e poder na comunicação. In: *Revista Métis: história & cultura*, v. 9, p. 133-152, 2010.
- GRITTI, Isabel R. A Colonização de Quatro Irmãos. In: WAIMBERG, Jacques (Org.). *100 Anos de Amor. A Imigração Judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FIRGS, 2004.
- GRENDI, Edoardo. Repensar a Micro-História. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: FGV, p. 251-262, 1998.
- HERWING, Tutz Culmey; KNORR, Ilga K. *A filha do pioneiro*. São Carlos/SC: Prefeitura Municipal, 1987.
- JUNIOR, Victor Antônio Peluso. A evolução da cidade de Chapecó: de povoado a centro regional. *Estudos de Geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: EDITORA da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), p. 284-309, 1991.
- VOJNIAK, Fernando. Prefácio: uma breve leitura dos documentos. In: *A viagem de 1929: documentos e leituras*. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: ARGOS, 2005.
- KLUG, João; SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira. Viajantes, Imigrantes e suas Impressões sobre a Floresta de Santa Catarina. *Fronteiras: revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 10, p. 89-102, 2004.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, p. 134-161, 1992.
- MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. In: *Revista Geografia*, v. 31, n. 2, p. 269-278, 2006.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UNIVERSIDADE/UFRGS, 1999.

MOTTA, Márcia. *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira. *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. UFMG - CEDEPLAR/DEMOGRAFIA–AVALIAÇÃO, p. 01-10, 2002.

MEZZOMO, Frank Antônio. Religião e colonização: uma abordagem histórica. *EDUCERE-Revista da Educação*, vol. 3. n. 1. p. 69-80, 2003.

NAKE, Aneliese. Os Kaingang: passado e presente. In: *Os Kaingang no oeste catarinense*. Chapecó: ARGOS, 2007.

NEUMANN, Rosane Márcia. Migração: mobilidade social e espacial dos imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*, p. 01-14, 2013.

_____. Colonizadora Meyer e Empresa Chapecó-pepery: interfaces. In: NEUMANN, Rosane Márcia; TEDESCO, João Carlos (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil*. Porto Alegre, LETRA & VIDA, p. 172-194, 2013.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (USFC), 2009.

_____. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. *Revista Esboço*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, vol. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. *Revista da Universidade de São Paulo (USP)*. São Paulo, n. 46, p. 6-30, 2000.

PETROLI, Francimar Ilha da S. *Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945)*. Florianópolis, 2008, 171 f. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PIAZZA, WALTER F. *A colonização de Santa Catarina*. 3º ed. Florianópolis: LUNARDELLI, 1994.

_____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC. Florianópolis: LUNARDELLI, 1983.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEON*. Chapecó: ARGOS, p. 71-110, 1995.

RADIN, José Carlos. *Italianos e ítalo-brasileiros na Colonização do oeste catarinense*. 2 ed. Ver. Ampl. Joaçaba: EDIÇÕES UNOESC, 2001.

_____. *Representações da Colonização*. Chapecó: ARGOS, 2009.

_____. Colonos na Fronteira Sul. In: ZARTH, Paulo A. (Org.). *História do Campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre: LETRA & VIDA. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), p. 76-95, 2012.

RENK, Arlene. *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Micro-história italiana: modo de uso*. Londrina: EDUEL, 2012.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANDER, Roberto; TEDESCO, João Carlos. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2º ed. Passo Fundo: UPF: 2005.

KLUG, João; SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira. Viajantes, Imigrantes e suas Impressões sobre a Floresta de Santa Catarina. *Revista Fronteiras: revista catarinense de História da Universidade Federal de Santa Catarina (USFC)*. Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). Florianópolis, n. 10, p. 89- 102, 2004.

SILVA, Márcio Both da. *Por uma Lógica Camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense (1850-1900)*. Porto Alegre, 2004, 183 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. Caboclos. *História UNISINOS*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 338-351, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2º ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHARF, Elisabete Weber. Política, briga e imprensa: Críticas à Felipe Schmidt através do jornal República. *Revista Santa Catarina em História*. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, v.2, n. 2, p. 18-23, 2008.

STROHAECKER, Tânia Marques. Porto Alegre no Limiar do Século XX: modernidade e exclusão. In: *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do urbanismo*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PROURB, p. 814-828, 1996.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural: mudanças e atitudes em relação às plantas e os animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMÉ, Nilson. *Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Editora Insular, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2002.

VANGELISTA, Chiara. Mobilidade social e espacial como objetos da História. *XIX Simpósio de Imigração e Colonização*. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo/RS, p. 09-24, 2010.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado: 1906 – 1916*. Porto Alegre/RS, 2009, 301 f. Dissertação (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

VICENZI, Renilda. *Mito e História na Colonização do Oeste Catarinense*. Chapecó: ARGOS, 2008.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WERLANG, Alceu. *Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil*. Chapecó: Argos, 2006.

_____. Processo de colonização do oeste de Santa Catarina: atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. *Revista Cadernos do CEOM*. Chapecó: UNOESC, v. 9, n. 9, p. 09-46, 1994.

FONTES DE PESQUISA

I Acervos pesquisados

Acervo documental Museu Municipal Padre Fernando Nagel. Maravilha/SC;

Acervo fotográfico documental e fotográfico do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC;

Acervo documental particular de Ancelmo Belarmino da Cunha. Pinhalzinho/SC;

Acervo fotográfico documental e fotográfico do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/UNOCHAPECÓ. Chapecó/SC;

Acervo fotográfico do Museu Municipal Elmiro Wagner. Palmitos/SC;

II Fontes orais

ECKERT, Ivo. **Entrevista concedida à Fernanda Ben.** Fonte: Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011;

ROSS, José. **Entrevista concedida à Fernanda Ben e Joani Wickert.** Acervo de História Oral do Museu Histórico de Pinhalzinho. Pinhalzinho/SC, 2011.

ANEXOS

ANEXO B -

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL
SEDE: PORTO ALEGRE

Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (I R A S C), -

A respeitável direção dessa entidade, pleiteia a cessão, por compra, de uma = área de terras, de nossa propriedade, equivalente a 200 lotes coloniais rurais, onde, = dentro de suas finalidades, projeta estabelecer um Núcleo Agrícola, deslocando para = ele famílias que se encontram ilegalmente em vários pontos de nosso Território, consti = tuindo a maioria de moradores que já foram objeto de um despejo judicial requerido por proprietários e sentenciado há tempos.

Desejamos colaborar com os propósitos do "Irasc", procurando estudar com integ = ridade a melhor solução possível, em conciliação de objetivos.

Inicialmente, permitimo-nos ponderar, e, com satisfação o registramos, que o = levantamento programa que o "Irasc" se propõe executar, esta Companhia, no que tange à = colonização, e vem realizando há alguns decênios, tendo levado o progresso e o desen =volvimento a uma zona que, de inculta e agreste, se transformou, em vários e florescen =tes municípios, com uma população, - na sua maioria absoluta por nós canalizada, - tra =balhada, ordeira e produtiva; basta destacar que nos municípios criados em nosso Ter =ritório, os cofres públicos, municipais e estadual, em tributos, arrecadaram no perí =do dos últimos 5 anos (até agosto de 1963), importância superior a UM MILHÃO DE CRUZEI =ROS. É evidente contribuição para o progresso do Estado.

Convém, ainda, salientar que, por despacho de 4-07-47, o então Governador do = Estado de Santa Catarina, - Sr. Dr. Aderbal Ramos da Silva, depois de ouvidas tôdas = as autoridades competentes e aprovados os respectivos pareceres, concedeu quitação in =tegral e absoluta a tôdas as obrigações que esta Companhia havia assumido com o Estado.

Possuímos de tudo documentação hábil, perfeitamente legalizada.

Sentimo-nos, pois, capacitados em conciliação de interesses, atendendo à soli = citação do "Irasc" e, em confirmação de entendimento pessoal que o nosso Diretor-Ger =nte, Dr. José Leal Filho, manteve, em princípios de novembro, com a direção daquela au =tarquia, a propor-lhe o estudo da venda de terras de nossa propriedade, como logo enun =ciamos.

Inclina-se o "Irasc", especialmente por áreas constituídas de glebas aglutina =das, onde possa ser concentrada sua atividade; escolhemos, assim, para oferecer, os lo =cais, onde ainda as dispomos.

Tratam-se das últimas glebas ainda não divididas, porém, onde as nossas medi =ções já estão atingindo (veja-se Seção Cafundó).

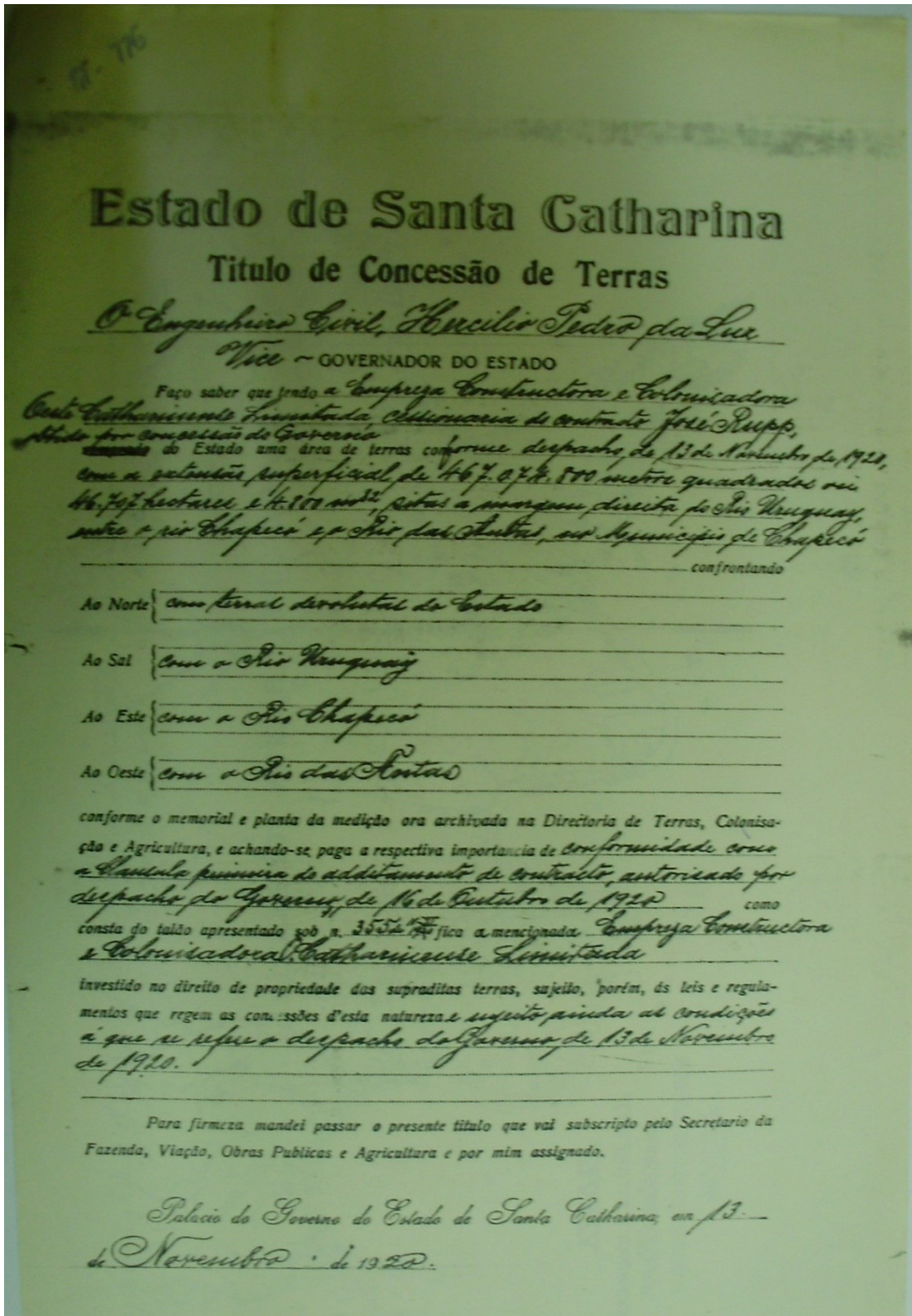
"ÁREA DE TERRAS OFERECIDAS" = Município de Campo-Verde:

1) - Parte dividida da Seção Cafundó, constituída de 15 números de Lotes Coloniais Rurais	5.121.785,00 m ² .	
2) - Parte indivisa da Seção Cafundó	1.960.697,00 "	
3) - Parte indivisa da Gleba Burro Branco	5.091.308,00 "	
4) - Gleba Mundo Novo (total)	21.014.095,00 "	
5) - Gleba Roncador (parte)	5.275.000,00 "	38.462.885,00m ² .
Transporte:		38.462.885,00m ² .

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Fonte: acervo documental avulso do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

ANEXO C – Estado de Santa Catarina. Título de Concessão de Terras



Por despacho de 6 de Dezembro de 1923



O DIRECTOR

Constantino Francisco

Acha-se registrada no livro competente a fls. 122
Directoria de Terras, Colonização e Agricultura.

Florianopolis, 11 de Dezembro de 1923

Teodoro Martins da Costa
Sup.

9

Letras que o Letto de Verba que neste titulo
Cata. 12 foi extraido ao peso comprimeinto n.º
44 em 11 de Novembro de 1924.

Quem 11/14/23
2.º Escup
Teodoro Martins da Costa

Teodoro Martins da Costa
Sub-Director
Jervasio Cruz

Regulamento n.º 129, de 29 de Outubro de 1900

- Art. 42 — Além das condições geraes a que as terras vendidas, legitimadas ou revalidadas são sujeitas, em virtude de leis e regulamentos anteriores, ficam mais obrigadas a :
- 1.º — Cessão de uma zona de dez metros de largura para estradas de rodagem e cinco metros para caminhos vicinaes, communições de sitios e povoações, indemnizados, porém, os terrenos e bemfeitorias existentes, aquelles pelo preço da alienação feita pelo Estado.
 - 2.º — Cessão dos terrenos que forem necessarios á fundação de povoações.

mediante avaliação e desapropriação, ou percebendo no maximo 22 réis por metro quadrado de quem quizer edificar.

3.º—Sujeitar as minas que forem descobertas nas mesmas terras ao que tiver sido ou for estatuido em leis promulgadas sobre essa materia. O Governo concede apenas o sólo e reserva-se o dominio sobre o sub-sólo, para effeitos da industria de mineração.

4.º—Concessão para tiradas de aguas desaproveitadas e passagem dellas mediante indemnisação das bemfeitorias que forem prejudicadas com os trabalhos e quanto a derivação não contrarie interesse identico do possuidor, assim como cessão pelo preço de aquisição das terras marginaes a quedas d'agua aproveitaveis para fins de utilidade publica.

Art. 43 — Todos os possuidores de terras por compra e legitimação ou revalidação ficam obrigados a dar caminhos para servidão dos visinhos, respeitadas as seguintes regras :

1.º—Haver encurtamento notorio de distancia.

2.º—Não cortarem casas, cercas, pomares, terra em cultura ou quaesquer bemfeitorias que possam ser prejudicadas.

3.º—Não passarem em proximidades de casas de residencia, de modo a ficarem devassadas estas.

4.º—Os possuidores terão o dever de indicar o logar que menos damno lhes cause, por onde possam ser abertos caminhos particulares.

5.º—Poderão os possuidores mudar taes caminhos ainda depois de abertos, desde que a commodidade do transitio e economia de transporte dos productos das lavouras visinhas não sejam prejudicadas.

6.º—Os visinhos e pessoas que se servirem dos caminhos, são responsaveis pelos danos causados á lavoura dos possuidores que terão direito de exigir precauções indispensaveis.

Art. 47 — Todas as terras alienadas pelo Estado a qualquer titulo que seja, sel-o-hão com a condição de serem cultivadas ou aproveitadas dentro de 2 annos, contados da data do titulo definitivo, sob pena de serem levadas á hasta publica, nas mesmas condições de cultivo, sem direito a reclamação do concessionario, a quem será entregue o producto da venda, deduzidas as despesas respectivas.

Art. 52 — Todos os possuidores de terras medidas e demarcadas são obrigados a conservar os marcos e mais especialmente os marcos de referencias collocados na séde da propriedade e a ter perfeitamente abertas e desembaraçadas as picadas divisoias, sob pena de multa de 200\$000 (art. 3.º da Resolução n. 43 de 17 de Março de 1899).

Art. 53. — Não tendo os sesmeiros, posseiros ou concessionarios cumprido o que foi determinado pela Lei n. 439 de 1899, art. 3.º da Resolução n. 43, e de que trata o art. antecedente, o Commissariado fará proceder á verificação e aberturas das picadas, de accordo com as plantas annexas aos autos de legitimação, revalidação ou legislação de posses, sesmarias ou quaesquer concessões, verificando se ha excesso de area e haverá dos proprietarios dos terrenos o que lhe for devido, na fórma do art. 9.º e seu § do Regulamento n. 2594 de 23 de Julho de 1893. (Art. 5.º da Resolução n. 43).

ANEXO D – Kalender für die deutschen in Brasilien (1936). Drud uno verlag Rotermond & Co. São Leopoldo, Rio Grande do Sul – Brasilien. Tradução: Calendário dirigido aos alemães residentes no Brasil (1936).

250 Kalender für die Deutschen in Brasilien 1936

Companhia Territorial Sul Brasil

Dies im Jahre 1925 mit riograndenser Kapital gegründete Kolonisationsunternehmen hat seinen Sitz in Porto Alegre, im 3. Stock des „Edifício Banco Nacional do Commercio“, während die Kolonieverwaltung in Passarinhos, gegenüber Trahy, eingerichtet ist.

Das Siedlungsgelände umfaßt 11.000 Kolonielose zu je 242.000 Quadratmeter, von denen etwa 2.000 bereits kolonisiert sind.

Es existieren über 400 Kilometer Straßen, die technisch gut angelegt sind und niemals mehr als 8% Steigung aufweisen. Diese Straßen verbinden unter sich die folgenden bereits angelegten Ortschaften:

Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Cunhaporá, Saudades, Ilha Redonda, Aguinhas, Iracema und São Domingos

Die Bevölkerung wird auf annähernd 5.000 Seelen geschätzt.

Das von riesigen Urwäldern bedeckte Land ist von anerkannter und hervorragender Qualität und Fruchtbarkeit. Die Edelhölzer, wie Louro, Cedro, Açouto-Cavallo, Grapiapunha usw., werden auf dem Uruguay-Flusse nach Argentinien und Uruguay gefloßt, wo sie immer gute Abnehmer finden.

Das Klima ist gesund; die Durchschnitts-Jahrestemperatur beträgt 20° C. Die Ländereien sind absolut fieberfrei.

Das Land ist sehr wasserreich. Jede Kolonie ist so vermessen, daß sie fließendes Wasser hat. Unter den größten Flüssen (Nebenflüsse des Uruguay) zählen wir den Chapecó, Antas, Iracema, São Domingos, Barra Grande und viele andere.

Angepflanzt wird hauptsächlich Tabak, dessen Kultur sich ständig erhöht. Man ist jetzt beim Bau einer Tabaksterilisationsanlage, die zwischen Palmitos und São Carlos gelegen ist. Bis jetzt sind 50 Trockenöfen für Tabak in Betrieb.

In den verschiedenen Ortschaften bestehen 6 Genossenschaften (Cooperativas).

Besonders wichtig für die Entwicklung der Kolonisation sind die warmen, radio-aktiven, schwefelhaltigen Mineralquellen, die in Iracema, Ilha Redonda, Taquarussú, Pratas und anderen Orten hervortreten. Von den genannten Quellen werden Ilha Redonda und Pratas bereits ausgenutzt. Beide Bäder haben vorzügliche Einrichtungen.

Ausführliche Prospekte werden auf Wunsch zugesandt.

Weitere Informationen durch unsere Agenten oder direkt von der

Companhia Territorial Sul Brasil - Porto Alegre

Edifício Banco Nacional do Commercio, Sala n.º 6, 3.º andar
Telegr.-Adr.: „COLONO“ — Postfach 703

Cel. Clemente A. de Argôllo Mendes, Director-Presidente, PORTO ALEGRE
Carlos Culmey, Director-Gerente, PASSARINHOS, via Santa Barbara

ANEXO E -

UN PROGRESSO

rapido e continuo abbiamo nelle nostre colonie situate a margine del Rio Uruguay di fronte a IRAHY (Aguas de Mel):

**São Domingos per italiani — Palmitos per protestanti
São Carlos per cattolici**

Chi da un anno non ha più visto le nostre terre, oggi non le riconosce.

L'immigrazione di nuovi coloni fu molto intensa; furono costruite chiese, scuole, segherie e mulini; vennero aperti importanti negozi, ed i lavoratori hanno più lavoro che non ne possano eseguire.

Tutto ciò è conseguenza delle nostre eccellenti **strade per auto** (250 Km. vennero già aperti al transito) dei buoni ponti e robusti, dei prezzi bassi delle colonie e dell'ottimo mercato dei prodotti coloniali.

I nostri interessati in terre, vanno con l'auto della Compagnia da Cascalho a **São Domingos, Palmitos, São Carlos e Ilha Redonda** e penetrano di **auto** nel matto vergine, potendo così comprare le sue colonie.

In questo avviso **nulla** venne esagerato. Non vi è nessun obbligo di comperare, ma ogni interessato in terre ha l'obbligo di convincersi con una visita della verità, o se ne pentirà più tardi.

I Bagni Radio-Attivi di **Irahy** (Aguas de Mel) in questo lato del Rio Uruguay, **Ilhas Redonda, Prefos e Aguas Santas** nelle nostre terre sono ogni anno sempre più visitati; ma non vi è alcun dubbio che acquisteranno sempre maggior importanza quando sarà ultimata la ferrovia che va da **Passo Fundo a Irahy**. **In vista di tutto ciò**

**La valorizzazione rapida delle nostre terre
è una cosa certa e garantita**

Fino al 31 Dicembre 1929 i nostri prezzi sono: da Rs. 2:800\$000 a Rs. 3:100\$000 per colonia di 24,2 ettari con un'entrata di Rs. 600\$000. Effettuando il pagamento integrale entro 60 giorni, concediamo uno sconto del 10 %.

IMPORTANTE — Non si tratta di una concessione di terre. Le terre sono di proprietà assoluta della Compagnia e chi liquiderà la sua compera riceverà all'atto la **scrittura**.

Gli interessati viaggiano per ferrovia sino alla stazione di **Santa Barbara**, dove, venendo da Santa Maria, dovranno giungere di lunedì al pomeriggio; o, venendo da Passo Fundo, di martedì al mattino, per potere usufruire dei nostri **auto** che ogni lunedì partono da Cascalho sotto la direzione del sig. Leopoldo Trennepohl.

Il viaggio di andata e ritorno costa 70\$000 rs. che verrà accreditato a chi avrà comperato terre.

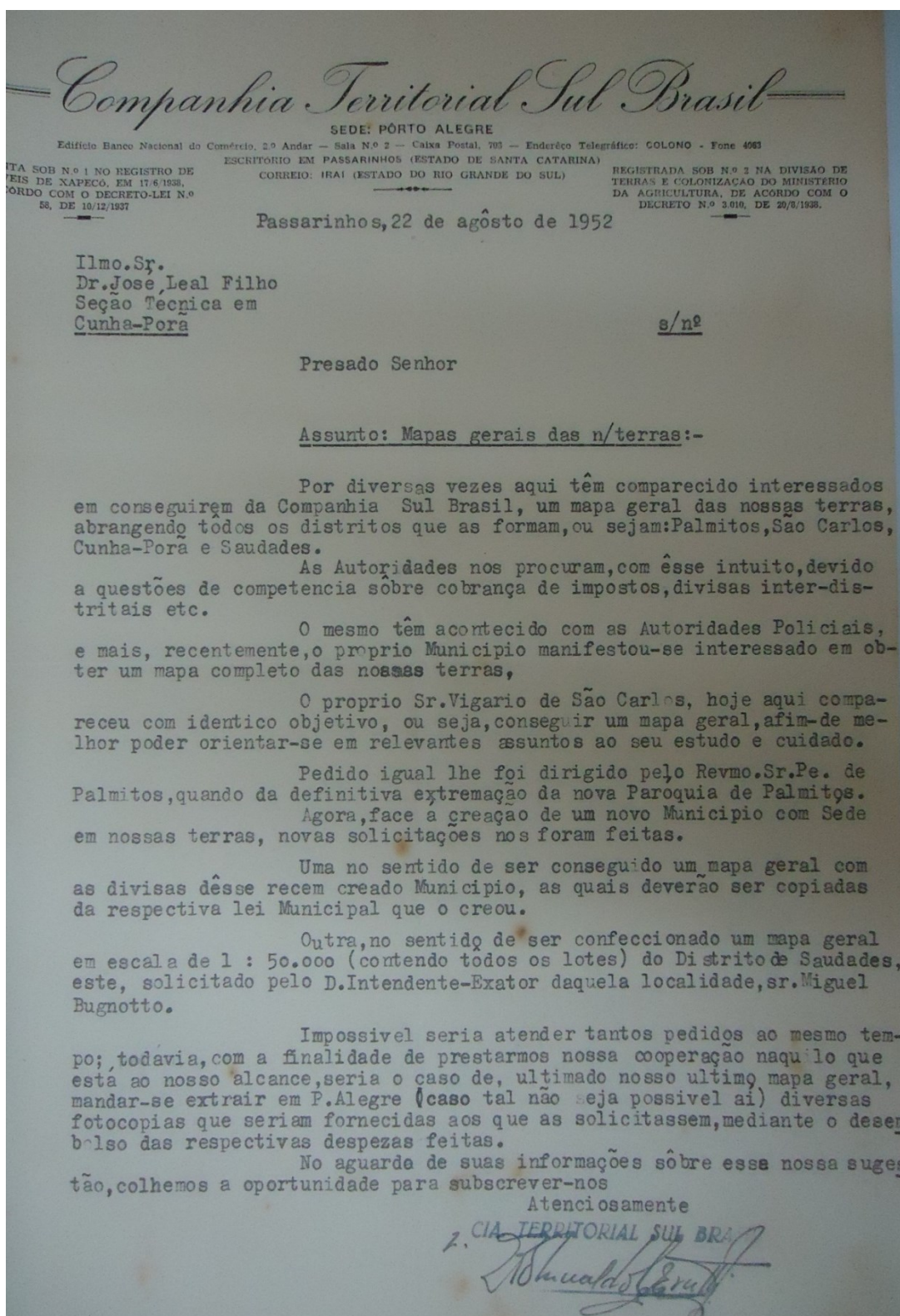
Chiedete i nostri prospetti

Maggiori informazioni daranno i nostri **Agenti**, l'Amministrazione in **Cascalho** e l'Ufficio centrale in **Porto Alegre, Rua 15 de Novem. n. 83.**

Companhia Territorial Sul Brasil

I direttori: **Arthur E. Kusa** Direttore Presidente — P. ALEGRE.
Carlos Culmey Direttore Gerente — CASCALHO.
143 (19-12)

ANEXO F – Relatório da Companhia Territorial Sul Brasil, Porto Alegre. Assunto: Mapa gerais das nossas terras (1952)



Fonte: documento avulso no acervo documental do Museu Municipal Padre Fernando Nagel, Maravilha/SC.

ANEXO G –

LEI Nº 1.568, de 14 de abril de 2003

“Cria data de colonização do Município de Pinhalzinho e dá outras providências”.

O Prefeito de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer a data de 17 Maio de 1933, como início da colonização no Município, marcando o início da Vila do Futuro município de Pinhalzinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho, 14 de abril de 2003.

ANECLETO GALON
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI BORBA
Secretário de Administração e Planejamento.